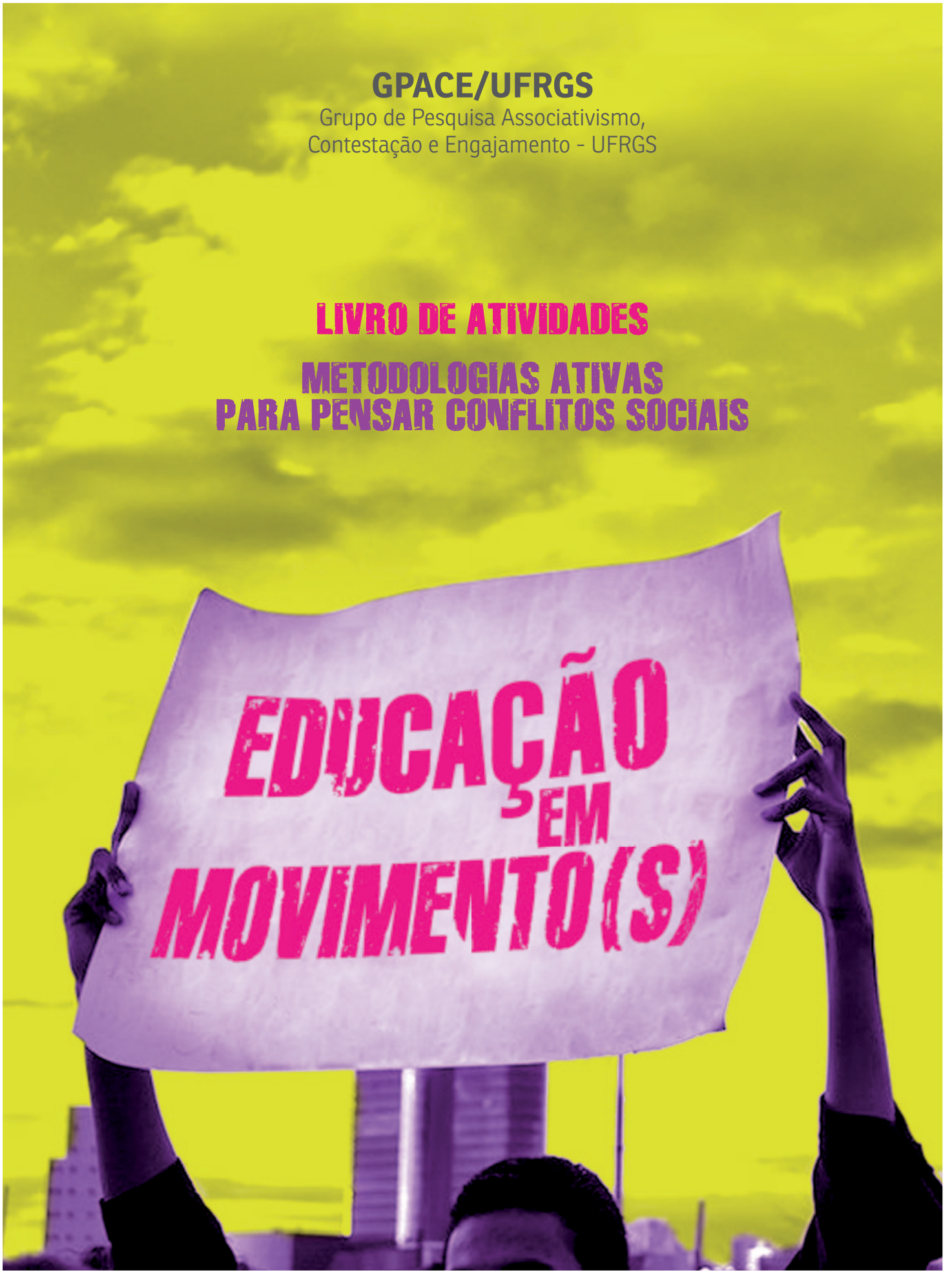
GPACE/UFRGS
Grupo de Pesquisa Associativismo,
Contestação e Engajamento - UFRGS

LIVRO DE ATIVIDADES

METODOLOGIAS ATIVAS PARA PENSAR CONFLITOS SOCIAIS



EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO(S)

LIVRO DE ATIVIDADES

EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO(S)

METODOLOGIAS ATIVAS PARA PENSAR CONFLITOS SOCIAIS

GPACE
Grupo de Pesquisa Associativismo,
Contestação e Engajamento - UFRGS

LIVRO DE ATIVIDADES

EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO(S)

METODOLOGIAS ATIVAS PARA PENSAR CONFLITOS SOCIAIS

EDITORA UFRGS
1ª Edição
Porto Alegre 2019

LIVRO DE ATIVIDADES
EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO (S):
Metodologias Ativas para pensar Conflitos Sociais

GPACE
Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

2019/UFRGS

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Edital: "Memórias Brasileiras - Conflitos Sociais" (CAPES)
Projeto: "Transformações do Ativismo no Brasil: Junho de 2013 em Perspectiva Comparada".
(UERJ, UFPel, UFRGS, UFG, UFES, UFMG)

Brenda de Fraga Espíndula, Camila Farias da Silva, Carla Michele Rech,
Cristiano Nicola Ferreira, Eduardo Georjão Fernandes, Ivone dos Passos Maio,
Luciene Andrade Lauda, Marcelo Kunrath Silva, Matheus Mazzilli Pereira.

Revisão: Clarinha Glock
Projeto Gráfico: Cristina Pozzobon
Capa: Arte sobre foto de Marcos Zschommler (Grafias de Junho)

OBJETIVO GERAL
A partir do ciclo de protestos de junho de 2013 e de outras experiências de mobilização coletiva, apresentar os elementos do debate contemporâneo sobre movimentos sociais e confrontos políticos que auxiliem a problematizar concepções naturalizadas sobre a mobilização coletiva e compreender as dinâmicas dos confrontos políticos de forma a embasar um posicionamento reflexivo e autônomo sobre conflitos sociais e protestos no Brasil contemporâneo.

APLICAÇÃO
Material desenvolvido para educadoras e educadores de Sociologia no Ensino Médio. Outras aplicações: espaços de formação de/sobre movimentos sociais, disciplinas introdutórias no Ensino Superior, entre outros.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

G892 Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento Educação em movimento (s) : metodologias ativas para pensar conflitos sociais : livro de atividades / Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento). Porto Alegre : Editora UFRGS, 2019.
176 p.

ISBN: 978-85-66094-78-7

1. Movimentos sociais. 2. Educação. I. Título.

CDD 303

Catalogação na publicação: Aline da Silva Argenta – CRB 10/1725

Agradecimentos

Expressamos nossos agradecimentos a todas e todos que, direta ou indiretamente, apoiaram a elaboração e a publicação do presente livro de atividades: à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); aos coordenadores dos Núcleos de Ciências Sociais do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) da UFPEL e da UFRGS, Prof. Dr. Marcus Vinicius Spolle e Prof. Dr. Alexandre Silva Virginio; a professores e professoras de Sociologia do Ensino Médio do Estado do Rio Grande do Sul, Profa. Dra. Bianca Ruskowisk (IFSUL – Campus Sapucaia), Profa. Kelly Cristine da Silva Mota (Colégio de Aplicação/UFRGS), Profa. Tânia Schneider (Escola Técnica Estadual de Parobé), Prof. Fernando Rosário (Instituto Estadual de Educação Assis Brasil de Pelotas) e Prof. Robson Bauer (Colégio Estadual Cassiano do Nascimento de Pelotas), e estudantes universitários vinculados/as ao PIBID que colaboraram na aplicação-piloto das atividades propostas no material. Ao estudante do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFPel, Lucas Tavares, pela elaboração da versão inicial do Material de Apoio da Situação Didática "Organizar e Mobilizar", e a demais membros do GPACE. Às ilustradoras Cecília Ramos (@cartumante) e Lela Brandão (@lela.brandao) pela cessão gratuita de imagens para o material.

Sobre o Grupo

Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE/UFRGS)
Grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) formado por pesquisadores e estudantes interessados na temática da ação coletiva, com o objetivo de construir uma agenda de investigação brasileira sobre processos organizativos e de mobilização social.

Conheça mais: www.ufrgs.br/gpace

Sobre as autoras e os autores

Brenda de Fraga Espíndula - Licenciada em Ciências Sociais (UFRGS). Mestre e Doutoranda em Sociologia (UFRGS).

Camila Farias da Silva - Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais (UFRGS). Mestre e Doutoranda em Sociologia (UFRGS). Professora substituta no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM) da UFSM (2019-2020).

Carla Michele Rech - Licenciada e Mestre em Ciências Sociais (UFPel). Doutoranda em Sociologia (UFRGS). Professora substituta do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Departamento de Sociologia e Política da UFPel (2018-2020). Professora voluntária do Núcleo de Ciências Sociais/Filosofia do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) da UFPEL (2018/2019).

Cristiano Nicola Ferreira - Graduando em Ciências Sociais (UFRGS).

Eduardo Georjão Fernandes - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (UFRGS) e em Psicologia (PUCRS). Mestre e Doutorando em Sociologia (UFRGS).

Ivone dos Passos Maio - Bacharel em Turismo (PUCRS) e em Ciências Sociais (UFRGS). Mestre em Turismo (UCS) e Doutoranda em Sociologia (UFRGS).

Luciene Andrade Lauda - Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS). Mestre e Doutora em Sociologia (UFRGS). Professora de Sociologia da Faculdade Castelli (2012-2015). Professora substituta na IFSUL/Pelotas (2017-2019). Professora formadora em Disciplina Ética e Meio Ambiente no CSTSIaD/UAB (2019).

Marcelo Kunrath Silva - Licenciado em História (UFRGS). Mestre e Doutor em Sociologia (UFRGS). Professor Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFRGS).

Matheus Mazzilli Pereira - Bacharel em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Sociologia (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha (UVV).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9
- **Pressupostos Teóricos e Conceituais** 13
- **Pressupostos Didáticos e Pedagógicos** 23

MÓDULOS E SITUAÇÕES DIDÁTICAS (SDs) 29

Movimentos Sociais e Sociedade
- **Módulo 1 - Movimentos Sociais - Ordem e Mudança Social** 31
  - SD 1.1 - Desafios da Vida 32
  - SD 1.2 - Chocar para Mudar 40
- **Módulo 2 - Movimentos Sociais, Democracia e Direitos Humanos** 51
  - SD 2.1 - Tanta gente sem casa, tanta casa sem gente 52
  - SD 2.2 - Literatura, distopias e autoritarismos 58

Dos Problemas aos Movimentos Sociais
- **Módulo 3 - Movimentos Sociais, Problemas e Identidades** 63
  - SD 3.1 - Viajantes no Tempo 64
  - SD 3.2 - Embalando Corações e Mentes 70
- **Módulo 4 - Movimentos Sociais, Organização e Mobilização** 83
  - SD 4.1 - Por trás da "espontaneidade" 84
  - SD 4.2 - Organizar e Mobilizar 88

Movimentos Sociais em Disputa
- **Módulo 5 - Heterogeneidade dos Movimentos Sociais** 97
  - SD 5.1 - Eu e os Feminismos 98
  - SD 5.2 - Gincana dos 20 centavos 108
- **Módulo 6 - Movimentos Sociais e Mídia** 111
  - SD 6.1 - Um Protesto, Duas Versões 112
  - SD 6.2 - Memeativismo 118

Movimentos Sociais e Estado
- **Módulo 7 - Movimentos Sociais como Política** 125
  - SD 7.1 - Ativistas no Governo 126
  - SD 7.2 - Caminhos da Política 130
- **Módulo 8 - Movimentos Sociais, Violência e Repressão** 139
  - SD 8.1 - Repressão e Controle 140
  - SD 8.2 - Investigando violências contra o ativismo 148

GLOSSÁRIO 160

APRESENTAÇÃO

Foto: Flavio Charchar/Grafias de Junho

Este livro de atividades é resultado das iniciativas de extensão universitária vinculadas ao projeto "Transformações do Ativismo no Brasil: Junho de 2013 em Perspectiva Comparada" financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no âmbito do Edital "Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais". Este projeto articulou pesquisadoras e pesquisadores de seis universidades brasileiras - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) que, em conjunto, buscaram investigar os desdobramentos do ciclo de protestos de junho de 2013 no Brasil a partir de uma perspectiva comparada. De forma específica, este material didático foi desenvolvido por integrantes do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GPACE/UFRGS).

Durante o processo de elaboração, a proposta do material didático foi apresentada e debatida em grupos de trabalho sobre livros didáticos e ensino de Sociologia no III Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS), no VI Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB) e no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, e parte das atividades foi previamente testada em turmas de Ensino Médio de diferentes escolas públicas do Rio Grande do Sul.

Apresentamos ferramentas para profissionais da educação que busquem trabalhar a temática dos movimentos sociais em encontros pedagógicos. Em seu desenvolvimento, estabelecemos como público-alvo discentes e docentes do componente curricular Sociologia no Ensino Médio. Esperamos que as aplicações deste material superem este público, abrangendo eventualmente disciplinas introdutórias de cursos de graduação e espaços de formação de ou sobre movimentos sociais.

OBJETIVO GERAL

A partir do ciclo de protestos de Junho de 2013 no Brasil, e de outras experiências de mobilização coletiva, apresentar elementos do debate contemporâneo sobre movimentos sociais que auxiliem a:
a) problematizar concepções naturalizadas sobre mobilização coletiva;
b) compreender as dinâmicas dos movimentos sociais e dos confrontos políticos;
c) embasar um posicionamento reflexivo e autônomo sobre conflitos sociais e protestos no Brasil contemporâneo.

Este material didático está dividido da seguinte forma: primeiro, apresentamos os principais pressupostos teóricos e conceituais que deram embasamento à sua formulação; a seguir, os pressupostos pedagógicos que orientaram seu desenvolvimento. Por fim, divididas em módulos temáticos, estão descritas as ferramentas didáticas para atingir o objetivo geral: as situações didáticas. Por meio delas, fornecemos um repertório de atividades que buscam estimular o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao estudo dos movimentos sociais através de dinâmicas interativas, participativas e interdisciplinares.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Buscamos fornecer a docentes do Ensino Médio um debate teórico e conceitual complementar àquele apresentado por livros didáticos de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2015 e 2018. Identificamos lacunas no que se refere ao estudo dos movimentos sociais a partir de perspectivas relacionais[1]. São estas perspectivas que orientam a formulação deste livro de atividades.

O que significa analisar os movimentos sociais em uma perspectiva relacional? Abordagens relacionais para este fenômeno buscam compreender aquilo que acontece com movimentos sociais – seu surgimento, suas táticas, suas vitórias e derrotas – como resultado das relações de conflito e de cooperação com atores diretamente ou indiretamente afetados por suas demandas. Olhar para os movimentos sociais em uma perspectiva relacional significa, assim, inserir sua ação em um campo mais amplo de disputas e conflitos em torno de temáticas que lhes são caras[2].

Neste sentido, um dos conceitos orientadores deste trabalho é a noção de "confronto político"[3]. Este conceito estimula a observar o conflito mais amplo nos quais os movimentos estão inseridos. Episódios de confronto político são marcados por

> Interações nas quais atores apresentam demandas que afetam os interesses de outros atores levando a esforços coordenados em defesa de interesses ou programas compartilhados e nos quais governos estão envolvidos como alvos ou iniciadores de demandas ou, ainda, como terceiros interessados (TILLY; TARROW, 2015, p. 7, tradução nossa).

Esse conceito enfatiza, portanto, que movimentos sociais surgem e atuam em interação com aliados, opositores e terceiros interessados em um conflito provocado pelas demandas por eles apresentadas. Quais são as consequências teóricas mais imediatas deste olhar relacional para os temas aqui abordados?

Uma primeira consequência se refere à forma como entendemos o surgimento dos movimentos sociais. Tal perspectiva nos afasta de duas ideias presentes em outras abordagens no estudo de movimentos sociais: a) movimentos são resultados "espontâneos" de problemas e crises na sociedade, ou de estruturas de dominação e exploração nela existentes; b) movimentos são respostas automáticas de grupos dotados de recursos frente a instituições políticas que favoreçam a sua ação[4]. De forma alternativa, essa perspectiva propõe que movimentos sociais surgem quando grupos de indivíduos desenvolvem formas de organização, ação e interpretação do mundo em interação com outros atores sociais.

[1] Detalhes desta análise são apresentados por Pereira *et al.* (2019).
[2] Para um debate aprofundado sobre perspectivas relacionais no estudo de movimentos sociais, consultar Barcelos, Silva e Pereira (2017).
[3] O conceito de "confronto político" deriva da abordagem da *contentious politics* no estudo dos movimentos sociais. Tal abordagem é sumarizada em trabalhos como os de McAdam, Tarrow e Tilly (2001, 2009), Tarrow (2013) e Tilly e Tarrow (2015).
[4] Em linhas gerais, a primeira dessas interpretações pode ser encontrada em diversas versões das chamadas Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) (MELUCCI, 1989; TOURAINE, 1989). Já a segunda destas interpretações está relacionada às abordagens da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) (McCARTHY; ZALD, 1977) e da Teoria do Processo Político (TPP) (McADAM, 1999a). Para um debate mais amplo sobre as teorias dos movimentos sociais, consultar Alonso (2009).

Em primeiro lugar, para o surgimento da ação coletiva, indivíduos precisam interpretar determinados fenômenos sociais como problemas. Pensem, por exemplo, que diversas práticas que hoje vemos como injustas e discriminatórias, no passado foram vistas como "normais" e inofensivas, e podem ainda ser vistas desta forma por alguns indivíduos[5]. Em segundo lugar, grupos de indivíduos precisam se identificar enquanto pessoas semelhantes que compartilham determinados problemas e precisam agir em conjunto para resolvê-los. É possível pensar que a identidade LGBT[6] e a ideia de que tais indivíduos sofrem com práticas semelhantes de discriminação e de violência é relativamente recente em nossa sociedade[7]. Desta forma, em contraposição à tendência encontrada nos livros didáticos analisados de associar fortemente movimentos a problemas sociais e identidades vistas como pré-determinadas, buscamos enfatizar que movimentos, identidades coletivas e problemas sociais surgem articulados a partir de interações entre diversos atores sociais. Os processos de enquadramento e construção de identidades coletivas são o foco do **Módulo 3**.

Em seu desenvolvimento, movimentos sociais também precisam encontrar formas coletivas para se organizar e para agir. No que se refere à organização, precisam encontrar modelos que permitam que sua ação seja coordenada e durável, definindo formas de tomada de decisão, distribuindo responsabilidades e encontrando recursos para sua própria sobrevivência[8]. Organizar estudantes em uma sala de aula para a realização de alguma atividade não é uma tarefa simples. O mesmo pode ser dito sobre a articulação da ação de indivíduos em torno de uma causa. A ação coletiva é sempre complexa.

No que se refere à ação, movimentos precisam encontrar formas de expor publicamente suas demandas, seja por passeatas, greves, ou participando de conselhos e conferências de políticas públicas[9]. Enfatizamos a importância de processos organizativos e da construção de formas coletivas de ação para o surgimento de movimentos sociais. A formação de repertórios coletivos de organização e de ação são tratados no **Módulo 4**.

Uma vez formados, movimentos sociais continuam envolvidos em relações de conflito e de cooperação. Pode ser em contramovimentos, com "redes de indivíduos e organizações que compartilham os mesmos objetos de interesse com os movimentos sociais aos quais se opõem" e que, simultaneamente, "apresentam demandas concorrentes ao Estado em relação às suas políticas e competem pela atenção da mídia de massa e do público mais amplo". (MEYER; STAGGENBORG, 1996, p. 1632, tradução nossa).

As análises dos livros didáticos de Sociologia indicam que, em geral, contramovimentos foram largamente ignorados. Tendemos a conceber movimentos sociais como responsáveis pela expansão dos direitos humanos e da democracia no mundo, bem como pela transformação da sociedade. De fato, em muitos casos, movimentos sociais são um dos responsáveis por tais processos. No

[5] Este é um dos principais argumentos propostos pela abordagem do enquadramento interpretativo no estudo dos movimentos sociais (BENFORD; SNOW, 2000; SNOW *et al.*, 1987; SNOW; BENFORD, 1988). Para uma revisão desta abordagem, ver Silva, Cotanda e Pereira (2017).
[6] Embora alguns movimentos e ativistas sociais utilizem atualmente a sigla LGBTQI+ para indicar a diversidade de orientação sexual e de gêneros, decidimos adotar neste livro a sigla LGBT que é mais usual na Literatura. A sigla LGBTQI+ indica lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, sendo que o + englobaria todas as outras identidades.
[7] Este é um dos principais pontos destacados pelo conceito de "identidades coletivas" no estudo dos movimentos sociais. Para debates sobre este conceito, ver Melucci (1995) e Poletta e Jasper (1997).
[8] A ênfase em processos organizativos é uma das heranças da TMR (JENKINS, 1983; McCARTHY; ZALD, 1977). Para detalhes sobre o conceito de repertórios organizacionais, ver Clemens (2010).
[9] As formas de ação historicamente disponíveis para movimentos sociais apresentarem suas demandas publicamente têm sido denominadas de "repertórios de ação coletiva" ou ainda de "repertórios de confronto" (TILLY, 1978; 1995; 2006; 2008). Para um debate sobre o conceito de "repertórios", consultar Alonso (2012).

entanto, não podemos esquecer que é possível encontrar ao longo da História diversas formas de ações coletivas conservadoras protagonizadas por grupos que buscavam suprimir os direitos humanos, questionar princípios democráticos e manter as estruturas de dominação das sociedades intactas. Grupos racistas nos Estados Unidos se opuseram e perseguiram violentamente ativistas que lutavam pelos direitos civis da população negra no século XX, por exemplo. No Brasil, a Ditadura Militar foi precedida pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Nos últimos anos, confrontos entre grupos progressistas e conservadores nas ruas brasileiras têm se tornado frequentes, visíveis e influentes. Consideramos, portanto, essencial a análise de diversas formas e orientações políticas do ativismo político para o desenvolvimento de uma melhor compreensão da conflitualidade social no mundo contemporâneo. As relações entre movimentos, contramovimentos, democracia, direitos humanos, ordem e mudança social são o foco dos **Módulos 1** e **2**.

Embora as relações estabelecidas entre movimentos e contramovimentos sejam intrinsecamente conflitivas, em geral, movimentos estabelecem de forma simultânea dinâmicas de conflito e de cooperação com diversos outros atores. Um exemplo pode ser encontrado dentro dos próprios movimentos sociais. Indivíduos que integram um movimento compartilham uma identidade coletiva, ou seja, se veem como um grupo de pessoas semelhantes que enfrentam problemas também similares e atuam de forma cooperativa para solucioná-los. Mas isso não significa que junto a essas relações de cooperação não coexistam relações de conflito. De fato, no interior de movimentos sociais, é comum que indivíduos discordem quanto a suas identidades, quanto aos problemas prioritários que merecem atenção e quanto à forma de agir para superar estes problemas. Em muitos casos, tendemos a ver estas divisões como sinais de "fraqueza". Nossa abordagem reconhece que disputas internas podem tornar alguns processos mais desafiadores - tais como processos de organização e ação coletiva. No entanto, queremos destacar que a heterogeneidade é intrínseca aos movimentos sociais e a seus contínuos processos de definição de si, dos outros e do ambiente político e social no qual atuam, contribuindo para sua permanente transformação[10]. A heterogeneidade dos movimentos sociais é o tema do **Módulo 5**.

Se, por um lado, tendemos a enfatizar e valorizar as relações de cooperação no interior de movimentos sociais, por outro lado, os livros didáticos analisados tendem a enfatizar as relações de conflito entre movimentos sociais e mídia, em especial, os grandes veículos de comunicação. Em muitos casos, veículos jornalísticos descrevem protestos e movimentos sociais a partir de uma narrativa que os condena e os criminaliza[11]. Nem sempre é assim. Se existem disputas no interior dos próprios movimentos sociais, podemos imaginar que também existam disputas entre e no interior de veículos midiáticos e que a mídia não pode ser tratada de maneira homogênea[12]. Assim, diferentes veículos midiáticos podem apresentar interpretações concorrentes sobre as demandas e as ações de um mesmo movimento social e mudar seu posicionamento ao longo do tempo. A mídia é um ator importante nos confrontos políticos, mas é também um ator heterogêneo. As relações entre mídia e movimentos sociais são o foco do **Módulo 6**.

Uma linha de raciocínio semelhante pode ser utilizada para repensarmos as relações entre movimentos sociais, Estados, governos e partidos. Como observamos na análise de livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio, tendemos a separar de forma drástica a "política das ruas" da "política dos gabinetes" e a conceber os atores situados nas instituições políticas inevitavelmente como os antagonistas ou alvos dos movimentos sociais. Novamente, aqui argumentamos que este não é sempre o caso e que movimentos sociais se envolvem simultaneamente em relações de confronto e cooperação com atores situados nessas instituições, podendo eventualmente integrá-las. Voltando ao conceito de "confronto político", podemos pensar o Estado como também ele atravessado pelos conflitos nos quais movimentos sociais estão envolvidos.

Determinados partidos políticos, representantes e membros da burocracia estatal podem se aproximar mais das demandas de um movimento, enquanto outros partidos, representantes e burocratas se aproximam fortemente das demandas de um contramovimento. Em alguns casos, um mesmo indivíduo pode ser ao mesmo tempo membro de um movimento, de um partido e de um órgão da administração pública[13]. Ativistas de movimentos sociais, de partidos e burocratas que compartilham projetos políticos conseguirão em conjunto ampliar seus espaços de atuação dentro das instituições políticas para agir em defesa de suas causas e produzir resultados em termos de políticas públicas. Em outros momentos, as instituições serão mais fortemente controladas por seus adversários que, neste caso, terão maiores chances de avançar em suas agendas em conjunto com membros de partidos políticos, governos e da burocracia estatal[14]. Confrontos políticos envolvem ao mesmo tempo movimentos sociais, partidos e governos em relações de conflito e de cooperação que atravessam as fronteiras entre Estado e sociedade. Isso significa que a "política das ruas" e a "política dos gabinetes" são mais próximas do que poderíamos imaginar. Movimentos sociais são, portanto, uma forma de fazer política articulada a outras no âmbito de confrontos políticos. A ideia de que movimentos sociais são intrinsecamente políticos é o foco do **Módulo 7**.

É claro que, em muitos casos, governos (ou partes deles) estabelecem relações de conflito com movimentos sociais que não podem ser ignoradas. Uma das formas pelas quais estes conflitos se manifestam é através da repressão. Embora este seja um tema recorrente nos debates públicos sobre protestos e movimentos sociais, fomos surpreendidos ao constatar que os livros analisados pouco abordavam este fenômeno. As formas de repressão ao ativismo político têm se transformado nos últimos anos, não se limitando apenas a táticas mais visíveis como o uso de tropas de choque contra manifestantes nas ruas. A repressão e o controle também podem ocorrer de forma silenciosa, como por meio de técnicas de levantamento sistemático de dados sobre ativistas políticos[15]. Devemos ter um olhar relacional para este fenômeno. A repressão é uma forma de interação das forças policiais com os ativistas que tende a gerar modificações nas formas de ação dos movimentos sociais, que podem responder com o uso da força, optar por táticas que visem a dar visibilidade e deslegitimar eventuais abusos policiais e a adaptar suas formas de ação de diversas outras maneiras[16]. Para compreender as dinâmicas de repressão e o tema da violência no âmbito do ativismo político sugerimos pensar relacionalmente as interações entre ativistas e forças policiais. A repressão política é o tema do **Módulo 8**.

[10] O conceito de "identidade coletiva" segundo Melucci (1995) deve ser visto como um processo, ou seja, ativistas de movimentos sociais estão constantemente formulando e reformulando suas identidades a partir de suas relações sociais em um processo sempre inacabado. Para mais debates sobre as disputas internas aos movimentos sociais, ver Ghaziani (2008).

[11] Autores indicam, por exemplo, que veículos midiáticos em muitos casos utilizam aquilo que denominam de um "paradigma do protesto" em sua cobertura, ou seja, uma narrativa que tende a marginalizá-los e deslegitimá-los (McLEOD, 2007, McLEOD; HERTOG, 1992).

[12] A ênfase nas disputas e negociações simbólicas existentes entre ativistas e jornalistas em relação aos significados das demandas e ações dos movimentos sociais pode ser encontrada na abordagem proposta por Gamson, 1992 e Gamson e Modigliani, 1989.

[13] Atuação de ativistas de movimentos sociais no interior das instituições políticas em defesa de suas causas tem sido denominada pela literatura de "ativismo institucional" (ABERS, 2015, 2019, BAANASZAK, 2005; CAYRES, 2017, PETTINICHIO, 2012, SANTORO; McGUIRE, 1997).

[14] A literatura nacional tem se dedicado à crítica de premissas dicotômicas sobre as relações entre Estado e movimentos sociais, enfatizando a interpenetração entre Estado e sociedade e seus impactos em políticas públicas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, ABERS; VON BÜLLOW, 2011, CARLOS, 2015, DOWBOR; CARLOS; ALBUQUERQUE, 2018, SILVA; OLIVEIRA, 2011, TATAGIBA, 2010, TATAGIBA; TEIXEIRA, 2016).

[15] Para um debate sobre as diversas formas de repressão e controle aos movimentos sociais ver Earl (2003).

[16] Uma análise relacional que destaca as adaptações táticas de movimentos sociais frente à repressão política pode ser encontrada no trabalho de McAdam (1983, 1999b).

Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca. Ativismo na Burocracia? O médio escalão do Programa Bolsa Verde. *In*: CAVALCANTE, P.; LOTTA, G. (org.). *Burocracia de médio escalão:* perfil, trajetória e atuação. Brasília: Enap, 2015. p. 143–175.

ABERS, Rebecca. Bureaucratic activism: pursuing environmentalism inside Brazilian State. *Latin American Politics and Society*, v. 61, n. 2, p. 21-44, 2019.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados– Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 2, p. 325–357, 2014.

ABERS, Rebecca; VON BÜLLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 52–84, 2011.

ALONSO, Angela. As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p.49-86, 2009.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, p. 21–41, 2012.

BANASZAK, Lee Ann. Inside and outside the state: movement insider status, tactics, and public policy achievements. In: MEYER, D. S.; JENNESS, V. INGRAM, H. (org.). *Routing the opposition:* social movements, public policy and democracy. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005. p. 149–176.

BARCELOS, Márcio; PEREIRA, Matheus M.; SILVA, Marcelo K. Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, n. 82, p. 13–40, 2016.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, n. 1, p. 611-639, 2000.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e instituições participativas – efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 88, p. 83–99, 2015.

CAYRES, Domitila C. Ativismo institucional e interações estado-movimentos sociais. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, n. 82, p. 81-104, 2017.

CLEMENS, Elizabeth. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação política nos EUA, 1980-1920. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 161-218, 2010.

DOWBOR, Monika; CARLOS, Euzeneia; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. As Origens movimentalistas de políticas públicas: proposta analítica aplicada às áreas de criança e adolescente, direitos humanos e saúde. *Lua Nova*, São Paulo, n. 105, p. 47-80, 2018.

EARL, Jennifer. Tanks, tear gas, and taxes: toward a theory of movement repression. *Sociological Theory*, v. 21, n. 1, p. 66-68, 2003.

GAMSON, William *et al.* Media images and the social construction of reality. *Annual Review of Sociology*, v. 18, p. 373-393, 1992.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

GHAZIANI, Amin. *The Dividends of dissent:* how conflict and culture work in lesbian and gay marches on Washington. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

JENKINS, J. Craig. Resource mobilization theory and the study of social movements. *Annual Review of Sociology*, v. 9, p. 527-553, 1983.

McADAM, Doug. Tactical innovation and the pace of insurgency. *American Sociological Review*, v. 48, n. 6, p. 735–754, 1983.

McADAM, Doug. *Political process and the development of black insurgency*, 1930-1970. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 1999a.

McADAM, Doug. Marcos interpretativos y tácticas utilizadas por los movimientos: dramaturgía estratégica en el movimiento americano pro-derechos civiles. *In:* McADAM, Doug *et al.* (org.). *Movimientos sociales - perspectivas comparadas:* oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales. Madrid: Istmo, 1999b. p. 475–496.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention.* Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney. TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, p. 11-48, 2009.

McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements, a partial theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

McLEOD, Douglas M. News coverage and social protest: how the media's protest paradigm exacerbates social conflict. *Journal of Dispute Resolution*, v. 2007, n. 1, p. 185-194, 2007.

McLEOD, Douglas M.; HERTOG, James K. The Manufacture of "public opinion" by reporters: informal cues for public perceptions of protest groups. *Discourse & Society*, v. 3, n. 3, p. 259-275, 1992.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

MELUCCI, Alberto. The Process of collective identity. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert (org.). *Social movements and culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. p. 41-63.

MEYER, David S.; STAGGENBORG, Suzanne. Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. *American Journal of Sociology*, v. 101, n. 6, p. 1628, 1996.

PEREIRA, Matheus M. *et al.* Movimentos sociais no ensino médio: uma análise dos livros didáticos de Sociologia. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 19., 2019, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis, 2019. Disponível em: https://www.sbs2019.sbSociologia.com.br/atividade/hub/gruposdetrabalho. Acesso em: 16 jul. 2019.

PETTINICCHIO, David. Institutional activism: reconsidering the insider/outsider dichotomy. *Sociology Compass*, v. 6, n. 6, p. 499–510, 2012.

POLLETTA, Francesca; JASPER, James. Collective identity and social movements. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 27, p. 283-305, 2001.

SANTORO, Wayne E.; McGUIRE, Gail M. Social movement insiders: the impact of institutional activists on affirmative action and comparable worth policies. *Social Problems*, v. 44, n. 4, p. 503-519, 1997.

SILVA, Marcelo K.; COTANDA, Fernando C.; PEREIRA, Matheus M. Interpretação e ação coletiva: o "enquadramento interpretativo" no estudo de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 25, n. 61, p. 143-164, 2017.

SILVA, Marcelo K.; OLIVEIRA, Gérson de L. A Face oculta (da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção estado-movimento: uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 86–124, 2011.

SNOW, David A. *et al.* Frame alignment processes, mircromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, Washington, v. 51, n. 4, p. 464-481, 1986.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, frame ressonance, and participant mobilization. *International Social Movements Research*, v.1, p.197-218, 1988.

TARROW, Sidney. *The Language of contention:* revolution in words 1688-2012. New York: Cambridge University Press, 2013.

TATAGIBA, Luciana. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo: primeiras reflexões. *Colombia Internacional*, n. 71, p. 63–83, 2010.
TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia C. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 85–102, 2016.
TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. New York: Random House, 1978.
TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *In:* TRAUGOTT, Mark (org.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995. p. 15-42.
TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
TILLY, Charles. *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious politics*. 2nd ed. New York: Oxford University Press, 2015.
TOURAINE, Alain. Os Novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 05-08, 1989.

PRESSUPOSTOS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS

Concebemos o ensino e a aprendizagem como um processo baseado na interação entre diversos sujeitos do conhecimento, bem como na interação entre sujeitos e objetos do conhecimento. Por isso, primeiramente buscamos valorizar formas de ensino baseadas na interação em sala de aula[17]. Em segundo lugar, partimos da ideia de que a constante problematização da realidade social é essencial para a produção de conhecimento sobre a sociedade. Pensamos ser importante o esforço de questionamento de nossas preconcepções sobre os fenômenos em estudo para construir novas formas de apreensão da realidade. Este processo de problematização deve ocorrer de forma a fomentar uma atitude participativa perante a realidade social e seus dilemas, estimulando estudantes a transformarem sua própria realidade. Nesse sentido, buscamos ferramentas que auxiliem no processo de problematização da realidade social, estimulando a participação e a intervenção [18]. Em terceiro lugar, acreditamos que estudantes não fazem apenas a recepção de conhecimento, mas produzem ativamente novas interpretações sobre a realidade. Este processo de construção de conhecimento científico sobre a realidade social por discentes em conjunto com docentes se beneficia de um olhar interdisciplinar para os fenômenos em análise[19].

Cada módulo temático tem como objetivo desenvolver uma habilidade específica que contribua para o desenvolvimento da habilidade geral a ser desenvolvida por meio deste material e, assim, a atingir seu objetivo geral. Não é necessário que os módulos sejam aplicados na ordem como estão apresentados, nem que o material seja aplicado em sua integralidade.

As situações didáticas são atividades focadas nos temas abordados neste livro. Para seu melhor aproveitamento, deve-se adaptar as dinâmicas e materiais às características da turma, ao contexto político e social local e a acontecimentos políticos recentes.

HABILIDADE GERAL

Problematizar concepções naturalizadas sobre a mobilização coletiva, compreendendo as dinâmicas dos movimentos sociais e dos confrontos políticos e posicionando-se de forma reflexiva e autônoma em relação aos conflitos sociais do Brasil contemporâneo.

Para desenvolver este projeto, pesquisadores do GPACE definiram os temas e aplicaram as propostas em aula, com educandos do Ensino Médio, por meio de parcerias entre docentes e discentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Pelotas, em escolas e outras instituições de ensino no Estado do Rio Grande do Sul. As situações didáticas foram sendo modificadas de forma a superar os obstáculos encontrados.

O resultado deste processo é apresentado nas páginas deste livro de atividades. Não se trata de um curso sobre movimentos sociais. Esperamos que este material possa oferecer ferramentas que auxiliem docentes frente ao diagnóstico da necessidade de abordar determinada temática junto a uma turma.

[17] A importância das interações sociais para a construção do conhecimento é enfatizada pela abordagem sociointeracionista (VYGOTSKY, 1991).
[18] O estímulo à problematização da realidade social e à participação de estudantes em seu processo de transformação são princípios importantes da metodologia da problematização (BERBEL, 1995, 1998).
[19] A valorização da produção do conhecimento por estudantes a partir de um olhar interdisciplinar é um dos fundamentos da metodologia por projetos (FLECK, 2007).

ESTRUTURA DOS MÓDULOS

Justificativa: importância da temática

Concepções Questionadas: exemplos do senso comum sobre o fenômeno dos movimentos sociais questionadas por meio das atividades

Habilidades Desenvolvidas: lista de habilidades que esperamos que sejam desenvolvidas no âmbito do módulo

Situações Didáticas: atividades de sala de aula propostas para o desenvolvimento das habilidades a serem desenvolvidas

Por sua vez, cada situação didática tem como objetivo apresentar problemas relacionados a temáticas empiricamente situadas que estimulem o desenvolvimento das habilidades relacionadas ao módulo. As situações didáticas são apresentadas a partir da seguinte estrutura:

ESTRUTURA DAS SITUAÇÕES DIDÁTICAS

Objetivos: os objetivos a serem alcançados com a atividade desenvolvida

Conceitos relevantes: base teórica das atividades - suas definições podem ser encontradas no Glossário ao final do livro

Tempo total estimado: tempo estimado para a realização da atividade

Procedimentos: os procedimentos necessários para a realização da atividade que, por sua vez, são divididos em três elementos: a) temática ou pergunta disparadora que introduz à temática trabalhada e estimula o início das discussões em sala de aula;
b) atividades a serem realizadas; c) sugestão de fechamento que provoque reflexões sobre as atividades realizadas

Material de Apoio: materiais que podem ser utilizados para o desenvolvimento da situação didática (se necessário)

Mais Sociologia: possíveis conexões entre as temáticas trabalhadas na situação didática e outras temáticas do componente curricular Sociologia.

Projeto Interdisciplinar: propostas de projetos de ensino e pesquisa a serem realizados em conjunto com outros componentes curriculares, tomando a situação didática como um estímulo inicial para a realização desses projetos.

MÓDULOS E SITUAÇÕES DIDÁTICAS

MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIEDADE	
MÓDULO 1 **Movimentos Sociais- Ordem e Mudança Social**	**MÓDULO 2** **Movimentos Sociais, Democracia e Direitos Humanos**
SD 1.1 – Desafios da Vida	SD 2.1 – Tanta gente sem casa, tanta casa sem gente
SD 1.2 - Chocar para Mudar	SD 2.2 - Literatura, distopias e autoritarismos
DOS PROBLEMAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS	
MÓDULO 3 **Movimentos Sociais, Problemas e Identidades**	**MÓDULO 4** **Movimentos Sociais, Organização e Mobilização**
SD 3.1 – Viajantes no Tempo	SD 4.1 – Por trás da "espontaneidade"
SD 3.2 – Embalando Corações e Mentes	SD 4.2 – Organizar e Mobilizar
MOVIMENTOS SOCIAIS EM DISPUTA	
MÓDULO 5 **Heterogeneidade dos Movimentos Sociais**	**MÓDULO 6** **Movimentos Sociais e Mídia**
SD 5.1 – Eu e os Feminismos	SD 6.1 – Um Protesto, Duas Versões
SD 5.2 - Gincana dos 20 centavos	SD 6.2 - Memeativismo
MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO	
MÓDULO 7 **Movimentos Sociais como Política**	**MÓDULO 8** **Movimentos Sociais, Violência e Repressão**
SD 7.1 – Ativistas no Governo	SD 8.1 – Repressão e Controle
SD 7.2 – Caminhos da Política	SD 8.2 - Investigando violências contra o ativismo

Referências Bibliográficas

BERBEL, Neusi A. N. Metodologia da problematização: uma alternativa metodológica apropriada para o Ensino Superior. *Semina*, Londrina, v. 16, n. 2, Ed. Especial, p. 9-19, 1995.

BERBEL, Neusi A. N. A Problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, Botucatu, v. 2, p. 139-154, 1998.

FLECK, Maria Luiza S. Pedagogia por projetos: o princípio, o fim e o meio. *Diálogo*, Canoas, n. 11, p. 117-140, 2007.

VYGOTSKI, Lev S. *A formação social da mente.* 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MÓDULOS E SITUAÇÕES DIDÁTICAS (SDs)

MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIEDADE

MÓDULO 1

MOVIMENTOS SOCIAIS, ORDEM E MUDANÇA SOCIAL

JUSTIFICATIVA: Existência de uma concepção naturalizada dos processos de mudança social e de manutenção da ordem, bem como de concepções que deslegitimam ações de movimentos sociais por abalarem a ordem social.

HABILIDADES DESENVOLVIDAS: Desnaturalizar processos de mudança social e de manutenção da ordem, reconhecendo a importância dos movimentos sociais em ambos os processos.

CONCEPÇÕES QUESTIONADAS: "A sociedade muda/se mantém naturalmente"; "Movimentos sociais não podem atrapalhar o cotidiano das pessoas ou chocá-las demais".

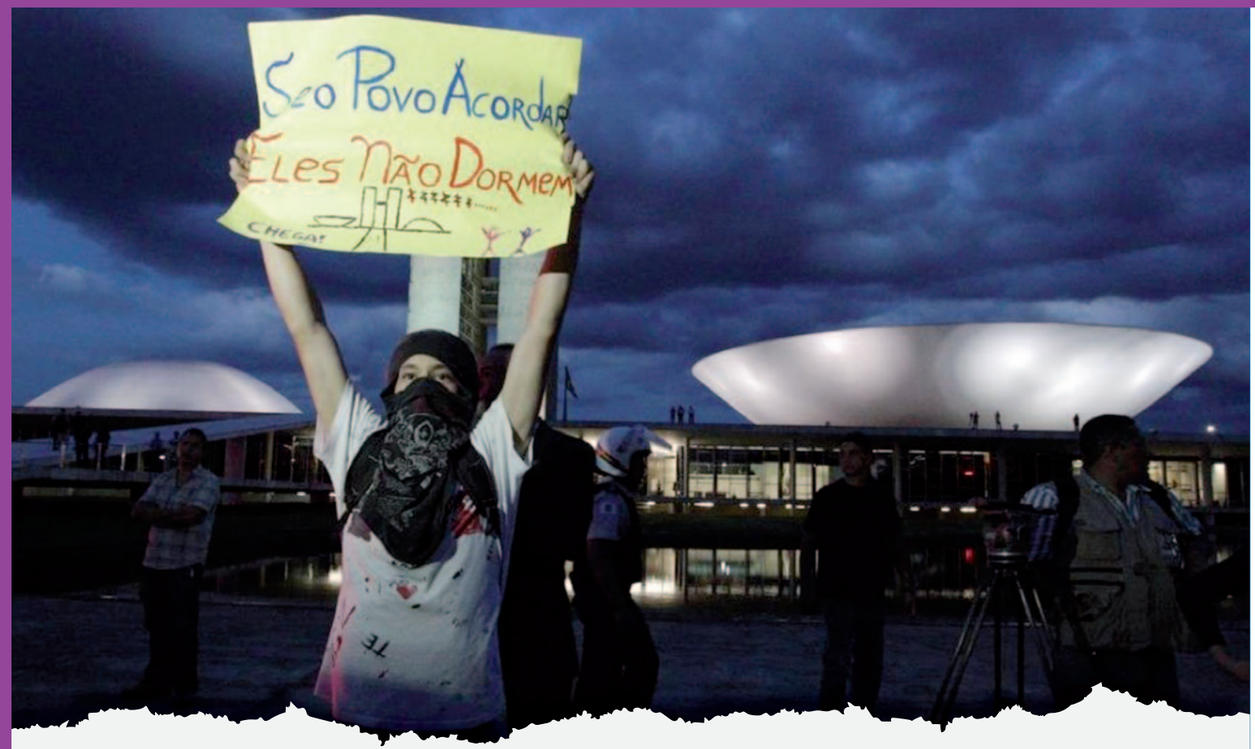


Foto: André Coelho/Agencia O Globo/Grafias de Junho

Situação didática 1.1 – Desafios da Vida

Objetivo: Identificar a existência de disputas em torno da manutenção ou transformação das estruturas sociais.

Conceitos relevantes*:
Ordem e Mudança
Movimentos e Contramovimentos

Tempo total estimado: dois encontros

PROCEDIMENTOS

Temática:
um Jogo de Tabuleiro reproduz situações do cotidiano do Brasil nas áreas de saúde, educação, habitação, lazer, esporte, cultura, entre outras. Os desafios variam de acordo com a posição social de quem está jogando, bem como das estratégias indicadas como solução. Aos poucos, espera-se que percebam que tais situações não são aleatórias, estão amparadas em uma estrutura social que as condicionam. O jogo propõe uma reflexão sobre a estrutura social em que vivem, bem como as estratégias utilizadas por diferentes grupos para provocar mudanças ou para a manutenção da ordem social. Pode-se incluir novas cartas de acordo com a realidade social específica da turma.

**A definição dos conceitos relevantes estão no Glossário ao final da edição.*

Pergunta disparadora:
Como diferentes grupos disputam a questão da ordem e da mudança social?

Atividades:
Imprima o tabuleiro e as cartas, um dado e dois peões. Há dois baralhos – um com cartas que dão vantagens a um grupo, outro com cartas que dão desvantagens. Eles devem ser distribuídos sem que a turma saiba desta diferenciação[20]. A cada rodada, um dado é lançado e uma carta com a figura correspondente à do tabuleiro deve ser selecionada. A pessoa que está em sua vez de jogar lê a carta em voz alta e segue as instruções. Questione se querem embaralhar as cartas, caso o grupo sempre em desvantagem desconfie dos baralhos, e siga com o jogo.

Fechamento:
Ao final, a turma pode discutir se era melhor ou não ter embaralhado as cartas. Estimule o debate sobre como diferentes grupos sociais interpretam a realidade – justa ou injusta – e qual a diferença entre o posicionamento de manutenção da ordem, simbolicamente representado pela opção de não embaralhar as cartas, e a busca por mudanças e transformação da realidade. Também é interessante revisitar as situações expostas nas cartas, debatendo o que revelam da estrutura social na qual se desenrolam e quais seriam as diferentes estratégias de lidar com tais situações, no caso brasileiro, fortemente marcadas pela desigualdade social.
Exemplos sugeridos: movimentos que lutam pela reforma agrária em contraposição aos que apoiam o agronegócio de larga escala; movimentos LGBT e os pró-vida e pró-família; movimentos negros e de grupos contrários a políticas afirmativas étnico-raciais. Lembre as táticas utilizadas, como manifestações, intervenções públicas, ocupações, grupos de pressão no Legislativo ou Executivo, articulação com diferentes grupos sociais visando ao engajamento e opinião pública favorável, entre outras.

MATERIAIS DE APOIO:
Um tabuleiro e cartas que estão disponíveis neste material; um dado e dois peões.

[20] O baralho marcado com um * é o que contém situações vantajosas para os jogadores.

Mais Sociologia!

Essa situação didática pode ser usada para outros estudos:

1) A partir das situações ilustradas no baralho, apresentar os debates em torno das relações raciais no Brasil e das desigualdades entre gêneros no acesso à educação, nas relações de trabalho e no acesso à terra, bem como os movimentos sociais engajados nestes temas.

2) Para aprofundar a abordagem sobre desigualdades sociais brasileiras e desenvolver habilidades de interpretação de gráficos e tabelas de indicadores sociais, sugere-se consultar os relatórios produzidos pela OXFAM Brasil no site www.oxfambrasil.org e dados produzidos pelo IBGE, disponíveis em www.ibge.gov.br.

Projeto Interdisciplinar Baralho informativo – Ordem e Mudança no Brasil:

Na área das **Ciências Humanas**, o componente curricular **Geografia** pode contribuir com os dados sobre a desigualdade no Brasil, incluindo as desigualdades regionais, de renda, de gênero, de raça, entre outras. Pode ainda ampliar a discussão sobre o direito à cidade e as desigualdades de acesso a serviços e infraestruturas urbanas no Brasil. Já o componente curricular **História** pode ajudar a explicar as origens destas desigualdades, e a história de movimentos que buscam a mudança/ordem da realidade social brasileira.

Passo a passo do baralho informativo:

1. Escolher uma carta do baralho do jogo "Desafios da Vida".

Emprego

Apesar de você ser a funcionária mais antiga e com melhor formação, foi o seu colega quem foi promovido. Antes disso, quando ainda estavam no mesmo nível hierárquico, ele ganhava mais do que você! **Volte 1 casa!**

2. Qual situação de desigualdade trata a carta?
Trata da desigualdade de gênero no mundo do trabalho.

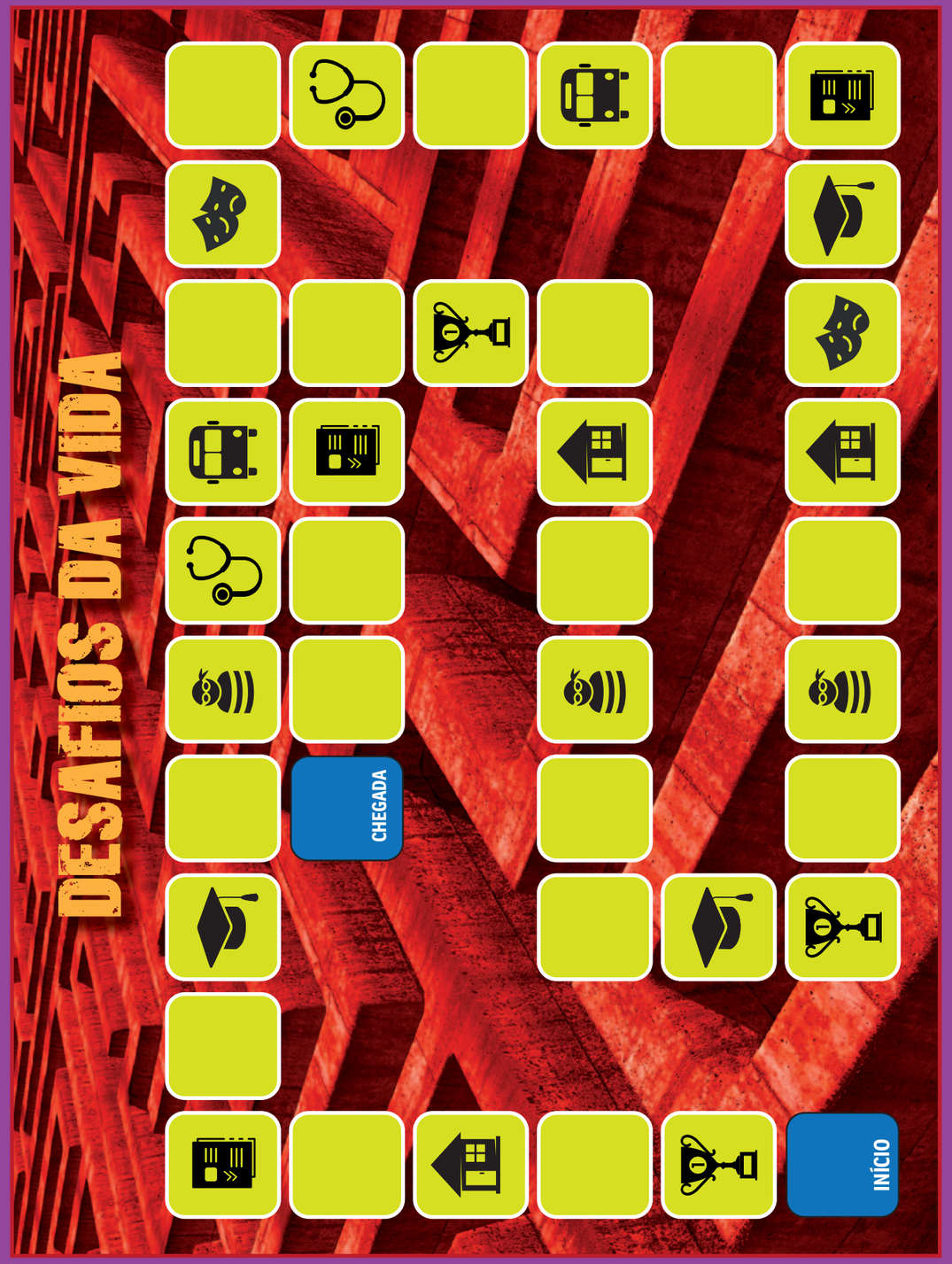
3. Quais dados poderiam expressar a realidade abordada na carta?
Dados do relatório OXFAM (2017) apontam que, apesar de as mulheres terem escolaridade média superior à dos homens – 8,4 anos de estudo e 8, respectivamente – é flagrante a diferença salarial considerando as mesmas faixas educacionais. Mulheres com Ensino Médio completo ganham, em média, R$ 1.338,00, 66% do que ganham os homens de igual escolaridade (R$ 2.023,00). Na faixa de Ensino Superior completo, mulheres ganham R$ 3.022,00 em média, apenas 63% do que ganham homens com o mesmo nível educacional (R$ 4.812,00). Disponível em https://oxfam.org.br/noticias/relatorio-da-oxfam-brasil-inspira-tema-da-proxima-bienal-do-mercosul/.

4. Selecionar as informações que que constarão na(s) nova(s) carta(s) e produzir a nova carta:

Emprego

No Brasil, apesar das mulheres possuírem escolaridade média superior à dos homens, ganham salários menores. Entre os trabalhadores com ensino médio completo, as mulheres ganham, em média, 66% do que ganham os homens.

Fonte: Oxfam, 2017



Habitação*
Seus pais deram a entrada em um apartamento para você iniciar a sua vida independente. Ele é pequeno, mas bem localizado! **Avance 2 casas!**

Habitação*
Um metrô e um novo shopping estão sendo construídos perto do seu apartamento, fazendo com que seu imóvel seja valorizado. **Avance 2 casa!**

Habitação
A casa que você e sua família moram deve ser desocupada, pois foi construída em uma área de risco. Sua tia ofereceu para que morassem com ela até acharem uma solução.
Volte 1 casa!

Habitação
Vagou uma casa para alugar com espaço para sua família e pets. Opreço cabe no orçamento, seu defeito é ser ainda mais distante do trabalho e da escola.
Permaneça onde está!

Emprego*
Seu chefe é uma pessoa difícil... mas, a experiência e o aprendizado estão valendo a pena! O fato de falar inglês foi determinante para conseguir a vaga! **Avance 2 casas!**

Emprego*
Não era bem o que você queria... mas, jamais poderia negar uma boa vaga de trabalho na empresa do seu tio.
Avance 1 casa!

Emprego
Apesar de você ser a funcionária mais antiga e com melhor formação, foi o seu colega quem foi promovido. Antes disso, quando ainda estavam no mesmo nível hierárquico, ele ganhava mais do que você! **Volte 1 casa!**

Emprego
Finalmente você conseguiu seu primeiro emprego e poderá ajudar seus pais. Não será fácil conciliar com a escola, mas você terá muita persistência!
Avance 1 casa!

Educação*
Sua escola está entre as dez melhores do estado.
Avance 3 casas!

Educação*
Você fará um intercâmbio no país que escolher!
Avance 3 casas!

Educação
Você se tornou mãe! Seu filho foi muito desejado, nasceu saudável e é um bebê feliz! Agora é hora de voltar a trabalhar, mas não há vagas nas creches próximas a sua casa.
Volte 1 casa!

Educação
Seu filho foi o campeão da olimpíada estadual de matemática! **Avance 2 casas!**

Lazer*
Uma viagem especial com sua família é tudo o que você precisa para recarregar as energias! **Avance 2 casas!**

Lazer*
Curtir bons filmes, assistir uma boa peça de teatro ou escolher um livro na sua livraria preferida? Você escolhe! **Avance 3 casas!**

Lazer
Dia de sol e céu azul, perfeito para relaxar e curtir a família no parque da cidade! **Avance 1 casa!**

Lazer
A praia perto da sua casa está bastante poluída. Viajar não coube no orçamento, o jeito vai ser passar as férias em casa.
Volte 1 casa!

Transporte
Ônibus cheio, mas no horário! **Avance 1 casa!**

Transporte
Seu novo trabalho fica a uma hora de ônibus de sua residência e você se atrasou para sair de casa. **Volte 2 casas!**

Transporte*
Desde que lançaram os aplicativos de motoristas, esta tem sido sua melhor forma de se deslocar até o trabalho! **Avance 3 casas!**

Transporte*
Com a carona de sua mãe até a escola, o dia começa mais tranquilo. **Avance 2 casas!**

Segurança
Ao entrar no supermercado, dois seguranças ficaram te seguindo o tempo todo. Por que frequentemente isto acontece? **Volte 1 casa!**

Segurança
Você e sua família estão preocupados: seu sobrinho de 13 anos está se relacionando com jovens ligados ao tráfico. **Volte 2 casas!**

Segurança*
Você sofreu um assalto a mão armada. Levaram seu carro, felizmente você tinha seguro completo! **Avance 1 casa!**

Segurança*
A região onde você trabalha tem sido alvo de muitos assaltos e furtos. **Permaneça onde está!**

Saúde
Você chegou bem cedo da manhã no posto de saúde, mas as fichas de atendimento já haviam terminado. **Volte 1 casa!**

Saúde
A campanha da vacinação está sendo um sucesso, seu bebê já está protegido! **Avance 2 casas!**

Saúde*
Uma apendicite aguda foi diagnosticada em você. Seu convênio, por sorte, cobria todas as etapas do atendimento! **Avance 1 casa!**

Saúde*
Prevenir é o melhor remédio! Sua revisão anual indicou ótima saúde! **Avance 2 casas!**

Esportes
A ausência de quadras esportivas no seu bairro e de programas gratuitos para treinamento tem dificultado sua melhora de desempenho no voleibol. **Permaneça onde está!**

Esportes
Desde o início do ano a Prefeitura não repôs a professora de Educação Física que se aposentou, deixando os alunos sem este componente curricular. **Recue 1 casa!**

Esportes*
A escola do seu filho oferece diversas modalidades esportivas, que tal incentivá-lo a escolher uma? **Avance 2 casas!**

Esportes*
Seu tio é sócio de um clube com grande estrutura esportiva, a boa notícia é que ele vai bancar sua mensalidade! **Avance 3 casas!**

Foto: Rafael Holanda Barroso/Grafias de Junho

Situação didática 1.2 – Chocar para mudar

Objetivo: Identificar a importância da contestação à ordem social para a produção da mudança.

Conceitos relevantes:
Mudança Social
Repertório de Ação Coletiva

Tempo total estimado: dois encontros

PROCEDIMENTOS

Temática:
Imagens remetem a experiências históricas em que movimentos sociais utilizaram táticas de choque ou transtorno à ordem vigente. Atualmente é possível perceber que tais contestações são consideradas justas e que conseguiram, em muitos casos, provocar mudanças sociais relevantes. Mas muitas formas de contestação ainda geram reprovação da opinião pública, seja por suas demandas ou por suas táticas. Estudantes são convidados a refletir sobre os limites e as possibilidades da contestação social, bem como sua importância para processos de mudança nos valores e na estrutura da sociedade.

Pergunta disparadora:
De que forma a contestação da ordem social pode gerar mudança?

Atividades:
Mostrar imagens[21] relacionadas a importantes eventos de contestação social em favor dos direitos civis e sociais, e ouvir as percepções sobre elas. Após, relatar brevemente do que se trata - os eventos escolhidos para a elaboração deste material são descritos na seção "materiais de apoio". Num segundo momento, dividir a turma em quatro grupos, sendo que cada grupo receberá duas imagens e deverá responder as perguntas: qual a demanda da contestação; se a demanda é justa; qual o elemento de choque/transtorno identificado, considerando a data histórica do ocorrido; qual a provável reação das pessoas e da mídia da época; se a tática escolhida é/foi eficaz. Pedir que exemplifiquem com demandas e/ou táticas de movimentos sociais ou de ativistas atuais e que respondam novamente as perguntas sobre os exemplos escolhidos. É possível incluir imagens de contestações contemporâneas na dinâmica. Cada grupo escolhe uma situação - passada ou presente - para apresentar suas reflexões para a turma.

Fechamento:
Refletir com o grupo como o ativismo e a contestação têm sido, ao longo do tempo, vetores de mudanças sociais, ao conquistar mudanças jurídico-legais, nas políticas públicas, e/ou de valores culturais e morais. Retomar exemplos relevantes destas mudanças, como o direito ao voto feminino, os direitos civis da população negra e LGBT, a proteção ambiental, entre outros. Questionar sobre as táticas escolhidas para construir estas mudanças, que muitas vezes são de rupturas com a ordem, com ações que chocam ou que transtornam o cotidiano e a regularidade da vida.
A escolha destas táticas frequentemente é um dilema para os movimentos sociais, que se encontram na difícil tarefa de chamar a atenção da sociedade, da mídia, dos governantes, sem afastar possíveis aliados. Ativistas buscam mudar a visão de mundo das pessoas, de forma que suas reivindicações sejam consideradas justas e relevantes.
Por outro lado, os grupos conservadores também se organizam para manifestar seu contraponto às demandas de mudança, e usam ferramentas semelhantes para manter/garantir o status quo. Esta é uma importante constatação: o ativismo e as manifestações não são utilizados apenas por quem deseja a mudança social, mas também por quem deseja conservar suas regalias. Exemplos disso são as ações da organização Tradição, Família e Propriedade (TFP), da década de 1960, no Brasil, com viés conservador religioso, e, nos Estados Unidos, das organizações de extrema direita orientadas pela ideologia da supremacia branca e ligadas à Ku Klux Klan, em sua fase de atuação a partir dos anos 1950, que buscavam reagir à luta pelos direitos civis da população negra.
A maneira com que julgamos uma ação de contestação – se é justa ou não, se é violenta ou não, se é legítima ou não - está diretamente vinculada aos valores sociais vigentes e, portanto, atitudes que parecem radicais ou excêntricas hoje podem ganhar apoio social e provocar mudanças importantes no futuro, ou o contrário.

Materiais de Apoio:
Imagens que marcaram época por contrapor ou ir de encontro a tradições, costumes ou valores da sociedade. Breve descrição sobre as imagens. Sugestões de imagens contemporâneas para a segunda metade da atividade.

[21] A forma de exibir as imagens pode variar de acordo com a infraestrutura disponível. Elas podem ser impressas ou serem projetadas em tela.

Imagens de ações de protesto e contestação históricas

1 - Autor desconhecido.
Fonte: https://escolaeducacao.com.br/movimento-feminista/

2 - WP:NFCC#4
Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Miss_America_protest#/media/File:Miss_America_Protest_Freedom_Trash_Can.jpg

3 - AP Photo
Fonte: https://www.wgbh.org/news/local-news/2018/09/07/protesting-miss-america-but-not-in-two-part-harmony

4 - Autor desconhecido
Fonte: https://igay.ig.com.br/colunas/coluna-do-pomba/2017-06-28/stonewall-orgulho-lgbt.html

5- CC BY-NC-SA 2.0.
Fonte: https://www.flickr.com/photos/chrisgreen/56342295
6- https://www.crmvet.org/images/imgstrug.htm
7- Paul Weinberg/OTRS
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Anti-Apartheid_Protest_02_F.jpg

8- Arquivo José Leal.
Fonte: http://www.mst.org.br/2015/10/28/sem-terra-celebram-30-anos-da-primeira-ocupacao-realizada-pelo-mst-no-rs.html

Breve descrição das imagens

Imagem 1: A foto remete ao movimento sufragista, que consistiu na luta organizada de mulheres pelo direito ao voto a partir de meados do século XIX. O movimento teve muita força na Inglaterra e nos Estados Unidos. O voto feminino foi permitido pela primeira vez na Nova Zelândia em 1883; na Inglaterra, em 1928; no Brasil, em 1932, durante o Governo Getúlio Vargas; e, em Portugal, em 1974.

Imagens 2 e 3: As fotos mostram manifestantes protestando durante o concurso Miss América nos Estados Unidos, em 1968. Em um dos cartazes está escrito "Bem-vindo ao leilão de gado Miss América". Este evento ficou conhecido como *Bra-burning*, ou *A Queima dos Sutiãs*, apesar de os sutiãs não terem sido efetivamente queimados, mas simbolicamente jogados em uma "lata de lixo da liberdade" e expostos no chão com outros objetos considerados igualmente opressores, como sapatos de salto, cintas, espartilhos, cílios postiços. No dia seguinte, o jornal The New York Times nomeou as ativistas de *bra-burners* (queimadoras de sutiãs).

Imagem 4 e 5: A foto 4 mostra Rosa Parks em um ônibus de Montgomery, capital do Alabama, nos Estados Unidos. Até então, as primeiras filas dos ônibus desta cidade eram, por lei, reservadas para passageiros brancos, e os negros só podiam sentar nos bancos traseiros. Em 1° de dezembro de 1955, Rosa Parks tomou um desses ônibus a caminho do trabalho para casa e sentou-se em um banco no meio do veículo. Quando o motorista exigiu que ela levantasse para dar lugar a brancos que haviam entrado, Parks continuou sentada e foi presa por desacato. Sua prisão foi um catalisador que fortaleceu o movimento pelos direitos civis americanos. Houve boicotes aos ônibus e protestos até que, em 1956, a Suprema Corte julgou inconstitucional a segregação racial no transporte público.

A foto 5 mostra um caso de resistência não violenta. No Mississipi, Estados Unidos, em 1963, pessoas jogaram alimentos, bebidas, cacos de vidro e cigarro sobre ativistas brancos e negros que protestavam contra a segregação racial ocupando lugares de um restaurante reservados somente aos brancos. Esta ação durou três horas. A polícia local deu proteção a quem estava praticando a violência contra o grupo de ativistas.

Imagem 6: A foto mostra protestos pelo fim da segregação racial na África do Sul, política conhecida como Apartheid. A população negra não tinha direitos políticos, e a ela eram destinados serviços públicos de qualidade inferior aos dos brancos. Apesar de a segregação racial ser uma prática comum desde o período colonial, o Apartheid foi adotado oficialmente em 1948 e durou até 1994, quando Nelson Mandela foi eleito presidente.

Imagem 7: A foto mostra o confronto que ficou conhecido como Rebelião ou Revolta de Stonewall. *Stonewall Inn* era um bar de Nova York, ponto de encontro de pessoas homossexuais, que costumava ser alvo de batidas policiais sob o pretexto de preservação da ordem pública. Em 28 de junho de 1969, frequentadores de Stonewall não aceitaram a abordagem policial e resistiram à prisão. Este evento gerou uma série de protestos que foram fortemente reprimidos, e se tornou um símbolo da luta pelos direitos da população LGBT.

Imagem 8: A foto mostra a Fazenda Annoni, no município de Sarandi, no Rio Grande do Sul, primeira ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O assentamento foi ocupado em 29 de outubro de 1985 por mais de sete mil trabalhadores Sem Terra vindos de 30 cidades gaúchas. Oito anos depois, em 1993, a área de 9.300 hectares foi destinada para fins de Reforma Agrária. A ocupação da fazenda Annoni é um marco na história e na construção coletiva do MST.

Sugestões de imagens de atos de protesto e contestações atuais

1 - Parada Gay em Colônia, Alemanha, 2014.
Photo by CEphoto, Uwe Aranas
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cologne_Germany_Cologne-Gay-Pride-2014_Parade-03.jpg
3 - Marcha do MST, São Paulo, 2015.
Foto: MST Fonte: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=260518

Sugestões de imagens de atos de protesto e contestações atuais

1 - Ocupação das escolas, São Paulo, 2015.
Foto: Marlene Bergamo/ Folhapress. Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710619-ocupacao-de-escolas-em-sp-sobe-40-em-dia-de-exame-e-atinge-151-unidades.shtml
2 - Greve dos Caminhoneiros, Brasil, 2018.
Foto: Polícia Rodoviária Federal/ Divulgação.
Fonte: http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/11/caminhoneiros-bloqueiam-trecho-da-br-222-em-protesto-no-ceara.html

1 - Marcha das Vadias, Porto Alegre, 2013.
Foto: (CC BY-SA) NINJA
Fonte: https://www.flickr.com/photos/midianinja/8847439900
2 - "Black Blocks", São Paulo, 2013.
Foto: Nelson Antoine/Fotoarena/ Folhapress Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2013/08/1321340-leitores-ja-estao-cansados-de-manifestacoes.shtml

Sugestões de imagens de atos de protesto e contestações atuais

4 - Protesto da PETA, São Paulo, 2017.
Foto: Carta Capital
Fonte: http://envolverde.cartacapital.com.br/entrevista-com-dan-mathews-vice-presidente-da-peta-um-protesto-contra-carne-no-brasil/
5 - Parada do Orgulho LGBT, São Paulo, 2015.
Foto: Foto: Victor Moriyama/G1 Fonte: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/representei-dor-que-sentimos-diz-transexual-crucificada-na-parada-gay.html

Mais Sociologia!

Esta situação didática pode ser um disparador para debater ordem e conflito, e como acontece o processo de construção de direitos. As demandas e táticas atuais dos movimentos sociais podem gerar um debate sobre a importância de *problematizar*, ou seja, desnaturalizar o senso comum, e de *relativizar* – considerar as diferentes posições de onde se observa o fenômeno – quando se faz uma abordagem sociológica dos fatos.

Projeto Interdisciplinar: Museu Virtual do Amanhã

Um projeto interdisciplinar pode ser realizado com o componente curricular **Informática** para desenvolver um *site* em que cada grupo produzirá conteúdos sobre uma causa do ativismo contemporâneo, explorando dados sobre o tema, os quais podem corroborar ou desconstruir seus argumentos. Para alimentar o *site*, sugerimos pesquisar a **história** do movimento, bem como as mudanças por que passou ao longo do tempo. A partir do componente curricular **Geografia**, estudantes podem avaliar os impactos das demandas nos territórios, na economia e na sociedade. Exemplos: em relação ao ativismo vegetariano, explorar os efeitos ambientais da pecuária; para discutir a demanda pela Reforma Agrária, buscar informações sobre a distribuição de terras no Brasil. Como parte do exercício, com base nos dados pesquisados, os grupos deverão construir uma argumentação a ser publicada no espaço virtual sobre a visão de futuro que os movimentos escolhidos trazem para a realidade brasileira.

MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIEDADE

MÓDULO 2

MOVIMENTOS SOCIAIS, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

JUSTIFICATIVA: Movimentos sociais foram importantes para o estabelecimento e para o pleno funcionamento de instituições democráticas. Porém, diversas experiências de mobilização coletiva fortaleceram projetos antidemocráticos. Em ambos os casos, movimentos disputam a definição de democracia.

HABILIDADES DESENVOLVIDAS: Analisar experiências de mobilização coletiva, refletindo se e como tais experiências contribuíram para a construção de uma sociedade democrática e igualitária e utilizaram o conceito de democracia a seu favor.

CONCEPÇÕES QUESTIONADAS: "Movimentos sociais sempre/nunca contribuem para o avanço da democracia e dos direitos humanos".

Foto: Edisson/Jornal Boca de Rua

Situação didática 2.1 – Tanta gente sem casa, tanta casa sem gente!

Objetivo: Identificar a presença de confrontos relacionados aos direitos dos cidadãos, bem como a importância do contexto político para a configuração e reconfiguração destes confrontos.

Conceitos relevantes:
Direitos Humanos
Regime Político
Oportunidades Políticas
Justificação

Tempo total estimado: um a dois encontros

PROCEDIMENTOS

Temática:
Conflitos e tensões relacionados ao direito à moradia. Em grupos, estudantes devem identificar quem são as pessoas envolvidas nestes confrontos e, a partir de cenários hipotéticos, debater como atuam e como poderiam atuar em condições democráticas e em outros regimes políticos.

Pergunta disparadora:
Como o confronto político e o contexto político afetam a garantia dos nossos direitos, em especial, do direito à moradia?

Atividades:
Primeiro momento: Dividir a turma em quatro grupos e disponibilizar reportagens de jornais sobre a questão da moradia e os conflitos em torno deste tema (no material de apoio, sugerimos algumas reportagens). Colocar a questão: *"Quem são as pessoas, os grupos, as associações, as empresas, as organizações, representantes políticos envolvidos com a questão da moradia?"* Ao final do debate, cada grupo deve fazer uma lista caracterizando os atores identificados.

Segundo momento: Após a identificação dos atores, cada grupo receberá uma situação hipotética de contexto (cenário político), questionando: *"O que estes atores fazem e o que podem fazer dado este cenário político?"*. Sugerimos duas situações hipotéticas (Cenário A e Cenário B). Dividir a turma em quatro grupos, sendo que dois ficarão com o Cenário A e dois com o Cenário B.

Cenário A
É um país que vive certa estabilidade política e que tem um governo com alta aprovação pela população. Esse governo propôs um plano para combater o déficit habitacional e defende que as pessoas devam ter casas próprias e viver em moradias seguras e de qualidade. Para isso, criou um grupo de trabalho envolvendo diversos setores da sociedade e propôs um programa de habitação popular e de estímulo ao crédito para a financiamento de imóveis.

Cenário B
É um país que há alguns anos vive uma intensa crise política e com um governo com razoável aprovação pela população. O governo não apresentou nenhum plano para garantir o direito à moradia, nem propôs programas de moradias de baixo custo para a população necessitada. O governo avalia que adquirir casa própria é um problema particular de cada família e não dos governos eleitos.

Fechamento:
A atividade é encerrada com a apresentação de atores identificados e como cada grupo avaliou a atuação destas pessoas nos conflitos e tensões referentes à garantia do direito à moradia. É importante lembrar que há interesses e perspectivas diferentes por trás de cada conflito. Um exemplo é a discussão sobre como o direito à educação e o direito à saúde devem ser efetivados por instituições públicas ou privadas. Muitas vezes, a mobilização é essencial para que as pessoas tenham seus pontos de vista ouvidos e levados em consideração. Indique o papel do governo na garantia de direitos e na resolução desses confrontos.
Por fim, pode-se discutir como o argumento dos "direitos" é usado por diferentes atores e grupos sociais. Por exemplo: em um conflito em que as pessoas que são donas dos imóveis não querem cedê-los, e uma parte da população demanda acesso gratuito ou mais barato à moradia, quem não tem condições de pagar aluguel argumenta estar defendendo seu direito à moradia, em oposição a quem alega estar defendendo seu direito à propriedade. Assim, a própria ideia do que são direitos e de quais direitos são mais relevantes em cada caso está em disputa na sociedade e é mobilizada para justificar posições em um confronto. Além disso, essa situação permite falar sobre democracia e como exercê-la, seja elegendo representantes que defendam interesses coletivos, se mobilizando para pressioná-los após a eleição, ou atuando para demandar mudanças nas ações do governo frente a confrontos em torno de direitos.

Mais Sociologia!

Essa situação didática pode servir como um disparador para o estudo do déficit habitacional no Brasil, das políticas de habitação e das pessoas em situação de rua. Também pode gerar um debate sobre as ocupações como resposta aos problemas de habitação, e outros confrontos políticos relacionados ao direito à saúde, à educação, à alimentação. Pode motivar ainda estudos sobre a democracia no Brasil a partir da análise da **História**, suas transformações e sua importância para a garantia dos direitos dos cidadãos.

Projeto Interdisciplinar: Quando um direito é negado

No Brasil, apesar de o direito à moradia ser garantido pela Constituição Federal, muitas pessoas ainda não têm casa própria ou condições de pagar um aluguel. A solução encontrada por alguns é a ocupação irregular de terrenos. Docentes de **Geografia** podem propor uma aula mostrando a relação entre ocupação de terrenos não apropriados, deslizamento de terras e questão social. Junto à disciplina de **História**, pode ser realizado um levantamento histórico das ocupações no processo brasileiro de urbanização. Na **Matemática**, vale analisar estatísticas sobre estas ocupações ao longo do tempo. E docentes das disciplinas de **Biologia** e **Química** podem abordar os impactos que a falta de acesso a saneamento básico tem sobre o meio ambiente e sobre a saúde das pessoas em ocupações irregulares. Em uma atividade conjunta, podem organizar uma exposição para apresentar as múltiplas consequências da negação de um direito básico à população. Recomenda-se que esses estudos focalizem a realidade local, de forma a contextualizar com o cotidiano da turma.

MATERIAL DE APOIO

Sugestões de reportagens de jornais para identificação de atores em conflitos relacionados ao direito à moradia.

Sugestões de matérias jornalísticas

24/05/2019
Revista Época Negócios
Feirão de imóveis ocorre em seis capitais do país até domingo
No total, serão oferecidos mais de 2 mil imóveis em 55 empreendimentos

Feirão de Imóveis do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) ocorre nas regiões metropolitanas de seis capitais e no interior paulista, para famílias com renda de mínima de R$ 2 mil. Os imóveis serão negociados pela Caixa Econômica Federal.
Nos dias 24 a 26 de maio, estarão à venda imóveis em Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Manaus e São Paulo; além de Campinas, Piracicaba, Sorocaba, Valinhos e Votorantim. Nos dias 29 a 30, a comercialização ocorrerá no Rio de Janeiro.
No total, serão oferecidos para venda mais de 2 mil imóveis em 55 empreendimentos. Conforme os organizadores, "Cada localidade tem suas ofertas específicas, que variam conforme localização dos empreendimentos e do tipo de apartamento. Em alguns lugares, o valor de entrada do imóvel poderá ser parcelado entre 48 e 60 vezes".
Além de imóveis do MCMV, em Belo Horizonte e em São Paulo também serão negociados imóveis para famílias de classe média. Outros bancos participarão dos feirões nas duas capitais: Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander e Banco Inter.
A vantagem de participar de feirões é a agilidade das operações com os agentes financeiros. Análise de crédito, negociação de taxas e aprovação de recursos acontece em tempo real. Para tentar financiamento para a compra da casa própria é necessário levar documentos pessoais (como RG e CPF) e comprovantes de renda e de residência.

07/02/2019
Jornal Zero Hora
TRF4 nega pagamento de auxílio-moradia a pessoas em situação de rua
Ação foi ajuizada pela DPU contra a União, o Estado do Rio Grande do Sul e o município de Porto Alegre

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou, por unanimidade, o pedido da Defensoria Pública da União (DPU) para que o governo federal pagasse R$ 750 por mês de auxílio-moradia a todas as pessoas em situação de rua registradas no Cadastro Único.
A ação foi ajuizada contra a União, o Estado do Rio Grande do Sul e o município de Porto Alegre, com a alegação de ausência de uma política de moradia adequada e a falta de renda dos moradores de rua para ter acesso a um lar digno. Na petição inicial, a DPU requeria que, caso fosse julgada procedente a ação, o Tribunal determinasse a extensão ao demais estados e municípios do país.
O pedido já havia sido negado em primeira instância, na 2ª Vara Federal de Porto Alegre. No TRF4, os desembargadores reforçaram o entendimento de que as políticas públicas são de responsabilidade e controle do Poder Executivo, não cabendo interferência do Judiciário.
"Apenas em situações excepcionais, nas quais reste evidenciada a omissão do poder público, é que poderá o Poder Judiciário intervir, o que não é o caso dos autos", escreveu, em seu voto, o relator do caso, desembargador federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle.
A DPU ainda pode apresentar embargos de declaração ao TRF4 e recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

06/05/2018
Jornal Folha de São Paulo
Mulheres lideram movimentos por moradia em SP
No centro de São Paulo, ocupações têm comando feminino e mães solteiras em busca de segurança

Jomarina Fonseca, 60, Antônia Rodrigues, 55, e Ivaneti de Araújo, 45, lideram movimentos de ocupação de imóveis em São Paulo. Para Antônia, o fato de a mulher ser mais acolhedora que o homem a ajuda nesse papel.

São Paulo - Com a promessa da casa própria, em 1998, Neti entrou com o marido e duas filhas pequenas em um imóvel, às pressas, após quatro meses como moradores de rua. Ela não entendia o motivo da correria. "Aquela multidão, o povo gritando: 'Vamos, vamos, entra!'. Me disseram que a casa era uma conquista nossa, então por que tinha que entrar tão rápido?", lembra, rindo.
Lá dentro, escolheu um quarto grande, com dois janelões. "Eita, legal aqui", pensou. Só depois soube que ali era um hospital abandonado. Era a sua primeira ocupação.
Vinte anos depois, Ivaneti de Araújo, 45, a Neti, é a principal líder do Movimento de Moradia na Luta por Justiça e comanda duas invasões no centro de São Paulo: uma na rua Mauá, com 237 famílias, e outra na Prestes Maia, com 490. Nessas duas décadas, passou por vários endereços, mas criou raízes no prédio da Mauá, onde vive há 11 anos.
Assim como ela, por diferentes motivos, várias mulheres vão morar neste tipo de moradia improvisada e, depois, se tornam líderes de movimentos e ocupações na cidade. No caso de Neti, ela e o marido perderam os empregos e foram viver na rua. Pouco depois, ele deixou a família.
Na terça-feira (1º), o desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, no centro de São Paulo, deixou ao menos um morto, cinco desaparecidos e escancarou o problema da falta de moradia na cidade, trouxe luz à precariedade de prédios invadidos e mostra que grupos marginalizados, como mães solteiras, refugiados e ex-moradores de rua encontram força e união nessas habitações.
A cidade de São Paulo tem cerca de 250 imóveis ocupados, sendo 70 deles no centro. Na Mauá, Neti mora com seu companheiro atual, cinco filhos e um cachorro, Spike.
Oriunda do interior do estado, trabalhou desde os nove anos na roça, estudou até a quinta série e, em São Paulo, vende roupas como sacoleira.
A história de Neti é comum nas ocupações. "A maioria dos moradores foi ou é mãe solteira, que o marido foi embora. E a maioria das lideranças é mulher", diz Antônia Rodrigues, 55, coordenadora do Movimento de Moradia Famílias Independentes. Tôninha, como é conhecida, gerencia três prédios invadidos na cidade.
A paraibana entrou na luta por moradia quando chegou a São Paulo, aos 22 anos, com os pais e 11 irmãos. Como não conseguiam alugar um imóvel, participaram da ocupação de um terreno na zona leste. "Construímos nossa casa lá, há 33 anos", conta ela, que mora em um quarto no centro, cedido por uma amiga.
Como Neti, Tôninha não completou a escola. Trabalhou desde cedo, ajudando o pai na roça, e hoje é sacoleira.
Para ela, as mulheres se tornam líderes nas ocupações pelo papel que desempenham nas famílias. "Elas se esforçam pelos filhos, para não ficarem na rua. A mulher tende a ser mais acolhedora, isso é importante no movimento. Elas cuidam da ocupação e das pessoas que chegam", diz.
Por essa acolhida, as líderes femininas viram referências e são procuradas incessantemente para resolver problemas nas ocupações —é difícil ficar dez minutos com elas sem alguma interrupção.

Uma das coordenadoras do prédio é Maria Aparecida Dias, 61, que se mudou para lá com o marido há um ano, depois que perdeu filho, sogro e uma marcenaria na zona leste, após sofrerem um golpe. "Vocês acham que nós que moramos em ocupação não gostaríamos de ter a segurança de uma casa? A gente chegou sem nada, sem ter o que comer. E nos acolheram", diz.
Refugiados e imigrantes também são comuns nas ocupações. Eram 46 dos 455 moradores do Wilton Paes de Almeida, segundo cadastro na prefeitura de março. 17 deles (a maior parte), de Angola, como Olívia Pemba, 35, que vivia ali com o marido e três filhos.
Fugindo das ameaças de um sócio, a família resumiu as posses de uma vida em algumas malas com roupas e documentos e chegou ao Brasil no ano passado. Moravam no terceiro andar do prédio que desabou. Houve tempo apenas de pegar celular e documentos quando começou o fogo.
Foi Theresa Senga, 28, também angolana, que os levou para outro prédio invadido, no centro. Theresa fugiu do seu país há três anos, após um chefe desconfiar de que ela vira documentos sigilosos.
"No centro você nunca vai achar uma casa por R$ 600 que seja. E imagina o tamanho. Tenho três filhos e um marido, como vou morar assim? E a gente precisa viver no centro pelos nossos empregos", diz Theresa.
Débora Mambombe, 16, filha de Olívia, tem dificuldades de se adaptar. Sente falta da família, das amigas e da escola que deixou para trás — não gosta do colégio público brasileiro, onde cursa o 2º ano: diz que os alunos não respeitam os professores.
Há quatro meses nasceu o único filho brasileiro de Olívia, Grade. É assim que os angolanos dizem "graças a Deus" em quicongo, língua falada no noroeste do país.
Além do idioma, Simão Victor, 33, fala português, inglês, mandarim, e oito línguas africanas. Mesmo assim, não consegue arrumar emprego como mecânico no Brasil, onde veio fazer um curso técnico. Já morou na África do Sul, também estudando, e na China com o pai, que é comerciante.
Sem dinheiro, acabou numa ocupação, depois de viver em abrigos e na rua. Ainda sonha com a casa própria, mas parou a busca. "Nem adianta procurar, como vou pagar?".

28/07/2019
Jornal Diário do Nordeste
Cresce otimismo dos empresários da construção civil
Em 2014, a construção civil empregava 3,4 milhões pessoas. Hoje, o setor emprega 2 milhões de trabalhadores.

Os empresários da indústria da construção estão mais otimistas com a expectativa de crescimento do setor no cenário futuro, como revela a Sondagem Indústria da Construção de junho, divulgada no fim de semana pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com apoio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).
Esse movimento foi observado em todos os índices de expectativa da pesquisa: Nível de atividade (56,4%); Novos empreendimentos e serviços (56,4%); Compra de insumos e matérias-primas (55,1%); Número de Empregados (54,6%).
Para o presidente da CBIC, José Carlos Martins, "essa expectativa de crescimento é resultado da confiança dos empresários de que a reforma da Previdência será aprovada em segundo turno", o que muda o cenário de investimento no país, acelerando, inclusive, a geração de novos postos de trabalho no setor.
Vale lembrar que, em 2014, a construção civil empregava 3,4 milhões pessoas. Hoje, o setor emprega 2 milhões de trabalhadores.

Foto: Uarlen Valerio/O Tempo/Grafias de Junho

Situação didática 2.2 – Literatura, distopias e autoritarismos

Objetivo: Identificar como experiências de mobilização social e coletiva podem se dar também a partir de projetos autoritários e de supressão de direitos.

Conceitos relevantes:
Regime Político
Direitos Humanos

Tempo total estimado: dois encontros

PROCEDIMENTOS

Temática:
Algumas mobilizações da sociedade civil podem levar à conquista de direitos, mas há também grupos organizados que defendem a supressão de direitos, questionam a democracia e fazem mobilizações. No curso da História, estes grupos levaram a situações de confronto, especialmente com minorias, de modo que estas perdessem garantias legais que anteriormente lhes eram asseguradas.
Um exemplo está descrito no livro *O Conto da Aia (The Handmaid's Tale)*, da escritora canadense Margaret Atwood, que foi adaptado para série de televisão. Essa história apresenta uma realidade distópica na qual um grupo fundamentalista religioso organizado assume o poder, instaura um regime autoritário e retira direitos das mulheres, colocando-as em posição de servidão frente aos demais grupos sociais.

Pergunta disparadora:
Quais as consequências da mobilização social e coletiva para os diversos grupos sociais e para os direitos humanos? Essas consequências são necessariamente relacionadas à conquista de direitos? Como experiências de mobilização social e coletiva podem ser usadas por projetos autoritários e de supressão de direitos?

Atividades:
Dividir a turma em grupos e entregar o resumo de *O Conto da Aia*. Discutir como, no livro, um grupo organizado deu um golpe de Estado e instaurou uma ordem autoritária em que os direitos das mulheres foram suprimidos. Falar sobre o enredo – síntese do livro que identifica o resumo da história, personagens, como interagem. Sugere-se explicar os conceitos de distopia, supressão da democracia e supressão de direitos que estão presentes no livro. Posteriormente, em grupos de até cinco participantes, estudantes devem criar sua própria distopia, sendo que apenas um enredo é suficiente. O texto deve estar baseado em pesquisa sobre experiências históricas em que a organização de grupos fomentou projetos de supressão da democracia e de direitos humanos. Deve englobar os seguintes conceitos: mobilização social, supressão da democracia e supressão de direitos. Preferencialmente, usar como referência o cenário político brasileiro atual. Perguntas para facilitar o desenvolvimento do enredo:

Personagens – Quem são as/os protagonistas da história?
Cenário – Onde se passa a história?
Conflito – Qual o principal desafio?
Resolução – Como o conflito é resolvido?
Tema – Qual o assunto central?
Favorito – O que você mais gosta nesta história?

Fechamento:
Apresentação dos textos. É importante destacar como movimentos sociais podem ser importantes para manter a democracia e os direitos humanos, mas que experiências de mobilização coletiva também podem levar a um projeto contrário, provocando confrontos. Reflita com o grupo como a democracia e os direitos humanos não obedecem a um processo histórico linear, de modo que direitos que haviam sido historicamente conquistados podem ser suprimidos em um momento posterior.

Materiais de Apoio:
Resumo do livro *"O Conto da Aia"*
Romance distópico de 1985 da autora canadense Margaret Atwood.

Enredo: Após um ataque terrorista matar o presidente e a maioria do Congresso dos Estados Unidos, um movimento fundamentalista de reconstrução cristã autointitulado "Filhos de Jacó" lança um golpe e suspende a Constituição dos Estados Unidos sob o pretexto de "restaurar a ordem". Eles rapidamente tiram os direitos das mulheres. O novo regime, a República de Gileade, trabalha velozmente para consolidar seu poder e reorganizar a sociedade em um novo modelo totalitário, militarizado e hierárquico de fanatismo religioso e social inspirado no Antigo Testamento baseado em castas sociais. Nesta sociedade, os direitos humanos são severamente limitados e os direitos das mulheres são ainda mais restritos.
Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/The_Handmaid's_Tale

Reportagens sobre o livro/série "O Conto da Aia"

"Por que a série *The Handmaid's Tale* é relevante para os dias de hoje"
https://www.bbc.com/portuguese/vert--cul-44294676

NEWS | BRASIL

Notícias Brasil Internacional Economia Saúde Ciência Tecnologia Aprenda Inglês

Por que a série The Handmaid's Tale é relevante para os dias de hoje

16 fevereiro 2019 Compartilhar

Atwood concebeu o romance como uma "ficção especulativa", imaginando um futuro que poderia acontecer sem nenhum avanço tecnológico em relação ao presente

"Por que todo mundo está falando sobre 'O conto da aia'?"
https://www.huffpostbrasil.com/2017/05/31/por-que-todo-mundo-esta-falando-tando--sobre- o-conto-da-aia_a_22119483/

HUFFPOST

NOTÍCIAS OPINIÃO MULHERES LGBT COMPORTAMENTO COMIDA ENTRETENIMENTO

Por que todo mundo está falando sobre 'O Conto da Aia'?

Romance da escritora canadense Margaret Atwood lançado em 1985 permanece assustadoramente atual.

By Caio Delcolli

Outras distopias sobre supressão de direitos e autoritarismo

- *"1984"*, George Orwell
- *"Admirável Mundo Novo"*, Aldous Huxley
- *"Androides sonham com ovelhas elétricas?"*, Philip K Dick
- *"Farenheit 451"*, Ray Bradbury
- *"Jogos Vorazes"*, Suzanne Collins
- *"O Círculo"*, Dave Eggers

Mais Sociologia!

A partir dos livros, pode-se refletir como os direitos de minorias são conquistados e/ou suprimidos e como são construídos, desde uma perspectiva histórica, com discursos de preconceito contra determinados grupos sociais. Também pode ser abordada a temática da violência, analisando como acontece a repressão, e que mecanismos utiliza. A promulgação de leis restritivas de direitos, como o direito de reunião, por exemplo, dificulta a organização de lutas coletivas.
Sugerimos analisar o papel dos sistemas Legislativo e Judiciário, tanto na criação quanto na aplicação das leis, e as configurações de poder que influenciam as tomadas de decisão sobre quais grupos vão ter seus direitos suprimidos. Do ponto de vista da Sociologia Política, pode-se estabelecer a conexão desta situação didática com a configuração de regimes autoritários, estimulando uma conversa sobre o que são e como se formam.

Projeto Interdisciplinar: Mobilização Social e Coletiva para a Supressão de Direitos

Na área de **História**, propor um projeto sobre os períodos em que processos dessa espécie ocorreram, tanto no mundo, de modo geral, como no Brasil. A **Geografia** fornece elementos para a compreensão do papel do espaço nas dinâmicas de mobilização social e supressão de direitos. Por exemplo: a relação de características demográficas da região, as disputas pelos espaços, as restrições ao uso de espaços públicos.
As **Artes** permitem o estudo de formas de resistência à supressão de direitos, dado que é recorrente que formas artísticas de expressão sejam utilizadas para contestação e denúncia contra regimes autoritários. No mesmo sentido, a **Literatura**, como abordado durante a situação didática, pode ser um disparador para o debate sobre a supressão de direitos e a contestação a regimes autoritários através das obras sugeridas.
A **Filosofia** contribui para a produção de um debate sobre os fundamentos dos valores morais e dos direitos. Pode-se refletir filosoficamente sobre os fundamentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos em relação ao princípio da igualdade e da não discriminação por raça, cor, gênero, nacionalidade ou por qualquer outro motivo.
Sugere-se que os grupos façam as discussões interdisciplinares a partir dos textos criados. Para isso, devem trocar os textos entre si. Após a leitura, a tarefa proposta é criar uma narrativa alternativa à que foi recebida, em que a situação de supressão de direitos é superada. Neste momento, devem enfatizar como o conhecimento de História, Geografia, Artes, ou Literatura é importante para contrapor os contextos de autoritarismo.

DOS PROBLEMAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

MÓDULO 3

MOVIMENTOS SOCIAIS, PROBLEMAS E IDENTIDADES

JUSTIFICATIVA: Existência de uma concepção naturalizada de que movimentos sociais surgem espontaneamente como respostas a problemas ou crises vividas por um grupo social, que ignora os processos de construção social dos problemas sociais e das identidades coletivas.

HABILIDADES DESENVOLVIDAS: Desnaturalizar a "indignação", reconhecendo a importância dos movimentos sociais nas disputas em torno dos problemas sociais e das identidades.

CONCEPÇÕES QUESTIONADAS: "Movimentos sociais são respostas espontâneas de pessoas indignadas com problemas sociais".

Foto: Wilson Dias/ABr/Grafias de Junho

Situação didática 3.1 – Viajantes no Tempo

Objetivo: Reconhecer a contribuição dos movimentos sociais no processo de construção dos problemas sociais, ou seja, na interpretação do que antes era visto como normal e justo como um problema social a ser resolvido.

Conceitos relevantes:
Problemas Sociais e Movimentos Sociais
Enquadramento Interpretativo

Tempo total estimado: dois encontros

PROCEDIMENTOS

Temática:
Ativistas de movimentos sociais contemporâneos viajam no tempo buscando contribuir para as lutas de seus movimentos no passado. Em diferentes situações sugeridas no Material de Apoio, encontram-se em interações em que devem argumentar que as práticas de seus interlocutores são injustas e, assim, configuram problemas sociais.
As situações sugeridas no Material de Apoio se referem às lutas:
a) do movimento negro e abolicionista pela abolição da escravidão;
b) do movimento feminista e de mulheres pelo direito ao voto;
c) dos sindicatos pela regulamentação da jornada de trabalho;
d) do movimento LGBT pela despatologização da homossexualidade;
e) do movimento ambientalista pela redução da emissão de gases do efeito estufa.
Pode-se pode adaptar as situações sugeridas à realidade local, aos interesses da turma, ou aos conteúdos trabalhados em aula.

Pergunta disparadora:
Como as visões sobre "o que é um problema" mudam ao longo da História?

Atividades:
Apresentar a temática da situação didática e a pergunta disparadora, e dividir a turma em cinco grupos. Cada grupo deverá ler uma das situações propostas no Material de Apoio e buscar argumentos, dados ou teorias para demonstrar que o fenômeno ou a prática social mencionada no material é um problema social.
No encontro seguinte, cada grupo deverá apresentar a situação e os argumentos utilizados. Sugerimos que façam uma pequena dramatização, em que alguém interprete a pessoa que viaja no tempo e o resto da turma interprete personagens aos quais deve ser demonstrada a existência de um problema social.

Fechamento:
Retomar as apresentações realizadas no encontro anterior, e avaliar se os grupos consideraram fácil ou difícil a tarefa.
Refletir com a turma como a "transformação" dessas práticas não foi um processo rápido ou simples, e como muitos movimentos sociais contribuíram com novas interpretações sobre a realidade enfrentando a oposição de pessoas ou grupos contrários que acreditavam que os fenômenos que hoje vemos como problemas sociais eram justos, naturais, inevitáveis ou "maus necessários". Questionar sobre os sentimentos que essa atividade despertou.
Que práticas hoje consideradas "normais" e "justas" poderão ser consideradas problemas sociais pelas próximas gerações? Por que devemos estar atentos aos movimentos sociais contemporâneos?

Os conceitos de "socialização" e "etnocentrismo" podem ser úteis para ressaltar que as formas de interpretar a vida social estão relacionadas às experiências e interações sociais e que, portanto, tentar olhar o mundo a partir "dos olhos" de outro momento histórico ou de outra cultura é um processo difícil.

Uma segunda reflexão se refere à persistência de embates em torno de problemas sociais em disputa na sociedade. Que grupos se opõem a demandas semelhantes desses movimentos atualmente? Por exemplo: o que aconteceria se trabalhadores e trabalhadoras demandassem a redução da jornada de trabalho, como reagiriam as empresas? As mudanças podem ser barradas por contramovimentos, e suas conquistas podem ser revertidas. Essas disputas em torno de problemas sociais serão abordadas também em outra situação didática.

Situação A:
Martin, militante do movimento negro nos dias de hoje, viajou até o ano de 1850 para tentar contribuir com a luta pelo fim da escravidão. Chegando lá, logo marcou um encontro com um grupo de líderes de grandes proprietários de terras que defendiam a escravidão. Eles discordaram de Martin. Disseram que os escravos eram sua propriedade, que os haviam comprado com o fruto de muito trabalho e que o governo não tinha o direito de libertá-los. Disseram também que a escravidão era essencial para a economia brasileira, que é dependente do campo e da venda de alimentos, e que, portanto, o fim da escravidão poderia ter consequências terríveis economicamente. Por fim, alegaram que é melhor ser escravo e ter ao menos acesso à comida do que viver na miséria. Que argumentos Martin poderia utilizar para demonstrar que a escravidão é um problema social grave que deve ser combatido?

Você sabia que o Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão em 1888?

Situação B:
Simone, militante do movimento feminista nos dias de hoje, viajou até o ano 1900 para tentar contribuir com a luta pelo direito das mulheres ao voto. Chegando lá, se reuniu com políticos (todos homens!), que eram contra as mulheres votarem. Segundo estes políticos, os homens eram naturalmente mais racionais que as mulheres e, portanto, mais capazes de tomar decisões importantes. Além disso, a dedicação à política poderia fazer com que as mulheres deixassem o cuidado com a casa e com os filhos em segundo lugar, prejudicando sua família. Permitir o voto das mulheres seria prejudicial ao Brasil. Que argumentos Simone poderia utilizar para demonstrar que a negação do direito ao voto das mulheres é um problema social que deve ser combatido?

Você sabia que as mulheres conquistaram o direito ao voto apenas no ano de 1932 no Brasil e que essa foi uma das principais demandas da "primeira onda" do movimento feminista?

Situação C:
Carlos, militante do movimento dos trabalhadores nos dias de hoje, viajou até a Inglaterra do ano de 1850 para tentar contribuir com a luta pela redução da jornada de trabalho. Chegando lá, reuniu-se com líderes de uma grande associação de industriários, que se revoltaram com suas demandas. Afirmaram que os empresários deveriam ter o direito de contratar trabalhadores por quantas horas desejassem e que, da mesma forma, os operários deveriam ser livres para trabalhar por quantas horas quisessem. Disseram que uma jornada de trabalho longa era boa para todos, porque aumenta a produção e diminui o preço dos produtos. Por fim, ainda argumentaram que uma jornada de trabalho curta daria aos trabalhadores mais tempo livre para a vagabundagem, para a bebida e para as drogas. Que argumentos Carlos poderia utilizar para demonstrar que uma jornada de trabalho maior do que oito horas diárias é excessiva e que esse é um problema social a ser resolvido?

Você sabia que a partir de 1934 a jornada máxima de trabalho no Brasil passou a ser de oito horas diárias e 44 horas semanais? Em 1943 foi criada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) com o objetivo de regulamentar as relações de trabalho no Brasil.

Situação D:
Judite, ativista do movimento LGBT nos dias de hoje, viajou até o ano de 1950 para tentar contribuir com a luta pela despatologização da homossexualidade, ou seja, para que pessoas LGBT não fossem mais consideradas "doentes". Chegando lá, se reuniu com um grupo de médicos conservadores, que consideraram suas ideias absurdas. Eles argumentaram que biologicamente os homens deveriam sentir atração por mulheres para possibilitar a reprodução da espécie. A atração sexual entre pessoas do mesmo sexo, portanto, não era natural. Assim, homossexuais deveriam ser submetidos a tratamentos médicos para buscar cura para seus problemas. Que argumentos Judite poderia utilizar para demonstrar que a homossexualidade não é uma doença e que sua patologização é um problema social a ser combatido?

Você sabia que, desde 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) não considera a homossexualidade uma doença? Ativistas travestis e transexuais ainda lutam pela despatologização das identidades trans.

Situação E:
Chico, ativista do movimento ambientalista nos dias de hoje, viajou até o ano de 1960 para tentar contribuir com a luta a favor da redução na emissão de gases do efeito estufa e contra o aquecimento global. Chegando lá, reuniu-se com um grupo de donos de grandes indústrias que se negaram a modificar suas linhas de montagem e adotar práticas sustentáveis. Afirmaram que não acreditavam nos inúmeros estudos que indicavam a existência do aquecimento global e que o governo não tinha o direito de lhes impor normas para o funcionamento de suas fábricas, já que elas eram propriedade privada. Por fim, argumentaram que a implementação de práticas sustentáveis era cara, que afetaria os lucros das empresas e prejudicaria a economia do país. Que argumentos Chico poderia utilizar para demonstrar que a falta de controle sobre a emissão de gases do efeito estufa é um problema social que deve ser combatido?

Você sabia que acordos internacionais já foram firmados para que os países diminuíssem a emissão de gases do efeito estufa, tais como o Protocolo de Quioto (1997) e o Acordo de Paris (2015)? No entanto, muitos governos ainda resistem a adotar as medidas estipuladas por esses acordos.

Mais Sociologia!

Essa situação didática pode ser um disparador para o estudo da história dos movimentos sociais citados no Material de Apoio. É possível utilizar também outros documentos, fotos e vídeos com informações sobre os movimentos negro, feminista, de trabalho, LGBT e ambientalista.
Cada uma das situações pode servir de incentivo para o debate de temáticas dentro da Sociologia em torno das relações raciais no Brasil, da desigualdade de gênero, das relações de trabalho no Capitalismo, da diversidade sexual e da relação entre sociedade e meio ambiente.

Projeto Interdisciplinar: Feira de Ciência, Filosofia e Mobilização

Pesquisas científicas e debates filosóficos podem auxiliar os movimentos sociais a identificarem e darem nome a novos problemas sociais. Quando filósofos e cientistas se unem a um movimento social, argumentando que suas demandas se referem a problemas sociais reais, as chances de ativistas serem "levados a sério" pela sociedade também aumentam. Assim, Ciência, Filosofia e mobilização andam juntos!
Na área das **Ciências Naturais (Biologia, Química e Física)** pode-se propor uma conversa sobre as contribuições de cientistas para alguns movimentos sociais, como o movimento ambientalista.
Já docentes da área da **Filosofia** podem abordar filósofos e conceitos que se tornaram importantes para alguns movimentos sociais.
Juntos, podem organizar uma Feira de Ciência, Filosofia e Mobilização, dividindo as turmas em grupos, cada qual com a tarefa de pesquisar sobre a história de um movimento social e quais cientistas, filósofos, teorias e conceitos foram importantes em sua trajetória. O resultado final pode ser uma atividade criativa e envolvente.

Foto: Ana Carolina Moreno/G1/Grafias de Junho

Situação didática 3.2 – Embalando Corações e Mentes

Objetivo: Compreender a importância das criações musicais não só como expressão artística, mas também como agentes na construção de identidades coletivas da juventude e como forma de resistência e de luta por direitos humanos.

Conceitos relevantes:
Identidade Coletiva
Direitos Humanos

Tempo total estimado: três encontros

PROCEDIMENTOS

Temática:
A música é uma das principais manifestações da cultura popular. Exerce um importante papel como forma de expressão, ao mesmo tempo em que possibilita novas práticas sociais. Como manifestação artística, a música toca mentes, corações e corpos, de forma que, individualmente, atinge a subjetividade de quem a escuta e, coletivamente, tem um efeito unificador. Essas características possibilitaram que, no decorrer do processo histórico, as músicas tenham se configurado como instrumentos de mudança de valores, significados e posições, exercendo função relevante na construção de identidades e na luta por direitos humanos. Portanto, a música popular sempre andou muito próxima das manifestações sociais e políticas no Brasil e no mundo.

Pergunta disparadora:
Em que medida a música pode ser entendida como um agente na formação de identidades coletivas na juventude e na luta contra injustiças e processos discriminatórios?

Atividades

A partir da pergunta disparadora que estabelece uma relação entre música, identidade e direitos humanos, usar como exemplo a realidade do Brasil no contexto da década de 1960. Nesse período, movimentos estudantis como o de maio de 1968, na França, e de resistência à ditadura militar na América Latina inspiraram setores da juventude brasileira a se engajarem politicamente. A Passeata dos Cem Mil, realizada em junho de 1968, no Rio de Janeiro (RJ), sob a liderança de estudantes, contou com a presença de personalidades públicas, intelectuais e artistas. A manifestação se posicionava contra as ações do governo militar e a repressão. No entanto, é importante ressaltar que a ideia de "juventude" reforçada pela historiografia e pelos meios de comunicação de massa se ligava a estudantes de classe média. Jovens que participavam do movimento operário, por exemplo, não eram reconhecidos como uma categoria específica em termos geracionais, mas incluídos na categoria "operários".
A mudança da conjuntura política na transição dos anos 1960 para 1970 – época marcada pelo recrudescimento da repressão –, fez com que as formas de luta se modificassem e as grandes mobilizações passassem a ser menos frequentes. A música seguiu sendo uma forma de resistência, instigando a criatividade artística para driblar a censura vigente.
No início dos anos 1990, com o processo de redemocratização, jovens voltaram a protagonizar uma grande mobilização. Com o apelido de "caras pintadas", e o incentivo de meios de comunicação de massa e da União Nacional dos Estudantes (UNE), organizaram uma manifestação pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. Outros segmentos jovens continuaram fazendo protestos, multiplicando demandas que extrapolam os aspectos políticos. Nas periferias das cidades, a juventude se expressa de diversas formas, ocupa espaços, difunde suas manifestações a outros setores da sociedade e expressa valores sociais e atitudes de não adesão à cultura dominante. São jovens de menor renda, especialmente quem vive nas periferias das grandes cidades, de cor negra ou parda, as principais vítimas da estigmatização e da violência. Ou seja, a violência e as adversidades presentes nos meios em que vivem acabam sendo incorporadas às representações que a sociedade constrói a respeito dessa juventude e de suas formas de sociabilidade e lazer. Em resposta à estigmatização, surgem movimentos como o *funk* e o *hip-hop*, que utilizam também a música para comunicação e expressão.
Assim, a ação política é redefinida como uma dimensão que abarca todas as práticas sociais e não apenas as que gravitam em torno do Estado. As demandas denunciam injustiças sociais, como a violência contra grupos minoritários, a desigualdade social, de gênero, de raça, etc. Todo processo histórico pode ser analisado por meio da noção de identidade da juventude, assim como pode ser ilustrado pela expressão musical característica de diferentes grupos de jovens, em diferentes contextos socioculturais.
Após fazer essa reflexão, dividir a turma em grupos e propor que discutam suas preferências na música brasileira, e que selecionem artistas e bandas com que se identificam. O celular pode ser usado como instrumento para fazer a pesquisa. Peça que reflitam sobre as letras e sua temática, identificando se há algum tipo de crítica que sugira a necessidade de mudança de

valores, de comportamentos, de posição política. Ao término do trabalho, cada grupo deverá apresentar os resultados encontrados: se há manifestações de cunho político e social – luta por democracia, direito à moradia, educação, à saúde –, ou por direitos civis – garantia das liberdades individuais, tais como a possibilidade de se expressar de maneira autônoma.
Em um segundo momento, sugerir que cada grupo escolha demandas que estão em pauta nas expressões musicais pesquisadas (questão racial, feminista, LGBT, ambiental, entre outras) e selecione duas músicas que contemplem majoritariamente este tema, apresentando-o para o resto da turma na forma de leitura, declamação, canto, dublagem.
Na continuação, apresentar músicas previamente selecionadas que ilustram as manifestações políticas e sociais na história contemporânea brasileira dos anos 1960/1970 e 1980/1990. Estas músicas são sugeridas no Material de Apoio.
Depois, abrir para a discussão, de forma que as canções apresentadas possam ser comparadas com as músicas da atualidade.

Fechamento:

Analisar e refletir com o grupo como o contexto histórico-cultural é determinante para as distintas maneiras de viver a juventude, e de que forma esse fato pode ser observado não só nas letras e nas músicas das canções, mas também na maneira de vestir e no comportamento de jovens.
Observar como "juventude" não se trata de um conceito que está dado, mas sim de vários conceitos, resultantes de uma representação específica de determinada sociedade. Diferentemente da adolescência, que é delimitada pela fronteira da faixa etária estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como o período que compreende entre 12 a 18 anos incompletos, a juventude refere-se a um período não necessariamente delimitado pela idade, mas que compreende outros fatores relacionados a intensas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais que variam de acordo com as diferentes classes sociais, culturas, épocas, etnias, gênero, entre outros determinantes.
Não existe uma concepção única que caracterize e delimite o grupo geracional no qual a juventude está inserida, visto que se trata de uma categoria em permanente construção social e histórica. Cabe falar em "juventudes" que possuem a identidade como questão central, mas se destacam no imaginário a partir de múltiplas referências, em diferentes períodos históricos. Essa é uma complexa condição, que influencia e é influenciada por culturas, e que é dinâmica e mutável ao longo do tempo, de acordo com as transformações da sociedade. Não se pode, portanto, falar de uma juventude universal. Assim sendo, a produção musical de jovens de cada época fala sobre a cultura e o contexto no qual está inserida, bem como em nome de quem está falando.

MATERIAL DE APOIO

Vídeos e músicas para apresentação em sala de aula, junto com as letras impressas das canções.

Exemplos de músicas: POLÍTICA/SOCIAL - 1960/1970:

Apesar de Você - Chico Buarque (1970)
https://www.youtube.com/watch?v=33-bMTOlvx0

Amanhã vai ser outro dia
Amanhã vai ser outro dia
Amanhã vai ser outro dia

Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão, não
A minha gente hoje anda
Falando de lado e olhando pro chão
Viu?
Você que inventou esse Estado
Inventou de inventar
Toda escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar o perdão

Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia

Eu pergunto a você onde vai se esconder
Da enorme euforia?
Quando chegar o momento
Esse meu sofrimento
Vou cobrar com juros. Juro!
Todo esse amor reprimido
Esse grito contido
Esse samba no escuro

Você que inventou a tristeza
Ora tenha a fineza
De "desinventar"
Você vai pagar, e é dobrado

Cada lágrima rolada
Nesse meu penar
Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia
Ainda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria

Você vai se amargar
Vendo o dia raiar
Sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir
E esse dia há de vir
antes do que você pensa
Apesar de você

Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia

Como vai se explicar
Vendo o céu clarear, de repente
Impunemente?
Como vai abafar
Nosso coro a cantar

Na sua frente
Apesar de você

Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia

O Bêbado e a Equilibrista
Aldir Blanc e João Bosco (1979)
https://www.youtube.com/watch?v=1g_p4Xcn5CE

Exemplos de músicas: POLÍTICA/SOCIAL - 1980/1990:

Coração de Estudante
Wagner Tiso e Milton Nascimento (1983)
https://www.youtube.com/watch?v=KsqAfD4BkwA

Quero falar de uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar
Pode estar aqui do lado
Bem mais perto que pensamos
A folha da juventude
É o nome certo desse amor
Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Quantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê
Flor, flor e fruto
Coração de estudante...

Que país é esse
Renato Russo (1978, lançada somente em 1987)
https://www.youtube.com/watch?v=iEuEQzPrTu0

Nas favelas, no Senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a Constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
No Amazonas, no Araguaia iá, iá
Na Baixada Fluminense
Mato Grosso, Minas Gerais
E no Nordeste tudo em paz
Na morte eu descanso
Mas o sangue anda solto
Manchando os papéis, documentos fiéis
Ao descanso do patrão
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Terceiro mundo,...

Ideologia
Cazuza (1988)
https://www.youtube.com/watch?v=XoiF-pDzod4

Meu partido
É um coração partido
E as ilusões estão todas perdidas
Os meus sonhos foram todos vendidos
Tão barato que eu nem acredito
Eu nem acredito
Que aquele garoto que ia mudar o mundo
Mudar o mundo
Frequenta agora as festas do "Grand Monde"
Meus heróis morreram de overdose
Eh, meus inimigos estão no poder
Ideologia
Eu quero uma pra viver
Ideologia
Eu quero uma pra viver
O meu tesão
Agora é risco de vida
Meu sex and drugs não tem nenhum rock 'n' roll
Eu vou pagar a conta do analista
Pra nunca mais ter que saber quem eu sou
Saber quem eu sou
Pois aquele garoto que ia mudar o mundo
Mudar o mundo
Agora assiste à tudo em cima do muro, em cima do muro
Meus heróis morreram de overdose eh
Meus inimigos estão no poder
Ideologia
Eu quero uma pra...

RACIAL - 1980/1990:

Tributo a Martin Luther King
Wilson Simonal (1967)
https://www.youtube.com/watch?v=FH0Ws4Sw0ZE

Lá Lá Lá Lá Lá Lá Lá!
Lá Lá Lá Lá Lá Lá Lá!
Lá Lá Lá Lá Lá Lá Lá!
Lá Lá Lá Lá Lá Lá Lá!

Sim, sou um negro de cor
Meu irmão de minha cor
O que te peço é luta sim
Luta mais!
Que a luta está no fim...

Lá Lá Lá Lá Lá Lá Lá!
Lá Lá Lá Lá Lá Lá Lá!
Oh! Oh! Oh! Oh!

Cada negro que for
Mais um negro virá
Para lutar
Com sangue ou não
Com uma canção
Também se luta irmão
Ouvir minha voz
Oh Yes!
Lutar por nós... Luta negra demais
(Luta negra demais!)
É lutar pela paz
(É Lutar pela paz!)
Luta negra demais
Para sermos iguais
Lá Lá Lá Lá Lá Lá Lá!
Para sermos iguais
Lá Lá Lá Lá Lá Lá Lá!

Sim, sou um negro de cor
Meu irmão de minha cor
O que te peço é luta sim
Luta mais!
Que a luta está no fim...

Lá Lá Lá Lá Lá Lá Lá!
Lá Lá Lá Lá Lá Lá Lá!
Oh! Oh! Oh! Oh!
Cada negro que for
Mais um negro virá
Para lutar
Com sangue ou não
Com uma canção
Também se luta irmão
Ouvir minha voz
Oh Yes!
Lutar por nós...

Luta negra demais
(Luta negra demais!)
É lutar pela paz
(É Lutar pela paz!)
Luta negra demais
Para sermos iguais
Lá Lá Lá Lá Lá Lá Lá!
Para sermos iguais
Lá Lá Lá Lá Lá Lá Lá!

Lá Lá Lá Lá Lá Lá Lá!
Lá Lá Lá Lá Lá Lá Lá!
Ah! Ah! Ah! Ah! Ah!
Oh! Oh! Oh! Oh!

Exemplos de músicas: RACIAL - 1980/1990:

Sou Negro
Tony Tornado (1972)
https://www.youtube.com/watch?v=cN-NSLBOrvw

Dessa vida nada se leva
Não sei por que você tem tanto orgulho assim
Você sempre me despreza
Sei que sou negro mas ninguém vai rir de mim
Vê se entende, vê se ajuda
O meu caráter não está na minha cor
O que eu quero, não se iluda
Por Deus eu juro, é conseguir o teu amor

Olhos Coloridos
Sandra de Sá (1982)
https://www.youtube.com/watch?v=QUoUtLUsACI&pbjreload=10

Os meus olhos coloridos
Me fazem refletir
Eu estou sempre na minha
E não posso mais fugir
Meu cabelo enrolado
Todos querem imitar
Eles estão baratinados
Também querem enrolar
Você ri da minha roupa
Você ri do meu cabelo
Você ri da minha pele
Você ri do meu sorriso
A verdade é que você
Tem sangue crioulo
Tem cabelo duro
Sarará crioulo
Sarará crioulo (sarará crioulo)
Sarará crioulo (sarará crioulo)
Sarará crioulo (sarará crioulo)
Sarará crioulo (sarará crioulo)
Os meus olhos coloridos
Me fazem refletir
Que eu estou sempre na minha
Ah e não posso mais fugir
Meu cabelo enrolado
Todos querem imitar
Eles estão baratinados
Também querem enrolar
Você ri da minha roupa (ri da minha roupa)
Você ri do meu cabelo (ri do meu cabelo)
Você ri...

Racistas Otários
Racionais MCs (1990)
https://www.youtube.com/watch?v=kExzvivYcCA

Racistas otários nos deixem em paz
Pois as famílias pobres não aguentam mais
Pois todos sabem e elas temem
A indiferença por gente carente que se tem
E eles veem
Por toda autoridade o preconceito eterno
E de repente o nosso espaço se transforma
Num verdadeiro inferno e reclamar direitos
De que forma
Se somos meros cidadãos
E eles o sistema
E a nossa desinformação é o maior problema
Mas mesmo assim enfim
Queremos ser iguais
Racistas otários nos deixem em paz
Racistas otários nos deixem em paz
Racistas otários nos deixem em paz
Racistas otários nos deixem em paz
Racistas otários nos deixem em paz
Justiça
Em nome disso eles são pagos
Mas a noção que se tem
É limitada e eu sei
Que a lei
É implacável com os oprimidos
Tornam bandidos os que eram pessoas de bem
Pois já...

GÊNERO/FEMINISMO - 1970/1990:

A menina Dança
Novos Baianos – Baby do Brasil (1972)
https://www.youtube.com/watch?v=mqcq4wwjL8o

Quando eu cheguei tudo, tudo
Tudo estava virado
Apenas viro me viro
Mas eu mesma viro os olhinhos
Só entro no jogo porque
Estou mesmo depois
Depois de esgotar
O tempo regulamentar
De um lado o olho desaforo
Que diz meu nariz arrebitado
E não levo para casa, mas se você vem perto
eu vou lá Eu vou lá!
No canto do cisco
No canto do olho
A menina dança
E dentro da menina
A menina dança
E se você fecha o olho
A menina ainda dança
Dentro da menina
Ainda dança
Até o sol raiar
Até o sol raiar
Até dentro de você nascer
Nascer o que há!
Quando eu cheguei tudo, tudo
Tudo estava virado
Apenas viro me viro
Mas eu mesma viro os olhinhos
Quando eu cheguei tudo, tudo
Tudo estava virado
Apenas viro me viro
Mas eu mesma viro os olhinhos
Só entro no jogo porque
Estou mesmo depois
Depois de...

Doce Vampiro
Rita Lee (1979)
https://www.youtube.com/watch?v=UZkfNjV1Fww

Grávida
Marina Lima (1991)
https://www.youtube.com/watch?v=_2xYN5hd5aU

Eu tô grávida
Grávida de um beija-flor
Grávida de terra
De um liquidificador
E vou parir
Um terremoto, uma bomba, uma cor
Uma locomotiva a vapor
Um corredor
Eu tô grávida
Esperando um avião
Cada vez mais grávida
Estou grávida de chão
E vou parir
Sobre a cidade
Quando a noite contrair
E quando o sol dilatar
Dar à luz
Eu tô grávida
De uma nota musical
De um automóvel
De uma árvore de Natal
E vou parir
Uma montanha, um cordão umbilical, um anticoncepcional
Um cartão postal
Eu tô grávida
Esperando um furacão, um fio de cabelo, uma bolha de sabão
E vou parir
Sobre a cidade
Quando a noite contrair
E quando o sol dilatar
Vou dar à luz

Exemplos de músicas: GÊNERO/FEMINISMO/LGBT - 1960/1990:

Todas as Mulheres do mundo
Cássia Eller (1980)
https://www.youtube.com/watch?v=psupLfiplh8

Diga que me odeia
Mas diga que não vive sem mim
Eu sou uma praga
Maria sem-vergonha do seu jardim
Mães assassinas
Filhas de Maria
Polícias femininas, nazis judias
Gatas, gatunas
Quengas no cio
Esposas drogadas, tadinhas, mal pagas
Toda mulher quer ser amada
Toda mulher quer ser feliz
Toda mulher se faz de coitada
Toda mulher é meio Leila Diniz
Garotas de Ipanema
Minas de Minas
Louras, morenas, messalinas
Santas sinistras
Ministras malvadas
Imeldas, Evitas
Beneditas estupradas
Toda mulher quer ser...
Paquitas de paquete
Xuxas em crise
Macacas de auditório Velhas atrizes
Patroas babacas
Empregadas mandonas
Madonas na cama
Dianas corneadas
Toda mulher quer ser...
Socialites
Plebeias
Rainhas decadentes
Manecas alceias
Enfermeiras doentes
Madrastas malditas, super-homens zapatas
Irmãs La Dulce beaidetificadas

Dzi Croquettes (1972-1976)
https://www.youtube.com/watch?v=hJ3Ib_XGXOc
https://www.youtube.com/watch?v=4VSghVnwE0k

Sangue Latino
Secos e Molhados (1973)
https://www.youtube.com/watch?v=-zLicyzaH5A

Jurei mentiras
E sigo sozinho
Assumo os pecados
Os ventos do norte
Não movem moinhos
E o que me resta
É só um gemido
Minha vida, meus mortos
Meus caminhos tortos
Meu sangue latino
Minha alma cativa
Rompi tratados
Traí os ritos
Quebrei a lança
Lancei no espaço
Um grito,...

Masculino e Feminino
Pepeu Gomes (1983)
https://www.youtube.com/watch?v=GHF2zBmqnsY

Ser um homem feminino
não fere o meu lado masculino
se Deus é menina e menino
sou masculino e feminino
Olhei tudo que aprendi
e um belo dia eu vi
Que ser um homem feminino
não fere o meu lado masculinose Deus é menina e menino

MEIO AMBIENTE - 1970/1980:

sou masculino e feminino
Olhei tudo que aprendi
e um belo dia eu vi
que vem de lá
o meu sentimento de ser
e vem de lá
o meu sentimento de ser
meu coração
mensageiro vem me dizer
meu coração
mensageiro vem me dizer
salve, salve a alegria
a pureza e a fantasia
salve, salve a alegria
a pureza e a fantasia
Olhei tudo que aprendi
e um belo dia eu vi
Que ser um homem feminino
não fere...

Rosa de Hiroshima
Vinícius de Morais e Gerson Conrad - Secos e Molhados (1973)
https://www.youtube.com/watch?v=9YJaaVAQ5lE

Pensem nas crianças
Mudas, Telepáticas
Pensem nas meninas
Cegas, inexatas
Pensem nas mulheres
Rotas, Alteradas
Pensem nas feridas
Como rosas cálidas
Mas oh! Nao se esquecam
Da rosa, da rosa
Da rosa de Hiroshima
A rosa hereditária
A rosa...

O Sal da Terra
Beto Guedes (1981)
https://www.youtube.com/watch?v=WwSCm5H5kh0

Anda!
Quero te dizer nenhum segredo
Falo desse chão, da nossa casa
Vem que tá na hora de arrumar
Tempo!
Quero viver mais duzentos anos
Quero não ferir meu semelhante
Nem por isso quero me ferir

Vamos precisar de todo mundo
Pra banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova

Vamos precisar de muito amor
A felicidade mora ao lado
E quem não é tolo pode ver
A paz na Terra, amor
O pé na terra
A paz na Terra, amor
O sal da
Terra!
És o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro
Tu que és a nave nossa irmã
Canta!
Leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com seus frutos
Tu que és do homem, a maçã
Vamos...

MÚSICAS E ARTISTAS DO SÉCULO XXI

Samba que elas querem: Nós somos mulheres
Paródia Doralyce Gonzaga e Silvia Dufrayer
https://www.youtube.com/watch?v=B5YJqc-rK-A

Não precisa ser Amélia
Bia Ferreira
https://www.youtube.com/watch?v=psxSY400Pn8

Cota não é esmola
Bia Ferreira
https://www.youtube.com/watch?v=QcQIaoHajoM

Sucrilho
Criolo
https://www.youtube.com/watch?v=9S-4rHBDx-U

Cálice
Versão Criolo
https://www.youtube.com/watch?v=utJENUg2NJ4

Boa Esperança
Emicida
https://www.youtube.com/watch?v=AauVal4ODbE

Menina Pretinha
MC Sofia
https://www.youtube.com/watch?v=cbOG2HS1WKo

Bate a Poeira
Karol Conka
https://www.youtube.com/watch?v=2VBU7lVUqng

Ei, meu, e se Jesus fosse preto?
Bruno Negrão
https://www.youtube.com/watch?v=6nRQWP0Wk18

Desconstruindo Amélia
Pitty
https://www.youtube.com/watch?v=ygcrcRgVxMI

Zero
Liniker
https://www.youtube.com/watch?v=M4s3yTJCcmI

Flutua
Johnny Hooker
https://www.youtube.com/watch?v=mYQd7HsvVtI

Mais Sociologia!

A partir das reflexões acerca das letras das músicas, pode-se abordar aspectos que envolvem a complexidade do conceito de juventude, como educação, classe social, violência, conflitos geracionais, perspectivas profissionais. É possível ainda propor outra discussão: a juventude é sempre revolucionária? Embora haja jovens que se engajam na defesa de direitos e na luta pelo respeito às diversidades, há também quem esteja ligado a grupos conservadores, racistas, misóginos?

Projetos Interdisciplinares

Pode-se abordar este tema a partir de outras áreas do conhecimento, como a **Antropologia** e a **História**. A passagem da fase infantil para a adulta geralmente envolve cerimônias coletivas para marcar a entrada em uma nova etapa da vida. O chamado "rito de passagem" ou "rito de iniciação" é foco de estudos antropológicos e etnológicos.
As músicas e artistas em destaque nessa situação didática também possibilitam uma análise da **História** do Brasil no contexto da ditadura civil-militar, no processo de abertura política e a partir do neoliberalismo a partir dos anos 1990.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Silvia Maria; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. *Sociologia*: ensino médio. São Paulo: Scipione, 2016.

BITENCOURT, Julinho. Música e resistência: as canções de protesto do século XX. *Revista Fórum Digital*, 17 ago. 2018. Disponível em: https://www.revistaforum.com.br/musica-de--resistencia-as-cancoes-de-protesto-do-seculo-xx/. Acesso em: 03 maio 2019.

SILVA, Afrânio, *et al. Sociologia em Movimento*. São Paulo: Moderna, 2013.

SOUZA, Cândida; PAIVA, Ilana Lemos. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 17, n. 3, p. 353-360, set./dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2012000300002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 maio 2019.

DOS PROBLEMAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

MÓDULO 4

MOVIMENTOS SOCIAIS, ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

JUSTIFICATIVA: Existência de uma concepção naturalizada de que movimentos sociais se resumem a protestos públicos "espontâneos" e de um julgamento normativo de que os movimentos sociais são mais legítimos quando pouco organizados.

HABILIDADES DESENVOLVIDAS: Reconhecer a importância dos processos de organização coletiva para o surgimento de mobilizações; refletir sobre as potencialidades das diversas formas de organização, incluindo formais virtuais e de mobilização coletiva.

CONCEPÇÕES QUESTIONADAS: "Os verdadeiros movimentos sociais são espontâneos, pouco organizados e sem lideranças"

Foto: Brunno Covello/Gazeta do Povo/Futura Press/Grafias de Junho

Situação didática 4.1 – Por trás da "espontaneidade"

Objetivo: Reconhecer a necessidade de organização coletiva para emergência da mobilização em torno de um problema social.

Conceitos relevantes:
Mobilização
Organização de Movimentos Sociais e Processos Organizativos
Problemas Sociais

Tempo total estimado: quatro encontros

PROCEDIMENTOS

Temática:
A turma deverá identificar um problema a ser resolvido coletivamente e criar um plano para enfrentá-lo. O problema deverá ser parte do cotidiano, uma questão relacionada à escola ou à comunidade que ela atende. O plano de resolução deve apresentar:
a) o problema;
b) a proposta geral para resolvê-lo;
c) o que cada pessoa do grupo vai fazer para resolver o problema;
d) cada etapa necessária;
e) os resultados pretendidos.

Pergunta disparadora:
Como e por que grupos se organizam para uma mobilização em torno de um problema social?

Atividades
No primeiro encontro, dividir a turma em dois grupos. Cada grupo deverá identificar um problema e criar um plano de resolução (tempo estimado: 45 min). Sugerimos utilizar uma grade de observação que consta no Material de Apoio para registrar como foi feita a organização do trabalho.
No encontro seguinte, reunir novamente os grupos para concluir o plano de resolução e preparar a apresentação.
No terceiro encontro, analisar as propostas apresentadas pelos grupos e, a partir delas, refletir como se organizaram para realizar a atividade e quais as suas impressões sobre essa experiência. Sugerimos direcionar algumas perguntas norteadoras da discussão.

Fechamento:
No quarto e último encontro, retomar as reflexões sobre como se sentiram ao realizar a tarefa, e quais as dificuldades e facilidades encontradas. Ao fazer essa sistematização, relacionar a situação vivida com os diferentes modelos de organização. É possível uma mobilização em torno de um problema social sem que haja alguma forma de organização? Existe manifestação "espontânea"? Caso estudantes fossem reclamar sobre um problema para a direção da escola isoladamente, e de forma desorganizada, que impactos essa ação teria? E se um grupo se organizasse?
Lembrar que, às vezes, quem não se organiza pode se beneficiar das conquistas de outras pessoas que construíram uma mobilização coletiva. E que modelos organizativos não necessariamente precisam seguir estruturas formais - as redes sociais, como o Facebook, também são um espaço para promover mobilizações através da interação de grupos e organização de eventos. Pode-se incentivar a turma a dar exemplos sobre estas situações.
A partir da experiência desta atividade, discutir sobre as vantagens e desvantagens de diferentes formas de organização. Pode-se analisar como se dá o processo de "transformação" dessas práticas, e como se relacionam com o contexto histórico: a construção de um fenômeno como problema não se dá, a priori, sem uma organização coletiva que, de fato, forneça novas interpretações sobre a realidade e possibilite que passe de um fenômeno que todos identificam como algo que não é bom para a sociedade a um problema social objeto de reivindicação.
Questionar como acontecem as divisões de tarefas entre ativistas. Sempre utilizar como ponto de partida a atividade realizada, estimulando a falarem sobre essas experiências.

MATERIAL DE APOIO - GRADE DE OBSERVAÇÃO

Questões	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3
O grupo chegou a um consenso em relação ao problema?			
Alguém tomou a iniciativa?			
Existiu alguém (ou mais de uma pessoa) que nada fez?			
O grupo tomou decisões coletivamente?			
Fizeram votações?			
Como dividiram as tarefas?			
Houve disputas internas?			

Mais Sociologia!

Essa situação didática pode ser um disparador para o estudo da heterogeneidade dos movimentos sociais. Demonstrar que, assim como existem distintos modelos organizativos, um mesmo movimento pode apresentar diferentes demandas, identidades, táticas e ideologias.

Os distintos modelos organizacionais também revelam questões em torno das relações raciais no Brasil, da desigualdade de gênero e das relações de trabalho no capitalismo.

A grade de observação disponível no Material de Apoio pode ser usada para a discussão sobre pesquisa em Sociologia. É possível, ainda, introduzir o debate sobre as diferenças entre os grupos sociais.

Projeto Interdisciplinar – Frente Interdisciplinar de Mobilização para a Melhoria Escolar

A transformação da realidade social que resulta em melhores condições de vida é, principalmente, fruto de processos de mobilização que tiveram sucesso na identificação e enfrentamento de problemas sociais. Foi visto que a organização coletiva tem papel importante e necessário nesse processo. No entanto, se organizar para construir uma mobilização não é uma tarefa fácil, é necessária a combinação de diferentes áreas do conhecimento.

Precisamos conhecer a **história** do problema que estamos enfrentando e do ambiente em que o encontramos. É importante também compreender as implicações de tal problema para o ambiente em que está agindo, e, por outro lado, do ambiente para o problema, ou seja, a geografia de tal ambiente afeta e é afetada pelo problema. Ainda, dependendo da natureza do problema, são necessários conhecimentos específicos para construir um plano de atuação. Por exemplo, caso os estudantes estejam reivindicando a construção de uma horta em uma área mal utilizada da escola, será necessário conhecimentos de **Biologia** para demonstrar a importância da horta e como realizá-la, e de **Matemática** para os cálculos relativos à utilização do espaço. Já a área das **Artes** pode realizar o desenho do projeto.

Pode-se promover uma Frente Interdisciplinar de Mobilização para a Melhoria Escolar. Dividir as turmas em grupos. Cada um deles ficará responsável por identificar um problema na escola e por organizar uma mobilização para o enfrentamento e solução deste problema.

Foto: Mídia Ninja/Grafias de Junho

Situação didática 4.2 – Organizar e Mobilizar

Objetivo: Identificar quais os recursos necessários para diferentes tipos de mobilização coletiva a partir de conceitos essenciais da Literatura sobre movimentos sociais.

Conceitos relevantes:
Organização de Movimentos Sociais e Processos Organizativos
Mobilização

Tempo total estimado: um encontro

PROCEDIMENTOS

Temática:

A situação didática aborda a questão de recursos – financeiros, materiais, humanos, de conhecimento, entre outros – para os processos de organização e mobilização social. Busca incentivar a reflexão sobre as diferentes necessidades e táticas de ativismo e de contestação, desnaturalizando que tais eventos sejam espontâneos. A atividade parte de uma breve exposição sobre o tema com o apoio de notícias e reportagens de jornal. Depois, propõe um jogo de cartas cujo objetivo é reunir os recursos necessários para um evento de protesto, de forma que cada participante deverá refletir sobre a diferença entre processos de mobilização social e de organização social, bem como as estratégias e os recursos utilizados pelos grupos para a realização destes eventos.

Pergunta disparadora:
Quais recursos são necessários para organizar diferentes tipos de mobilização coletiva?

Atividades

Inicialmente, refletir com o grupo sobre a necessidade de diferentes recursos para a produção de um evento de protesto. Esta reflexão pode ser feita a partir de exemplos concretos extraídos de notícias de jornal que estão disponíveis no Material de Apoio. Pode-se acrescentar outras reportagens ou notícias, salientando a menção ao uso de recursos como carro de som, faixas e bandeiras. Lembrar que para cada evento são usados distintos recursos, e que a quantidade é estratégica, já que há um custo tanto nos processos de mobilização quanto nos de organização social. Por fim, apresentar a tipologia e os recursos necessários para eventos de protesto, conforme o gabarito a seguir:

Passeata: sede de organização de movimento social + celular + computador + internet + pessoas + carro de som + placas e cartazes + bandeiras + autorização para uso da via pública + faixas + panfletos + apoio jurídico + imprensa + apoio político

Ocupação: sede de organização de movimento social + celular + computador + pessoas + apoio jurídico + imprensa + apoio político + ônibus + lanches + bandeiras + faixas + prédio público

Tuitaço: tuiter + internet + celular + computador + pessoas + apoio político + imprensa

Boicote: internet + celular + computador + pessoas + Facebook + imprensa + acordos

Bloqueio de Estrada: sede de organização de movimento social + tratores + celular + computador + pessoas + apoio jurídico + imprensa + autorização para uso da via pública + faixas + placas e cartazes + bandeiras + apoio político + acordos

Após essa breve exposição, convidar a turma a participar de um jogo de cartas (disponíveis no Material de Apoio). Dividir em cinco grupos e para cada grupo sortear uma carta de evento de protesto: 1. Passeata; 2. Ocupação; 3. Tuitaço; 4. Boicote; 5. Bloqueio de Estrada.

Cada grupo deverá pegar apenas uma carta referente ao evento de protesto e não informará para os demais qual carta pegou, mantendo-a ao longo do jogo.

Ao iniciar o jogo, todas as cartas de recursos são colocadas juntas no centro de uma mesa, em bloco, com a face virada para baixo, escondendo o valor/tipo de recurso.

Sortear qual grupo iniciará o jogo. A cada rodada, cada grupo poderá comprar apenas uma carta; ao abri-la, deverá verificar se o recurso é necessário para seu evento de protesto. Se for um recurso necessário, o grupo permanecerá com a carta; caso contrário, deverá descartá-la. O próximo grupo poderá comprar uma nova carta ou pegar a carta descartada, dependendo do tipo de recurso necessário, e assim por diante.

A partida termina quando um grupo conseguir reunir todos os recursos necessários para o evento sorteado. A carta coringa poderá ser utilizada, desde que todas as pessoas que estiverem jogando saibam qual recurso o coringa estará substituindo.

Fechamento:

Ao final do jogo, analisar como foi feita a escolha das cartas, e qual a diferença entre processos de mobilização e de organização social. Estimular a turma a verificar em notícias recentes quais as organizações sociais envolvidas, os recursos mobilizados, os contramovimentos, as disputas, as táticas utilizadas – manifestações, intervenções públicas, ocupações, grupos de pressão no Poder Legislativo ou no Executivo Federal –, e as articulações visando ao engajamento e à opinião pública favorável. Avaliar também que recursos são mais custosos, como advogados e carros de som.

MATERIAL DE APOIO - CARTAS

Cartas e recortes de jornal, que devem ser impressos, bem como o gabarito de recursos para cada tipo de evento, para a pessoa encarregada de acompanhar e orientar os grupos participantes.

CELULAR

ADVOGADOS

PESSOAS

IMPRENSA

CARRO DE SOM

PESSOAS

PLACAS E CARTAZES

SEDE DA ORGANIZAÇÃO

FACEBOOK

TWITTER

JOKER

POLÍTICOS

ACORDO

ÔNIBUS

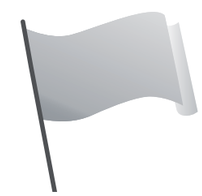
VALE-LANCHE

PRÉDIO PÚBLICO

PANFLETOS

INTERNET

COMPUTADOR



BANDEIRA

FAIXAS

POLÍTICOS

AUTORIZADO

TRATOR

Obs: Deve-se imprimir as cartas conforme o gabarito para que o jogo funcione.

Notícias de jornal com exemplos de eventos de protesto

Data: 20/10/2017

Fetraf protesta contra crise do leite na Jornada de Lutas

O protesto é contra o congelamento, cortes no orçamento público dos programas da Agricultura Familiar e a crise do leite

Uma semana de intensas atividades na Jornada de Lutas dos movimentos sociais, a Fetraf Paraná, esteve presente no ato político em Curitiba com os agricultores e agricultoras familiares em protesto ao congelamento, cortes no orçamento público dos programas da Agricultura Familiar e a crise do leite. A manifestação aconteceu em frente ao Ministério da Fazenda, onde as lideranças se reuniram com os gestores para entregarem a pauta de reivindicações.

No estado, outros municípios também realizaram atos como na cidade de Pato Branco. Os agricultores familiares produtores de leite dizem não a queda do preço pago aos produtores que hoje recebem por litro de leite entre R$ 0,66 a R$ 0,90.

De acordo com os agricultores familiares, o motivo real da crise é o modelo produtivo adotado pelo

Contec Contabilidade
BIG'S
Zancanaro Caminhões e Maquinas Pesadas

g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/03/em-protesto-produtores-jogam-leite-na-secre

12/03/2015 12h56 - Atualizado em 12/03/2015 16h21

Em protesto, produtores jogam leite na secretaria da Fazenda do RS

Manifestação ocorreu na manhã desta quinta-feira (12), em Porto Alegre. Produtores cobram agilidade e reclamam de recursos recebidos.

De G1 RS

FACEBOOK

Em protesto por perdas da estiagem, agricultores bloqueiam rodovia no RS

Ações são organizadas em municípios como Erechim e Sarandi. Manifestantes bloqueiam trecho da BR-386 nesta quarta-feira (23).

FACEBOOK

oicote-ao-carrefour-por-morte-de-cachorro/

...o da morte do cão, que pode ter sido envenenado e agredido com pauladas foi tão ..., que os internautas estão pedindo o fim da parceria entre o *MasterChef* e o Carrefour.

Acontece que o animal foi encontrado morto na unidade de Osasco da rede. O cachorro, que chegou a ser resgatado pelo Centro de Controle de Zoonoses mas não resistiu, foi abandonado e desde então perambulava pelas dependências da loja da Avenida dos Autonomistas.

As tags **#carrefournuncamais #boicotecarrefour #carrefournao** ganharam força nas últimas horas, aumentando o coro de boicote aos supermercados da marca. Como era de se esperar, a crise respingou no reality show culinário. O *MasterChef* teve o nome lembrado, pois é patrocinado pelo Carrefour, que oferece produtos para o preparo dos pratos.

Carrefour

Justiça pelo crime no Carrefour de Osasco

/cidades/2015/11/por-direito-a-moradia-98-familias-ocupam-predio-publico-abandonado-no-centro-da-capital/

Sul21 ASSINE NOTÍCIAS OPINIÃO COLUNAS GUIA21 COLMEIA ESPECIAIS INSTITUCIONAL BLOGS

Por direito à moradia, 98 famílias ocupam prédio público abandonado no Centro da Capital

Publicado em: novembro 16, 2015

Ocupação Lanceiros Negros abriga cerca de 300 pessoas no centro da capital | Foto: Caroline Ferraz/Sul21

mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/tuitaco-todospelaamazonia-marca-o-fim-da-semana-do-meio-ambiente

Procuradoria-Geral da República

Institucional Atuação Edifício-sede Notícias Para o cidadão Estagie conosco

MEIO AMBIENTE

7 DE JUNHO DE 2016 ÀS 15H15

Tuitaço #TodospelaAmazônia chama a atenção para a importância da preservação da floresta

Curtir 3 Compartilhar Tweetar

Hashtag será usada nesta sexta-feira (8), com início às 7h. Ação vai discutir também o combate ao retrocesso ambiental

AMAZÔNIA PROTEGE
Compromisso com o futuro

Para marcar o encerramento da semana do meio ambiente e sensibilizar os usuários do Twitter para a importância de preservar a floresta amazônica, o Ministério Público Federal promove nesta sexta-feira (8), com início às 7h da manhã, o tuitaço #TodospelaAmazonia. A hashtag será usada para divulgar dados sobre a floresta e sobre a atuação do MPF em defesa desse patrimônio. Os tuítes vão abordar o projeto Amazônia Protege, que já resultou na instauração de mais de mil ações contra desmatamento ilegais. Na fase 2 do projeto, lançada nessa quarta (6), foram identificadas 2,3 mil pessoas ou empresas responsáveis por remoção ilegal de floresta. Os pedidos de indenização para reparação do dano ambiental podem chegar a R$ 2,6 bilhões.

O Amazônia Protege é tema de campanha publicitária produzida pelo MPF, com peças como filme para televisão, vídeos para redes sociais, spot de rádio. As peças explicam o funcionamento do projeto, que mapeia as áreas desmatadas por coordenadas geográficas e prevê o uso de tecnologia geoespacial para produzir provas contra desmatadores e pedir na justiça a reparação do dano ambiental e o pagamento de indenização. Saiba mais sobre o projeto: http://www.amazoniaprotege.mpf.mp.br/

Além da hashtag #TodospelaAmazonia, serão usadas #AmazoniaProtege e #RetrocessoAmbientalNão, para chamar a atenção para as ameaças os riscos de retrocesso na legislação ambiental.

Mais Sociologia!

Pode-se trabalhar conteúdos sobre os tipos de ações coletivas, formas de organização e resultados em relação a políticas públicas para atendimento das demandas, bem como desigualdades sociais, cidadania, democracia e direitos.

Projeto Interdisciplinar

A **Matemática** pode ser usada nessa situação didática para a realização de cálculos sobre os custos que cada tipo de evento gera e como o planejamento físico-financeiro impacta na realização dos mesmos. Há também possibilidade de interface com os conteúdos da **Filosofia** e **História**: particularmente da **Filosofia Política**, para analisar como determinados ideais e princípios filosóficos inspiraram processos de mobilização social ao longo da História. Além disso, a **Geografia** pode ajudar a compreender o ordenamento geográfico das cidades e suas vias, e como são utilizados os espaços públicos para a realização de protestos.

A disciplina de **Artes** pode contribuir para a identificação e reflexão sobre *performances*, faixas, cartazes, cores, roupas e dramatizações durante os atos. Junto à disciplina de **Português**, pode-se realizar uma análise de conteúdo de panfletos, pautas reivindicatórias, textos jornalísticos, procurando identificar participantes, suas demandas, seus projetos e suas narrativas. Para tanto, sugere-se uma pesquisa junto a organizações da comunidade sobre questões relativas à captação e ao uso de recursos, os tipos de protestos realizados, e locais da cidade em que acontecem.

Referências Bibliográficas

OLIVEIRA, Danielle Soares Pires de; SILVA, Marcelo Kunrath. Um carro a menos: análise sobre a atuação do movimento cicloativista na disputa sobre a política de mobilidade urbana de Porto Alegre. *Revista Ideias*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 17-42, jan./jun. 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8652475. Acesso em: 30 jul. 2019.

Neste artigo é possível verificar como movimentos sociais se organizam e como ocorrem os processos de mobilização social, tendo por base a atuação do movimento cicloativista na sua tentativa de incidir na política de mobilidade urbana de Porto Alegre.

QUEIROZ-STEIN, G. Mobilização de recursos e identidade: a ação coletiva em uma ONG. *Conversas & Controvérsias*, Porto Alegre, v. 5, p. 25-43, set. 2018. Disponível em: HYPERLINK "http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/article/%20view/30338/17297" http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/article/ view/30338/17297. Acesso em: 30 jul. 2019.

Neste artigo é possível verificar as estratégias de organização em uma entidade associativa que se reconhece e é reconhecida como uma ONG, o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), localizada em Porto Alegre (RS). Os dados utilizados foram coletados em pesquisa de campo realizada entre 2010 e 2011, através de entrevistas, observação participante e análise orçamentária. Os resultados mostram mudanças nas estratégias de mobilização de recursos, de modo que fontes estatais e empresariais passaram a predominar, legando menor peso à cooperação internacional. Isso implicou em tensões identitárias, especialmente no que se refere à autonomia de atuação da entidade.

PEREIRA, M. M.; SILVA, C. F. Ação contenciosa: repertórios, táticas e performances. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília. *Anais* [...]. Brasília, 2017. Disponível em: HYPERLINK "http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0702-1.pdf" \h http://www.adaltech.com.br/anais/Sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0702-1.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

Neste artigo é possível acessar o conceito de "repertórios" - conjunto historicamente determinado de formas de ação vistas como plausíveis e possíveis pelos ativistas –; o conceito de "táticas" – linhas de ação efetivamente utilizadas por ativistas e organizações para alcançar seus objetivos –, e o conceito de "performances" – formas pelas quais ativistas empregam suas táticas em interação com adversários, apoiadores e espectadores.

MÓDULO 5

HETEROGENEIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

MOVIMENTOS SOCIAIS EM DISPUTA

JUSTIFICATIVA: Abordagens sobre movimentos sociais e protestos desconsideram os conflitos internos em relação a objetivos, táticas e identidades, ou os toma como sinais de fraqueza.

HABILIDADES DESENVOLVIDAS: Identificar disputas e divergências internas aos protestos e movimentos sociais, refletindo sobre os diversos posicionamentos existentes e as múltiplas formas de identificação possíveis.

CONCEPÇÕES QUESTIONADAS: "As pessoas em um protesto pensam e agem da mesma forma". "Movimentos divididos são fracos e não podem ser levados a sério". "Para apoiar um movimento, devo concordar com tudo o que ele propõe".

Foto: Rafael Holanda Barroso/Grafias de Junho

Situação didática 5.1 – Eu e os Feminismos

Objetivo: Analisar as múltiplas demandas, identidades, táticas e estratégias de movimentos feministas a fim de refletir sobre a heterogeneidade dos movimentos sociais.

Conceitos relevantes:
Movimentos Sociais
Interseccionalidade e Desigualdades
Heterogeneidade dos Movimentos Sociais

Tempo total estimado: dois encontros

PROCEDIMENTOS

Temática:
Os movimentos feministas desenvolvem distintas soluções para superar os problemas decorrentes das desigualdades de gênero. Com dinamismo, os feminismos nos dias atuais produzem lutas políticas por liberdade e igualdade de direitos, desdobrando diferentes aspirações e formas de ação política para o enfrentamento das desigualdades sociais. A força desses movimentos feministas cresceu consideravelmente nas últimas décadas, a ponto de ressonar antifeminismos que desqualificam essas lutas. Muitas vezes, as distintas trajetórias e orientações criam tensões entre os próprios movimentos organizados de mulheres. Por essas características, sugere-se que os movimentos feministas são um exemplo de heterogeneidade dos movimentos sociais. A partir desta análise, pode-se refletir como ideias e protestos aparentemente parecidos e sob o mesmo nome – *"feminista"* – expressam diferentes formas de agregação e organização e materializam efeitos diversos na sociedade.

Pergunta disparadora:
Quando duas pessoas ou diferentes grupos sociais se identificam como feministas, elas estão se referindo à mesma coisa? Como podemos entender as diferenças e aproximações entre as feministas e suas formas de ação política?

Cecília Ramos @cartoomante

@lela.brandao @fridafeminista

Podem ser apresentados quadrinhos, palavras de ordem ou frases observadas em manifestações feministas para estimular a discussão sobre as diferenças entre as demandas dos movimentos feministas, como nos exemplos a seguir.

Atividades:

1. Primeiro encontro

Propor a elaboração de um *quiz* (teste ou jogo de perguntas e respostas) para identificar que "tipo de feministas" são as pessoas que estão jogando. O Material de Apoio oferece exemplos de perguntas.

Inicialmente, estudantes devem identificar as vertentes de feminismos e suas formas de ação política, sistematizando o conhecimento em um quadro comparativo, para depois elaborar as perguntas e as respostas do *quiz*.

Pode-se dividir a turma em grupos para facilitar e ampliar o trabalho de pesquisa empírica. Sugere-se a realização da pesquisa em discursos, entrevistas, manifestos e materiais de movimentos feministas e, com essas informações, a construção de um quadro comparativo levando em conta as dimensões dos movimentos feministas, tal qual sugeridas a seguir:

DIMENSÕES

Demandas - O que querem? O que exigem as feministas?

Identidades - Como são chamadas? Como se nomeiam?

Táticas - Como atuam politicamente? Que tipos de atividades políticas realizam?

Ideologias - No que acreditam? Como pensam em superar a desigualdade de gênero?

Movimento ou Pauta Feminista	Demandas	Identidades	Táticas	Ideologias
MF1...				

Indicar para a turma fontes de pesquisa sobre movimentos e pautas feministas no Brasil e no mundo, e estimular que também façam sugestões de outras fontes. Entrevistas, blogs, panfletos, páginas e perfis em redes sociais, artigos de jornais e artigos científicos podem ser pesquisados.

Também disponibilizamos o Material de Apoio: "Mas o que é mesmo feminismo? Pensando sobre os diferentes movimentos feministas", que acompanha essa situação didática.

2. Segundo encontro

Utilizando o quadro comparativo, propor aos grupos transformar as dimensões (demandas, identidades, táticas e ideologias) em perguntas, e os diferentes conteúdos identificados para cada dimensão em frases que vão compor as respostas do questionário. Podem ser criadas tipologias sobre feminismos e movimentos feministas, categorizando tipos de feministas ou pró-feministas.

Sugere-se considerar um percentual de respostas para fazer a classificação: se responder 80% das respostas, é um tipo; 50%, outro tipo, e assim por diante, de forma a caracterizar em qual categoria o perfil se encaixa.

Elaborado o *quiz*, caberá à turma de estudantes fazer um teste-piloto para verificar a compreensão das perguntas e aperfeiçoar o jogo. Depois, devem escolher que suporte será utilizado para a difusão das respostas e a análise de resultados.

Fechamento:

Sugere-se retomar as perguntas disparadoras que estruturam a sequência didática e sistematizar visualmente em um quadro as

considerações feitas. É importante retomar as dimensões – demandas, identidades, táticas e ideologias –, e enfatizar as formas de ação política que cada perspectiva constrói, bem como as diferenças e as aproximações entre feminismos.

Pretende-se, assim, que estudantes compreendam a importância de discutir assuntos atuais e polêmicos; reconheçam as formas de preconceito, discriminação e opressão que mulheres e outros grupos sofrem e enfrentam; entendam as múltiplas causas que desencadeiam os movimentos sociais e que se desdobram em variadas formas de ação política; e consigam relacionar suas vivências cotidianas com as demandas de movimentos feministas.

MATERIAL DE APOIO[21]

1. Exemplos de quiz sobre tipos de feminismo

https://superela.com/quiz-qual-seu-feminismo
https://www.inspiringlife.pt/teste-que-tipo-de--feminista-es-tu/
https://www.buzzfeed.com/florapaul/teste--feminista

[21] Acesso em: jul. 2019.

2. Sugestões de fontes para a pesquisa empírica

Revista Digital QG Feminista
https://medium.com/qg-feminista/quais-s%C3%A3o-as-principais-vertentes-do-feminismo-ae26b3bb6907

Revista Digital Capitolina
http://www.revistacapitolina.com.br/glossario-de-termos-feminismo/

Universidade Livre Feminista
https://feminismo.org.br/movimentos/

Blogueiras Negras
http://blogueirasnegras.org/category/resistencia/feminismo/

Blogueiras Feministas
https://blogueirasfeministas.com/category/feminismo-movimentos-sociais/

Jornal Nexo
https://www.nexojornal.com.br/academico/2019/10/02/Os-temas-da-imprensa-feminista-no-Brasil-desde-os-anos-1970

Referências Bibliográficas

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades*: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215, jan. 2009. ISSN 1806-9584. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100012/10991. Acesso em: 20 nov. 2018.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado: contextos e incertezas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 47, 22 jul. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000200301&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990 [1988].

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

Mais Sociologia!

Uma importante contribuição das teorias feministas é o debate sobre interseccionalidade ou consubstancialidade e o esforço de construir conceituações multidimensionais que desafiam as teorias sociológicas (KERGOAT, 2010). Ao tratar em sala de aula sobre os tipos de feminismos, sobre as diversas demandas e pautas defendidas, e sobre os perfis de mulheres que compõem os movimentos feministas, são apresentados elementos de reflexão a respeito das diferenças sociais na produção – ou reprodução – das desigualdades no mundo contemporâneo. A obra *Mulheres, Raça e Classe*, da ativista e pensadora Angela Davis, é uma fonte para explorar esse paradigma no ensino-aprendizagem.

Essa situação didática pode servir de base também para debates sobre marcadores sociais e identidades. Possibilita ainda desenvolver a habilidade de construir tipologias, exercício presente no campo da Sociologia. Sugere-se retomar a análise de dados qualitativos, a exemplo do capítulo "Codificação e Categorização Temática" em Gibbs (2009), para mais informações sobre como identificar tipos de feminismos.

Projeto Interdisciplinar

A formatação do *quiz* pode ser feita em aulas e projetos de **Informática**, a fim de explorar e desenvolver habilidades de criação de formulários, jogos e outras ferramentas disponíveis na Internet.

É possível ainda fazer uma reflexão sobre os movimentos organizados de mulheres nas condições históricas presentes dentro do contexto em que emergiram.

Além disso, a consolidação e a avaliação de resultados dos questionários do *quiz* também são atividades de interpretação e leitura de gráficos e tabelas – competências da **Matemática** que podem ser relacionadas à análise social de tendências, construção de inferências e estruturação de argumentos desenvolvidas pelo campo da **Sociologia**.

MATERIAL DE APOIO

Mas o que é mesmo feminismo? Pensando sobre os diferentes movimentos feministas

É com grande dinamismo que os feminismos nos dias atuais produzem lutas políticas por liberdade e igualdade de direitos, desdobrando diferentes aspirações e formas de ação política com vistas ao enfrentamento das desigualdades sociais entre seres humanos. A força desses movimentos feministas cresceu consideravelmente nas últimas décadas a ponto de ressonar antifeminismos que desqualificam essas lutas. E muitas das vezes as distintas trajetórias e orientações dos feminismos criam tensões entre os próprios movimentos organizados de mulheres.

Faz-se muita confusão ao identificar o feminismo como oposto do machismo. O machismo refere-se a padrões culturais que estabelecem a superioridade, a discriminação e o privilégio de um gênero em detrimento do outro, podendo ser observados no nosso dia a dia em situações de desigualdade salarial entre homens e mulheres, em baixa presença das mulheres nos espaços de representação política como o Congresso Nacional, nas jornadas de trabalho doméstico e de cuidado da família realizadas somente pelas mulheres ou ainda nos altos índices de feminicídios em diversos países. Já o feminismo não exige que as mulheres sejam "mais" que os homens. Pelo contrário, de maneira geral, as lutas desenvolvidas pelos movimentos feministas têm como princípio a denúncia das diversas formas de opressão e de violência que são vivenciados pelos indivíduos e grupos sociais e a defesa da igualdade entre os gêneros.

Entretanto, a confusão para entender o que é feminismo não é à toa, já que são observadas diferentes formas de ser, de se identificar e de agir enquanto feminista. Podemos nos perguntar, então, o que motiva as mulheres a se organizarem coletivamente: elas querem participar mais da vida política? Elas reconhe-

cem que não têm os mesmos direitos que os homens? Elas querem mais segurança e que o abuso e a violência contra elas acabem? Elas querem mais empregos, melhores salários, mais creches para os suas crianças? Elas querem que nas capas de revista não seja reproduzido só um padrão de beleza? Elas querem continuar sendo donas de casa, boas mães e sendo providas financeiramente pelos maridos? As demandas e as aspirações que movem as mulheres são múltiplas e conformam ao longo da História diferentes tipos de movimentos feministas e, até mesmo, movimentos antifeministas. Conseguir identificar essas diferenças exige observar como os movimentos definem a raiz do problema da opressão feminina e quais as formas de combatê-lo.
Quando se percorre a História, muitos exemplos de lutas e demandas por parte das mulheres podem ser resgatados. Começando com o ambiente da Revolução Francesa, em que a monarquia foi derrubada sob os gritos de "liberdade, igualdade e fraternidade", buscavam-se novos princípios que guiassem legisladores e governantes e foi elaborada uma declaração de direitos, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789).
Nessa efervescência social e política, desponta Olympe de Gouges, dramaturga e ativista, defendendo a igualdade formal dos homens e mulheres perante as leis, a instituição do divórcio e o fim da escravatura. Além de escrever e produzir peças teatrais, panfletos e cartazes, Olympe de Gouges organizou uma comissão para protestar junto à Assembleia Nacional e redigiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), que tem como preâmbulo a seguinte sentença: "Mães, filhas, irmãs, mulheres representantes da nação reivindicam constituir-se em uma assembleia nacional. Considerando que a ignorância, o menosprezo e a ofensa aos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolvem expor em uma declaração solene os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher".
Essa atmosfera que demandava maior participação política feminina e garantia de direitos às mulheres repercute em diversos países sob a forma da luta pelo sufrágio feminino, ou seja, pelo direito das mulheres ao voto. A Nova Zelândia foi o primeiro país a garantir o direito ao voto feminino em 1893. Nesse período também fervilha no Reino Unido o movimento das sufragistas *(sufragettes)*, ativistas feministas que atuaram a favor da concessão do direito ao voto para as mulheres. Elas questionavam por que podiam assumir postos de trabalho, mas não podiam ser eleitoras, nem serem eleitas representantes políticas. Associadas em uma Liga, publicavam jornais semanais, faziam reuniões públicas e organizavam passeatas rumo ao Parlamento britânico, além de usarem métodos violentos e sabotagem, confrontando a polícia, quebrando vidraças de lojas e casas, incendiando imóveis abandonados, atacando casas de políticos – cortavam linhas telefônicas, bem como acorrentavam-se em prédios públicos. O movimento das sufragistas britânicas tornou-se muito popular, sendo que as ativistas foram duramente reprimidas e presas. Desde a derrota da Primeira Emenda apresentada por John Stuart Mill, em 1866, que garantia direito ao sufrágio feminino, passaram-se muitos anos, até que, em fevereiro de 1918, dada a continuidade do *lobby* constitucional junto ao Parlamento, as sufragistas conquistaram o voto feminino para mulheres com mais de 30 anos.
Muitos pesquisadores e pesquisadoras indicam essas lutas, entre o final do século XIX e princípios do século XX, como a primeira onda do feminismo, sendo caracterizada como feminismo liberal, dado que a centralidade das demandas envolvia a busca da igualdade formal entre homens e mulheres, a partir das exigências do direito ao voto, a não discriminação da mulher nas leis e a possibilidade de elas terem propriedade privada como os homens. Eram lutas feministas que não viam os problemas da mulher como algo para além da questão individual, mas sim como problemas que ofendiam a individualidade, as liberdades pessoais e a capacidade da mulher de sair do ambiente doméstico. Assim, reformas que garantissem o acesso à educação e a inserção na vida pública seriam os caminhos necessários para liberdade das mulheres. Até nos dias atuais essa concepção ainda é viva, podendo-se observar muitas mobilizações e campanhas que enquadram o que é ser feminista como uma questão de liberdade e empoderamento individual, que passa pela igualdade jurídica de direitos.
Nesse mesmo cenário, podemos rememorar outros movimentos organizados de mulheres que também se desdobram com as profundas transformações da primeira Revolução Industrial. O processo acentuado de industrialização na Europa levou à inserção das mulheres nas fábricas, especialmente na indústria têxtil. Os baixos salários dos maridos forçavam as mulheres a buscarem ocupações precárias para complementar a renda das famílias, mesmo sendo consideradas biologicamente inferiores para o trabalho (pelas acusações de fraqueza, por menstruarem) e enquadradas na função de progenitoras, às atividades domésticas e ao cuidado da família. Novos problemas sociais ganharam forma nesse período e as lutas políticas intensificaram-se, contestando a condição miserável e degradante dos operários e denunciando a apropriação pelos donos das fábricas da riqueza produzida coletivamente.
Surgem então os movimentos socialistas, inspirados na crítica de Karl Marx ao capitalismo, que exigiam melhores condições de trabalho e a socialização dos meios de produção. No seio desses movimentos, a partir da atuação em partidos e sindicatos, e depois organizando grupos de mulheres, as feministas socialistas consideravam que a situação de opressão feminina era determinada pelo advento da propriedade privada e da sociedade dividida em classes.
Influenciadas pela formulação presente no livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels, as feministas socialistas discutiam como as mulheres foram relegadas à esfera privada da família e fora do mundo do trabalho na medida em que os homens, aqueles concentradores de riquezas, veem a necessidade da transmissão dos bens a herdeiros legítimos, instituindo assim o casamento monogâmico e confinando o papel das mulheres à condição de mães e cuidadoras da prole. Nessa visão, manifesta-se conjuntamente a opressão de classes, com o surgimento da propriedade privada, e a opressão feminina, na medida em que elas devem se submeter aos maridos a fim de assegurar a transmissão da linhagem e da propriedade. Por isso, a emancipação da mulher é entendida como um problema social maior do que a condição individual das mulheres e depende da superação da sociedade dividida em classes.
Alexandra Kollontai, como exemplo de feminista socialista, participou das ações da Revolução Russa. Ela dizia que o governo deveria se envolver no bem-estar das mulheres grávidas e na primeira infância das crianças. Além disso, à época desse período revolucionário, houve mudanças na legislação a fim de assegurar o direito ao divórcio, a garantia de pensão e a eliminar o status de inferioridade legal das mulheres. Nesse sentido, as demandas das feministas socialistas passam pela independência econômica das mulheres com a incorporação no mundo do trabalho, para que elas tenham condição de superar a dominação do homem e da família, bem como exigem, como política estatal, proteção à maternidade e instituições de cuidado e educação das crianças (creches e escolas), para que as mulheres possam exercer atividades para além da criação dos filhos. Mais do que igualdade entre homens e mulheres na lei, esse feminismo compreende que novas condições sociais e econômicas devem ser estabelecidas para que a igualdade aconteça.
Entrando no século XX, podemos mergulhar nos movimentos feministas que emergem a partir dos anos 1960, em diversos países do mundo, em uma segunda onda contestatória

feminista. Nomeados como feminismo radical, as ativistas desses movimentos fazem a crítica ao patriarcado como sistema histórico de opressão social, cultural e econômica, e denunciam fortemente as práticas machistas. Além de questionar o papel subalterno da mulher no trabalho, na família e na sociedade, as feministas radicais colocavam em discussão as relações afetivas e sexuais entre os seres humanos. A transformação que buscavam passava também pela superação dos valores patriarcais que os homens, e também as mulheres, carregam, defendendo processos de reeducação para que a cultura de submissão e inferioridade das mulheres se transforme. Uma das expoentes desse movimento foi a pensadora e escritora francesa Simone de Beauvoir, que em sua obra *O Segundo Sexo* indica elementos para a noção de gênero, muito discutida atualmente. A pensadora diz que não existe uma natureza feminina, ou uma feminilidade natural provinda da biologia dos sexos, mas "torna-se mulher", já que a condição de inferioridade atribuída às mulheres é um papel construído socialmente. Assim, o gênero seria a construção social do que é considerado como feminino e como masculino.

A ação política dessas feministas prezava pela troca das experiências de vida entre as mulheres, com grupos de conscientização em que se podia falar das situações cotidianas de opressão. Assim, a expressão "o pessoal é político" foi marca desse tipo de movimento feminista, enfatizando que a política e as relações de poder não se realizam somente no espaço público, mas também na vida privada e familiar. Para essas ativistas, o feminismo deveria expor como o patriarcado é vivenciado de forma comum na vida das mulheres e, mais do que uma opressão isolada, o conhecimento sobre essas múltiplas formas de opressão cotidianas permitiria construir saídas para que as mulheres fossem livres.

Saltando para os anos 1990, podemos observar uma terceira onda feminista em que se começou a questionar como os feminismos que emergiram ao longo da História idealizaram demais a mulher branca e ocidentalizada como foco das lutas feministas. As feministas negras passaram a enfatizar que as mulheres não são um grupo homogêneo e que não vivem as mesmas condições de opressão. Assim, esse feminismo denominado interseccional aponta a situação das mulheres negras e pobres como as mais oprimidas e exploradas e discute como entender a conexão entre classe, raça e gênero na configuração das desigualdades que atingem as mulheres. Como expressão desse movimento, a ativista norte-americana Angela Davis, que atuou no grupo Panteras Negras na década de 1960, vem estudando e denunciando como as injustiças raciais, de gênero e econômicas se entrecruzam e precisam ser observadas nas lutas feministas. Outro movimento feminista que alerta para especificidades na condição das mulheres é o feminismo *queer* ou transfeminismo. Nesse caso, as ativistas entendem que uma mulher transgênero, ou mulher trans, aquela que se identifica como sendo do gênero feminino, embora tenha sido designada como do sexo masculino, também sofre com as práticas machistas e com as lógicas do patriarcado. Ao não encontrarem espaço e visibilidade política no seio da comunidade gay-lésbica, nem mesmo em movimentos feministas mais tradicionais, as mulheres trans passaram a se organizar a fim de discutir as ideias feministas e defender políticas de emancipação mais específicas às condições que vivenciam.

Procurou-se apresentar, de maneira sintética, elementos que contribuem com a caracterização dos diferentes tipos de feminismos. É preciso observar que as demandas e pautas feministas não se apresentam de forma estanque tal qual a classificação proposta. As lutas das mulheres assumem formas de ação muito variadas e localizadas, sendo que, na maioria das vezes, esses elementos se combinam e se recombinam.

Além disso, aqui foram apresentados movimentos organizados de mulheres, suas demandas, suas concepções e suas formas de atuar. Mas será que não existem mulheres e homens que se mobilizam e organizam contra as conquistas e exigências desses movimentos? Compreendendo que o jogo político é uma arena em que toda ação tem impacto em relação a outras possíveis ações, pode-se também falar em antifeminismos e contramovimentos. A pesquisadora Susan Faludi usa o termo *backlash* para se referir às reações negativas de um grande grupo de pessoas contra movimentos sociais que buscam a igualdade de gênero na realidade dos Estados Unidos. Essas atitudes reacionárias utilizam diversificadas estratégias para defender que a reação antifeminista seria para o próprio bem da sociedade e das pessoas. Uma das táticas é criar estereótipos sobre ser feminista como algo ruim e motivo de infelicidade. Assim, as ativistas passam a ser descritas como loucas, sujas, mal-amadas, amargas, que odeiam os homens, reproduzindo visões preconceituosas sobre o feminismo. Outra estratégia é inverter as causas, afirmando que as dificuldades e opressões por que as mulheres passam não derivam de desigualdades presentes na sociedade, mas são causadas pelos próprios movimentos feministas. Observa-se ainda a criação de afirmações pseudocientíficas para deslegitimar as mulheres que buscam a independência e a emancipação, a exemplo de associar infertilidade a posições de chefias. Por fim, tratam os movimentos feministas como lutas políticas recentes que não teriam lastro na História para defenderem que esse tipo de contestação é muito incipiente e restrito a pequenos círculos de mulheres.

Pelo que foi exposto, é possível entender melhor o que são os feminismos e os movimentos feministas? Como essas questões se desdobram para a realidade da sua escola, do seu bairro ou do seu município? Espera-se que, a partir da leitura desse Material de Apoio, você seja capaz de refletir sobre múltiplas causas que desencadeiam os movimentos sociais e as variadas formas de ação política, bem como consiga dar prosseguimento à atividade em sala de aula.

Referências Bibliográficas

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005. Acesso em: 30 jul. 2019.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Foto: Mídia Ninja/Grafias de Junho

Situação didática 5.2 – Gincana dos 20 centavos

Objetivo: Demonstrar a diversidade dos protestos, problematizando visões que indicam a homogeneidade das mobilizações.

Conceitos relevantes:
Protesto
Internet e Movimentos Sociais
Heterogeneidade dos Movimentos Sociais

Tempo total estimado: dois encontros, sendo que as entrevistas devem realizadas fora do horário de aula. Caso não seja possível, acrescentar mais um período para a atividade.

PROCEDIMENTOS

Temática:
O ciclo de protestos de 2013 é um exemplo da diversidade dos processos de mobilização. Responder à pergunta: "Sobre o que é esse protesto?" não é uma tarefa simples. Movimentos sociais e protestos não são homogêneos.

Pergunta disparadora:
As pessoas que participam de um mesmo protesto querem/ acreditam nas mesmas coisas?

Atividades (primeiro encontro):
Dividir a turma em quatro grupos. Cada grupo receberá três tarefas:

1) Fazer uma breve entrevista com a maior quantidade de pessoas que conseguir. Registrar as respostas por escrito, em áudio, ou em vídeo. Entregar o registro das entrevistas indicando quantas pessoas foram entrevistadas. A entrevista deve abordar as seguintes questões:
- Perfil - idade, profissão, gênero, escolaridade
- Já participou de alguma manifestação?
- O que sabe sobre as manifestações de 2013 (participantes, demandas, conquistas)?
- Participou de algum protesto em 2013?

2) Identificar nas imagens do Material de Apoio as demandas de manifestantes.
Obs: a pessoa que estiver aplicando a situação didática tem um gabarito para conferir os dados referentes às imagens disponíveis no Material de Apoio

3) Fazer colagens/desenhos em um cartaz que representem as manifestações.
O grupo que fizer mais pontos vence. A pontuação só é divulgada após o término do jogo. Combinar com a turma se haverá algum tipo de premiação.

Pontuação:
Tarefa 1 – 4 pontos para o grupo com o maior número de entrevistados; 3 pontos para o grupo com o segundo maior número de entrevistados, e assim sucessivamente.
Tarefa 2 – 4 pontos para o grupo com maior número de demandas; 3 pontos para o segundo maior; e assim sucessivamente.
Tarefa 3 – 2 pontos pela entrega do trabalho, sem diferença entre os grupos.

Fechamento (segundo encontro):
Sugere-se colocar os cartazes realizados pelos grupos à vista em uma parede ou painel e fazer uma roda de discussão, lançando ao final a pergunta disparadora para debate.
A primeira reflexão diz respeito à primeira tarefa: o que foram as manifestações de 2013. Problematizar visões que entendem os protestos de forma homogênea. Sugere-se apresentar informações sobre o ciclo de protestos na sua cidade, e/ou fazer uma breve comparação com outros lugares, para reforçar a ideia de que há diferenças quanto a participantes, ações e contextos locais.
A segunda reflexão se refere à segunda tarefa: listar as demandas encontradas, chamando a atenção para a diversidade que pode compor um protesto. O que as demandas revelam sobre a situação – são específicas ou gerais; estão associadas a grupos determinados; entram em conflito com outras?
Comparar os cartazes e salientar as diferenças encontradas. Ao final, retomar a pergunta disparadora: "As pessoas em um protesto querem/ acreditam nas mesmas coisas?"
Lembrar que, além de um protesto não ser homogêneo, um mesmo movimento pode apresentar distintas demandas, identidades, táticas e ideologias. Essa situação didática pode introduzir a outra sobre os tipos de feminismos.

Mais Sociologia!
Essa situação didática pode ser um disparador para o estudo de distintos modelos organizativos dos movimentos sociais. Também pode incentivar reflexões sobre o que as demandas presentes nos protestos revelam a respeito das relações raciais no Brasil, da desigualdade de gênero, das relações de trabalho no capitalismo, de mobilidade e moradia urbana, entre outras questões.

MATERIAL DE APOIO
https://www.grafiasdejunho.org/principal

Projeto Interdisciplinar
Dividir a turma em grupos. Cada grupo deve pesquisar sobre um protesto realizado em diferentes cidades no mundo.
Em conjunto com as disciplinas de **Linguagens**, **Geografia** e **Artes**, sugere-se apresentar o material pesquisado em uma feira, ou fazer uma instalação que reproduza o ambiente dos protestos, com suas demandas e questões específicas regionais. Nesta atividade, poderá ser feita uma apresentação sobre os conflitos, participantes e suas interações.

MOVIMENTOS SOCIAIS EM DISPUTA

MÓDULO 6

MOVIMENTOS SOCIAIS E MÍDIA

JUSTIFICATIVA: Existência de concepções antagônicas sobre a relação entre movimentos sociais e mídia. Por um lado, há quem acredite que a mídia é capaz de produzir relatos objetivos sobre esses movimentos. Por outro, a ideia de que a cobertura midiática sempre prejudica os movimentos sociais que, por sua vez, ignoram os processos midiáticos de disputa interpretativa.

HABILIDADES DESENVOLVIDAS: Identificar as diferentes construções midiáticas sobre os movimentos sociais, refletindo sobre seu viés e impacto sobre ativistas.

CONCEPÇÕES QUESTIONADAS: "A mídia sempre diz a verdade/mente em relação a movimentos sociais". "Movimentos são manipulados pela mídia".

Foto: Paulo Capiotti/Grafias de Junho

Situação didática 6.1 – Um Protesto, Duas Versões

Objetivo: Identificar de forma comparativa como veículos de comunicação produzem diferentes relatos sobre um mesmo evento de protesto.

Conceitos relevantes:
Mídia e Movimentos Sociais
Enquadramento Interpretativo
Protesto

Tempo total estimado: dois encontros

PROCEDIMENTOS

Temática:
Esta situação didática utiliza como Material de Apoio reportagens sobre um protesto ocorrido em Porto Alegre (RS) durante as manifestações de junho de 2013. Pode-se adaptar a proposta para trabalhar sobre um protesto recente, que tenha ocorrido no local onde está sendo realizada a atividade, ou outro que seja de interesse da turma. Nesses casos, é importante buscar informações com antecedência para a organização de materiais de apoio específicos.

Pergunta disparadora:
Como a mídia descreve protestos e movimentos sociais? Isso pode mudar de acordo com as fontes?

Atividades:
Dividir a turma em quatro grupos. Dois grupos deverão ler a notícia do jornal Zero Hora e outros dois a do portal Sul21 que constam no Material de Apoio. Caso outras notícias sejam utilizadas, utilizar os materiais de apoio específicos. Observar nas reportagens:

a) Ativistas (quem são, quais as suas características, com quem se relacionam);
b) Demandas de ativistas;
c) Ações de ativistas;
d) Ação da polícia.

Após a análise, questionar o grupo se há diferença na interpretação dos protestos por parte desses dois veículos, levando em conta os aspectos observados.
No encontro seguinte, os grupos devem compartilhar com a turma suas conclusões, comparando-as. Para organizar a comparação, montar um quadro, conforme sugestão a seguir:

ATIVISTAS	INTERPRETAÇÃO VEÍCULO 1	INTERPRETAÇÃO VEÍCULO 2
Quem são		
Características		
Com quem se relacionam		
Quais são as demandas		
Quais são suas ações		
POLÍCIA		
Atuação da polícia		

Fechamento:
Jornais, canais de televisão, emissoras de rádio e *sites* na Internet podem descrever de formas distintas um mesmo protesto ou movimento social. Refletir por que a cobertura de um veículo de comunicação não é igual para todos os movimentos sociais, e como essa posição pode mudar ao longo do tempo.
Identificar junto com a turma posicionamentos pouco explícitos, que podem aparecer nas entrelinhas. Demonstrar como a falta de informação sobre alguns acontecimentos e a ênfase em outros pode transmitir uma mensagem mais ou menos favorável a um protesto. Ressaltar a importância de identificar essas nuances e de buscar fontes de informação de perfis diversos, atentando para a credibilidade desses meios.
É possível debater a conexão entre movimentos sociais e partidos políticos como forma de criticá-los e deslegitimá-los. Para saber mais sobre essa questão, veja o Módulo 7 desse livro.
Buscar exemplos em que o tema da violência é utilizado para criar uma imagem positiva ou negativa do protesto: quando se dá mais ênfase à violência de manifestantes ou da polícia, ao descrever as ações de ativistas ("explosão de fúria", "depredação") ou ao procurar definir quem iniciou o conflito. O debate sobre violência e confrontos políticos é ampliado no Módulo 8 desse livro de atividades.
Outro aspecto a ser discutido é o uso das imagens para caracterizar o protesto e provocar emoções: ao destacar cenas de depredação, ou, ao contrário, mostrar cenas de união de manifestantes.
A existência de enfoques diferentes, de acordo com a intencionalidade, permite ainda questionar a neutralidade da mídia. A fidelidade em relação aos acontecimentos implica necessariamente neutralidade de posicionamento?

Reportagem 1:
Jornal Zero Hora, 28 de março de 2013.
ATAQUE À PREFEITURA, PEDRAS E BADERNA NA CAPITAL
Grupo de esquerda comandou manifestação conta o aumento da passagem de ônibus ontem à noite, no centro de Porto Alegre. Durante a confusão, foram arremessadas taquaras, pedras, bolitas e frutas, que quebraram sete janelas de vidro do prédio histórico – Foto: Ricardo Duarte.

Carlos Rollsing e Letícia Costa

A prefeitura de Porto Alegre foi atacada com pedras, bolas de gude, tintas e frutas em manifestação ontem à noite em protesto contra o aumento do preço das passagens de ônibus. O Secretário de Governança da prefeitura, Cézar Busatto, que tentou negociar com centenas de pessoas, foi atingido por tinta na camisa, rosto e cabelo, e definiu o ato como de "animais querendo guerra".
Partiu de indivíduos e movimentos com ascendente atuação política na Capital a explosão de fúria contra o aumento da passagem de ônibus para R$ 3,05. O ato chegou a manter cerrados dentro do Paço Municipal o vice-prefeito Sebastião Melo, secretários, vereadores e servidores públicos.
O protesto, que culminou na depredação do prédio da prefeitura e de viaturas da Guarda Municipal, foi convocado via Facebook por estudantes e jovens ligados a PSOL, PT, PSTU e radicais anarquistas. Agregados, eles formaram o Bloco de Luta pelo Transporte Público.
O grupo não se limita à união de universitários. Desde janeiro, está encorpado pelo apoio de alas de funcionários das concessionárias do transporte público. Eles fazem oposição à direção do Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre. Com adesão dos trabalhadores, o bloco ganhou mais força para apresentar sua principal bandeira: redução imediata do valor da passagem de ônibus para R$2,60.

DCEs se posicionam à frente do movimento:
Bandeiras do PSTU foram vistas, mas não é hábito a explícita identificação partidária. Nos protestos, costumam se mostrar como integrantes dos chamados coletivos, como o Juntos, ligado ao PSOL, que esteve na organização da manifestação. Também se posicionaram à frente do movimento os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) de PUC e UFRGS, ambos comandados em conjunto por militantes e simpatizantes do PSOL, PT e PSTU, além de anarquistas que permitem a "partidarização" dos protestos.
No Facebook, um dos mentores do levante foi Lucas Maróstica, integrante do coletivo Juntos e funcionário do gabinete da vereadora Fernanda Melchionna (PSOL). A parlamentar, que participou de outro protesto, este na Câmara dos Vereadores, foi vista em frente à prefeitura. Ela confirma a presença, mas alega que foi ao local apenas para "mediar" e serenar os ânimos.

Novos protestos previstos na Capital:
Entre os organizadores, é repudiada a ideia do vínculo das manifestações com partidos políticos. Eles também rejeitam o carimbo de violentos.
– São pessoas que se associam livremente ao bloco. Eu não sou do PSOL. No DCE da PUC, temos apenas uma menina do PSOL entre sete pessoas. Não houve exagero. Vários indivíduos não pertencem ao coletivo e, na hora, tomam essas atitudes (depredação) – argumentou Natane Hammarstron, presidente do DCE da PUC, enquanto aguardava, ontem à noite, em frente ao Palácio da Polícia, pela liberação de uma amiga que havia sido detida no protesto.

Porto Alegre tem outras manifestações previstas até o dia 1º de abril, todas relacionadas à Jornada de Lutas da Juventude Brasileira (...).

Fonte: ROLLSING, Carlos; COSTA, Letícia. Ataque à Prefeitura, pedras e badernas. Zero Hora, *Porto Alegre, n. 17835, p. 54, 28 mar. 2013.*

Fotos: Ramiro-Furquim/Grafias de Junho

Reportagem 2:
Portal Sul21, 28 de março de 2013.
REVOLTA CONTRA O AUMENTO DA PASSAGEM
Protesto dessa quarta-feira (27) foi o maior já realizado contra o aumento da passagem em Porto Alegre – Foto: Ramiro Furquim/Sul21.

Samir Oliveira

Centenas de manifestantes realizaram, na noite desta quarta-feira (27), um novo ato contra o aumento da passagem de ônibus em Porto Alegre. Iniciado por volta das 18h30, em frente à prefeitura, o protesto só foi terminar às 22h, em frente ao Palácio da Polícia (...).
Antes de a passagem aumentar, cinco pro-

testos foram realizados no centro da Capital. Após o aumento – que ocorreu na última quinta-feira (21) e elevou a tarifa de R$ 2,85 para R$ 3,05 -, os manifestantes têm realizado praticamente um ato por dia (...). O protesto desta quarta-feira teve dimensões ainda maiores que os anteriores. Assim que começaram a entoar palavras de ordem, os manifestantes se dirigiram para a entrada da prefeitura, que estava bloqueada apenas por um cordão de isolamento e poucos agentes da Guarda Municipal (...).
Neste momento, o secretário municipal de Governança, Cézar Busatto (PMDB), tentava dialogar com os manifestantes na entrada da prefeitura. Cerca de uma hora após o ato, ele concedeu uma coletiva à imprensa. Com a roupa manchada da tinta vermelha jogada pelos ativistas, o secretário disse que os manifestantes "pareciam animais criando guerra". "As coisas foram para um limite insuportável, não houve espaço para diálogo. Foi uma fúria de jovens que começaram a avançar para cima de nós", criticou (...).

Brigada Militar jogou pelo menos cinco bombas de efeito moral:
Enquanto os manifestantes ocupavam as escadarias em frente à entrada principal da prefeitura, o batalhão de choque da Brigada Militar (BM) se posicionava a poucos metros (...). Para dispersar os manifestantes e poder retomar a entrada da prefeitura, a Brigada jogou duas bombas de efeito moral, causando pânico nos jovens e na população que caminhava pelo centro naquele momento. Depois das duas primeiras bombas, alguns manifestantes voltaram a avançar sobre a Praça Montevidéu, jogando pedaços de paus e frutas – como limões – e bolas de gude nos policiais, que se protegiam com escudos. A partir daí, a Brigada lançou mais três bombas, fazendo com que o grupo recuasse. Tudo isso ocorreu em menos de meia hora. Às 19h, os manifestantes já deixavam as redondezas da prefeitura (...).
Nesse meio tempo, um jovem estava estirado na calçada ao lado da prefeitura, com um corte na cabeça. Ainda não se sabe ao certo o que aconteceu. Relatos informam que ele teria sido "atropelado" pela Brigada Militar enquanto os policiais se dirigiam para a entrada da prefeitura. Após o final do conflito, a reportagem do Sul21 contabilizou 21 vidros quebrados nas janelas frontais da prefeitura. Um dos pilares da entrada do prédio também estava pichado com a frase "R$ 3,05 é um roubo". Pelo menos uma viatura da Guarda Municipal teve o para-brisa quebrado.

Estudante foi detida e algemada dentro da prefeitura:
Enquanto a Brigada Militar jogava bombas para dispersar os jovens, corria, de boca em boca, a informação de que havia quatro pessoas detidas dentro da prefeitura. Posteriormente, confirmou-se que pelo menos uma estudante estava, de fato, presa na sede do Executivo municipal.
A estudante foi algemada pela Guarda Municipal e mantida no interior do prédio, impossibilitada de contatar quem estava do lado de fora. A vereadora Fernanda Melchionna (PSOL) chegou ao local no momento em que a BM dispersava os manifestantes com bombas e, com auxílio de um advogado, conseguiu entrar na prefeitura (...). A estudante detida foi levada até o Palácio da Polícia, onde prestou depoimento à delegada de plantão. Com essa informação em mãos, os manifestantes (...) decidiram marchar até a sede da Polícia Civil gaúcha para exigir a libertação da ativista.

Estudante detida na prefeitura foi liberada no Palácio da Polícia:
Os ativistas levaram mais de uma hora para chegar ao Palácio da Polícia. No caminho, o grupo conquistou o apoio de muitos moradores da região, que abanavam e comemoravam das janelas dos edifícios, e de muitos trabalhadores rodoviários, que transportavam passageiros no corredor de ônibus (...).
Os estudantes também aproveitaram o momento para pichar diversos ônibus com os dizeres: "R$ 3,05 é um roubo", "R$ 2,60 já" e "Passe Livre Já". Durante o caminho, um jovem quebrou uma janela de um ônibus – que quase não tinha passageiros – e também há relatos de que sinaleiras e faróis de diversos coletivos foram destruídas.
Ao chegar em frente ao Palácio da Polícia, o grupo sentou-se na avenida Ipiranga e exigiu a libertação da estudante detida. (...) "Ela apanhou dentro da prefeitura. Obviamente, isso é para nos intimidar. Mas pegaram um dos nossos e nossa indignação dobrou", bradaram. A estudante foi liberada pouco antes das 22h, quando a chuva já caía forte sobre Porto Alegre. Emocionada, ela abraçou os manifestantes e chorou. Os ativistas avisaram que irão organizar novos atos para pressionar pela revogação do reajuste da passagem de ônibus.

Fonte: adaptado de Sul21. *Disponível em: https://www.sul21.com.br/noticias/2013/03/revolta-contra-aumento-da-passagem-gera--grande-protesto-na-noite-de-porto-alegre/. Acesso em: 30 jul. 2019.*

Mais Sociologia!
Essa situação didática pode ser um disparador para o estudo da temática da mídia, bem como das novas tecnologias de informação e comunicação e seu impacto sobre as informações que consumimos. A Internet amplia o número de fontes e posicionamentos disponíveis, mas todas essas informações são confiáveis? Também é possível estudar a relação da indústria cultural e da mídia com o capitalismo contemporâneo.

Projetos Interdisciplinar:
Jornalistas por um Protesto!
Muitas vezes, as posições dos veículos de comunicação sobre um tema aparecem nas entrelinhas, em expressões e imagens que provocam emoções e julgamentos. Pode-se discutir junto às áreas de **Português** e **Literatura** as características dos textos jornalísticos e como a linguagem pode denotar sentimentos e avaliações.
Docentes da área das **Artes** podem contribuir com análises sobre emoções e reflexões provocadas por fotografias. Já a área de **Filosofia** é importante para questionar a neutralidade e a objetividade do conhecimento.
Trabalhando todas estas áreas conjuntamente, desafiar estudantes a criarem um jornal com relatos positivos, outros negativos e alguns "neutros" – se for possível neutralidade – sobre eventos de protesto escolhidos pela turma. Posteriormente, as produções dos grupos serão comparadas em um debate sobre os temas sugeridos nessa situação didática.

Foto Bléa Campos

Foto: Bléa Campos/Grafias de Junho

Situação didática 6.2 – Memeativismo

Objetivo: Analisar a utilização do gênero textual e imagético veiculado por meios virtuais – os *memes* – como uma nova forma de ação política. Reconhecer o emprego deste gênero como ferramenta facilitadora de conteúdos em sala de aula.

Conceitos relevantes:
Internet e Movimentos Sociais
Ativismo
Mídia e Movimentos Sociais

Tempo total estimado: dois encontros

PROCEDIMENTOS

Temática:

A popularização dos *memes* de Internet na era cibernética mudou por completo o debate político. No Brasil, onde as redes sociais são uma febre, especula-se que essas peças simples de comunicação tenham tido mais importância do que a propaganda na televisão nas últimas eleições (CHAGAS, 2019).
Os *memes* são uma criação relativamente nova. Surgiram a partir da primeira década do século XXI como um fenômeno oriundo dos *blogs* e das redes sociais, ferramentas amplamente utilizadas para socializar e expressar opiniões. São considerados artefatos culturais que constituem um gênero midiático próprio do ambiente digital e, conforme Chagas (2018), se caracterizam por apresentar: a) imagem recortada, alterada ou descontextualizada da origem e função original; b) um texto curto que acompanha a imagem; c) um texto que interage com a imagem, de forma que a complementa ou dá um novo significado. Por si só, os *memes* não possuem uma função democratizante ou antidemocratizante, mas podem e têm sido acionados por grupos mobilizados no intuito de fomentar debates de cunho político (CHAGAS, 2018). Assim, adota-se nesse material o termo "memeativismo" para descrever a "batalha" provocada pela disseminação desse conteúdo nos meios digitais.
O termo *meme* foi apresentado ao grande público no best-seller *O Gene Egoísta*, publicado em 1976 pelo biólogo Richard Dawkins, para se referir à replicação de ideias por gerações, tal como acontecia com o material genético. É certo que o cientista britânico não fazia ideia do alcance que a expressão ganharia décadas depois. Alguns fatores devem ser levados em consideração na análise da forma pela qual os memes se tornaram "virais". Dentre eles, podemos citar: a afetividade (emoção), a participação (individualizada e a possibilidade de personalização), e o humor.
Assim como as charges e os cartuns, os *memes* utilizam-se deste último recurso para comunicar uma mensagem de maneira rápida e crítica. O que os diferencia de seus congêneres é que podem ser criados e veiculados por qualquer pessoa que tenha acesso à Internet e às redes sociais. No contexto comunicacional contemporâneo, o indivíduo, que antes era apenas o receptor, hoje participa ativamente do processo, transformando-se em produtor de comunicação (SOUSA; FACHINNI; NASCIMENTO, 2016).
Essa maneira de expressão – que cria, produz e reproduz seu próprio conteúdo – tem se propagado cada vez mais nas redes e se apresentado como uma poderosa arma de comunicação de jovens para expressar diferentes opiniões cuja carga de significados é, em geral, uma representação e/ou apropriação de algo que já está latente na sociedade. Este cenário propicia a conexão entre comunicação e atitude política, fenômeno chave para a compreensão do ativismo digital, que aponta para um modo de vida em que as novas gerações já não dissociam mais tecnologias e ação (GOMES, 2014).

Pergunta disparadora:
Em que medida criar e veicular *memes* pode ser considerado um ato político? Qual o impacto desse gênero midiático sobre os processos políticos contemporâneos?

Atividades:

1- Primeiro encontro:
Solicitar que estudantes façam uma busca nas redes sociais, usando os celulares ou computadores, para selecionar *memes* que tenham sido criados, compartilhados ou que tenham chamado a sua atenção. Depois, mapear as principais temáticas e os sentidos atribuídos aos *memes* escolhidos.
Refletir com a turma sobre o que é um *meme* e qual a sua finalidade. Para tanto, questionar: a) sua origem; b) a forma de veiculação e possibilidades de comunicação propiciadas por este gênero textual/imagético próprio do ambiente virtual. No Material de Apoio há artigos e *sites* com informações sobre o tema.

2-Segundo encontro:
Em um Laboratório de Informática, ou utilizando os celulares, propor a criação de *memes*. Dividir a turma em pequenos grupos de três ou quatro estudantes. Cada grupo deve escolher personagens, situações e/ou acontecimentos em evidência no momento atual brasileiro que sirvam de inspiração para a criação de novos *memes*.

Fechamento:

Apresentar os *memes* criados pelos grupos. Refletir com a turma sobre a relação entre criação e veiculação de *memes* e ação política. Como os *memes* contribuem para difundir boatos falsos – as chamadas *fake news* ou desinformação? A criação e o compartilhamento de *memes* são recursos superficiais ou, ao contrário, a mistura de entretenimento e política torna a discussão mais acessível e profícua? O impacto das ações *on-line* é comparável ao ato de ir às ruas? O que se pode considerar como uma ação política na contemporaneidade? Por último, que questões éticas envolvem o uso de tecnologias digitais, principalmente as que utilizam o humor como recurso de comunicação?

MATERIAL DE APOIO

O ideal é que a criação dos *memes* aconteça em um Laboratório de Informática, e a apresentação dos *memes* criados seja projetada em uma tela para toda a turma. Caso não seja possível, utilizar os celulares.

***Sites* e páginas úteis:**

Museu de *Memes*:
http://www.museudememes.com.br/

Acervo virtual para catalogar essas expressões, criado por pesquisadores do Laboratório de Pesquisa em Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração (COLAB), da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2011.

***Memes* Históricos:**
https://pt-br.facebook.com/memesd4histori4/

Página do Facebook para a divulgação e publicação de *memes*.

Gerador de *Memes*:
https://www.gerarmemes.com.br/

Site que possui ferramenta geradora de *memes*.

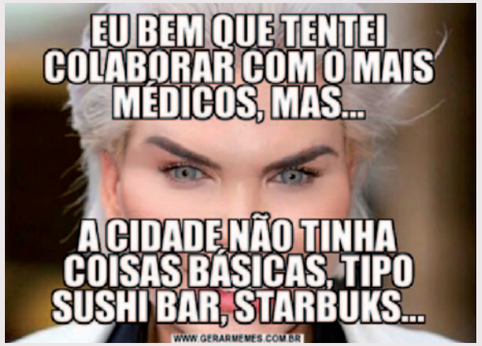
Mais Sociologia!

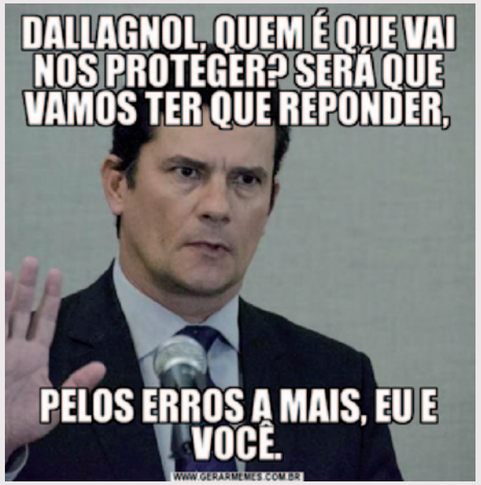
Pode-se abordar temas como preconceito e discriminação na sociedade contemporânea a partir da discussão sobre a relação (controversa) entre humor e grupos sociais. Outras reflexões possíveis a partir dessa situação didática envolvem a questão da desigualdade digital no Brasil, suas implicações sociais e políticas; o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e sua influência sobre os sistemas de comunicação, as mudanças nos hábitos cotidianos, na organização do trabalho e no funcionamento dos mercados.

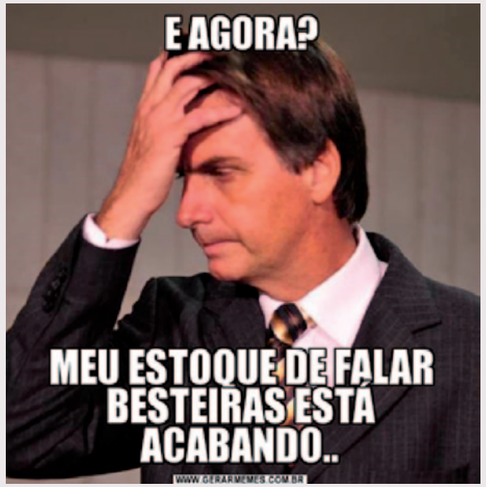
Projeto Interdisciplinar

Organizar uma exposição nas dependências da escola, e/ou criar uma página no Facebook para divulgar os *memes* produzidos por estudantes, incentivando o trabalho em conjunto com as áreas de **Filosofia** e **Língua Portuguesa**. Através da Filosofia, aprofundar a reflexão sobre valores éticos envolvidos na criação e divulgação dos *memes* por meio da discussão da relação entre **Ética** e **Moral**, tema recorrente nesta área de conhecimento. Na área da Língua Portuguesa, exercitar a interpretação de textos, imagens e contexto utilizando os conhecimentos e as experiências socioculturais de estudantes. O uso de *memes* pode ser um recurso facilitador e criativo do processo de ensino/aprendizagem.

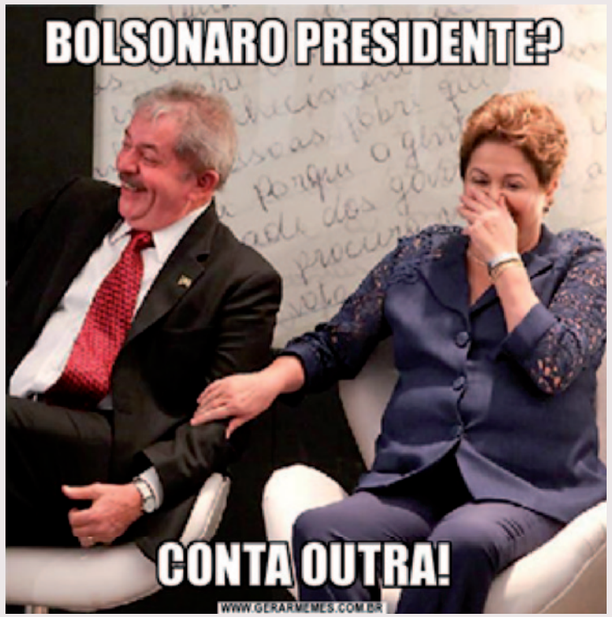
Exemplo de *memes*

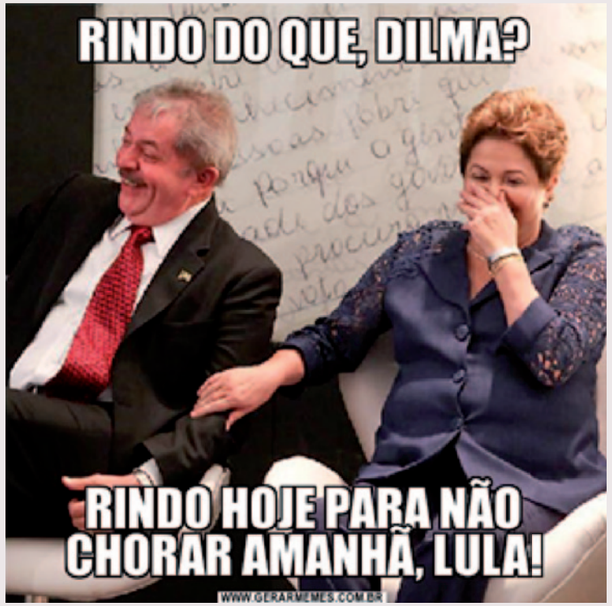






MEMES COM A MESMA IMAGEM, MAS SENTIDOS DIFERENTES:





Referências Bibliográficas

BITENCOURT, Maria Clara; GONZATTI, Christian. House off memes: midiatização do ativismo e transformações do jornalismo a partir de uma (ciber)cultura pop. *Revista Geminis*, São Paulo, v. 7, n. 1, p, 101-106, 2016. Disponível em: http://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/254. Acesso em: 30 jul. 2019.

CHAGAS, Viktor. A febre dos memes de política. *Revista FAMECOS* - mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 25, n. 1, jan./fev./mar./abr. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/gg/Downloads/27025-121410-1-PB.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

_____. *"Memes garantem acesso ao debate", diz pesquisador da UFF*. 17 jun. 2019. Disponível em: https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/06/17/memes-garantem-acesso-ao-debate.htm Acesso em: 30 jul. 2019.

GOMES, Gisleine Moreira. Meme war: contribuições para o debate sobre os novos movimentos sociais. *E-compós*, Brasília, v. 17, n 2, maio/ago. 2014. Disponível em: http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1073. Acesso em: 30 jul. 2019.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma analítica da midiatização. *Revista Matrizes*, n. 2, abr. 2008. Disponível em: file:///C:/Users/gg/Downloads/38194-Article%20Text-44949-1-10-20120814.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

SOUSA, Thais; FRANCHINI, Estevão; NASCIMENTO, Paulo. Os Memes como representações políticas nas redes sociais: uma análise de forma e conteúdo na produção de sentido e construção de identificação com grupos e movimentos. CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 21., 2016, Salto/SP. *Anais* [...]. Salta/SP, 2016. Disponível em: http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2016/resumos/R53-0885-1.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO

MÓDULO 7

MOVIMENTOS SOCIAIS COMO POLÍTICA

JUSTIFICATIVA: Existência de um uso restrito da categoria "política", referindo-se apenas à política partidária, aliado a uma concepção de que movimentos sociais devem se distanciar de partidos políticos e da política institucional para que sejam legítimos.

HABILIDADES DESENVOLVIDAS: Compreender as diversas ligações entre movimentos sociais e política institucional, refletindo sobre suas implicações para a mobilização coletiva.

CONCEPÇÕES QUESTIONADAS: "Movimentos sociais não podem ser políticos". "Movimentos políticos foram manipulados".

Foto: Grafias de Junho

Situação didática 7.1 – Ativistas no Governo

Objetivo: Identificar a atuação de "burocratas ativistas" em confrontos envolvendo políticas públicas em diferentes ministérios e secretarias, rompendo com a ideia de uma fronteira fixa entre movimentos sociais e Estado.

Conceitos relevantes:
Políticas Públicas e Movimentos Sociais
Ativismo Institucional

Tempo total estimado: dois encontros

PROCEDIMENTOS

Temática:
A atividade parte de situações fictícias em que ativistas de diferentes movimentos sociais e setores empresariais organizados assumem posições em ministérios e secretarias relacionados ao tema de suas lutas. As situações sugeridas estão relacionadas à preservação ambiental, a direitos trabalhistas e à saúde. Adaptar as situações sugeridas no Material de Apoio à realidade local, aos interesses de estudantes, ou a conteúdos que estão sendo trabalhados em aula. É importante que o Material de Apoio seja preparado com antecedência.

Pergunta disparadora:
Movimentos sociais defendem suas posições em confrontos políticos apenas fora do Estado e dos governos? Caso contrário, como ativistas se envolvem em confrontos políticos estando dentro de ministérios e secretarias?

Atividades:
No primeiro encontro, realizar uma breve introdução sobre a organização do Estado no Brasil e políticas públicas. Depois, dividir a turma em grupos. A cada grupo será entregue um pequeno texto relatando o caso de representantes de um movimento social ou de um setor empresarial que atuam no ministério responsável por políticas públicas. Estes textos estão disponíveis no Material de Apoio.
Os grupos deverão pesquisar sobre o movimento social ou setor empresarial citado, e sobre o ministério responsável pela área mencionada para responder as seguintes perguntas:
a) Considerando as crenças políticas dessa/e ativista, que políticas públicas essa pessoa proporia ou defenderia dentro desse ministério?
b) Que obstáculos essas pessoas poderiam encontrar para transformar suas ideias em políticas? Um exemplo: que grupos poderiam se opor às suas propostas?
No segundo encontro, os grupos devem apresentar as propostas de personagens que representam diferentes interesses em um mesmo ministério, e compará-las.

Fechamento:
Refletir com a turma como são articuladas as políticas públicas e que um governo não é composto apenas por pessoas que compartilham dos mesmos valores. Portanto, não é um ator coerente e homogêneo.
Quando atuando dentro de ministérios, ativistas de movimentos sociais e de setores empresariais tendem a defender suas posições. Assim, os movimentos sociais e outros grupos organizados podem influenciar as políticas públicas também de dentro do Estado e dos governos.
Considerar que dificilmente algum dos grupos envolvidos nessa disputa conseguirá influenciar as políticas públicas completamente conforme a sua vontade, já que é provável que enfrente resistências da oposição. No entanto, quem tiver mais recursos, como acontece geralmente com grupos empresariais, sai em vantagem.
Ressaltar que há casos em que movimentos sociais atuam dentro e fora dos governos para defender suas demandas e que essa aproximação com o Estado não significa necessariamente sua desmobilização, ou que ativistas "foram comprados" por um governo ou por um partido.
Indicar que é comum a crítica à atuação de movimentos sociais dentro do governo, mas que a atuação de federações industriais e de outros grupos empresariais é, em geral, vista como natural.
Lembrar que confrontos políticos acontecem, por exemplo, no Poder Legislativo, quando grupos com visões distintas sobre um determinado projeto de lei lutam por sua aprovação ou rejeição. Neste caso, ativistas podem se envolver como parlamentares eleitos ou como seus assessores. Da mesma forma, dentro do Poder Judiciário, grupos podem ter visões diferentes sobre como as leis devem ser aplicadas.

Situação A:

Ângela é ativista do movimento ambientalista brasileiro. Ela acredita ser necessário que o governo fiscalize com maior rigor as indústrias e grandes propriedades rurais para que cumpram a legislação ambiental, bem como defende normas e punições mais rígidas para os impactos ambientais. Ângela recentemente assumiu um cargo no ministério responsável por questões ambientais no Brasil.
Considerando as crenças políticas dessa ativista, que políticas públicas vocês imaginam que ela proporia ou defenderia dentro desse ministério? Quais obstáculos essa ativista poderia encontrar para concretizá-las? Por exemplo, que grupos poderiam se opor às propostas dela?

Situação B:

Frederico é membro de uma federação que reúne e representa os interesses de grandes proprietários rurais. Acredita que o governo deve incentivar o agronegócio brasileiro, responsável por parcela significativa do desempenho econômico nacional. Para isso, considera importante que o governo não crie empecilhos para que os grandes proprietários possam definir suas próprias práticas de produção e manejo do meio ambiente de forma a aumentar sua produtividade. Frederico recentemente assumiu um cargo no ministério responsável por questões ambientais no Brasil.
Considerando as crenças políticas desse ativista, que políticas públicas vocês imaginam que ele proporia ou defenderia dentro desse ministério? Quais obstáculos esse ativista poderia encontrar para concretizá-las? Por exemplo, que grupos poderiam se opor às propostas dele?

Situação C:

Marcos é ativista sindical no Brasil. Ele acredita que é necessário que as empresas sejam mais fortemente fiscalizadas em relação ao cumprimento da legislação trabalhista, bem como defende a garantia e a ampliação de direitos do trabalho – férias, salário mínimo valorizado, décimo terceiro salário, entre outros. Marcos recentemente assumiu um cargo no ministério responsável pelas questões trabalhistas no Brasil.
Considerando as crenças políticas desse ativista, que políticas públicas vocês imaginam que ele proporia ou defenderia dentro desse ministério? Quais obstáculos esse ativista poderia encontrar para concretizá-las? Por exemplo, que grupos poderiam se opor às propostas dele?

Situação D:

Mariana é presidenta de uma grande confederação que reúne empresários do ramo industrial. Acredita que o desenvolvimento da indústria brasileira é a chave para o desenvolvimento econômico do país. Para que isso ocorra, defende que o governo deve intervir o mínimo possível nas relações estabelecidas dentro da empresa, como as relações entre empregadores e empregados, de forma a aumentar a competitividade da indústria nacional. Mariana recentemente assumiu um cargo no ministério responsável pelas questões trabalhistas no Brasil.
Considerando as crenças políticas dessa ativista, que políticas públicas vocês imaginam que ela proporia ou defenderia dentro desse ministério? Quais obstáculos essa ativista poderia encontrar para concretizá-las? Por exemplo, que grupos poderiam se opor às propostas dela?

Situação E:

Joana é ativista do movimento de defesa da saúde pública e gratuita no Brasil. Ela defende o direito à saúde e acredita que os serviços públicos de saúde devem ser aprimorados cada vez mais. Joana recentemente assumiu um cargo no ministério responsável pela política de saúde no Brasil.
Considerando as crenças políticas dessa ativista, que políticas públicas vocês imaginam que ela proporia ou defenderia dentro desse ministério? Quais obstáculos essa ativista poderia encontrar para concretizá-las? Por exemplo, que grupos poderiam se opor às propostas dela?

Situação F:

Roberto é membro de um sindicato que representa os interesses dos hospitais privados e dos planos de saúde no Brasil. Acredita que a oferta de serviços privados de saúde é a melhor forma de garantir acesso ao cuidado médico de qualidade para toda a população. Roberto recentemente assumiu um cargo no ministério responsável pela política de saúde no Brasil.
Considerando as crenças políticas desse ativista, que políticas públicas vocês imaginam que ele proporia ou defenderia dentro desse ministério? Quais obstáculos esse ativista poderia encontrar para concretizá-las? Por exemplo, que grupos poderiam se opor às propostas dele?

Mais Sociologia!

Essa situação didática pode ser um disparador para discutir o tema da divisão dos Poderes no Brasil. Por exemplo, é possível que estudantes proponham ações que não cabem ao Poder Executivo, mas ao Poder Legislativo, ou ao Poder Judiciário. Propor uma pesquisa sobre quais ações seriam viáveis e caracterizar as funções de cada Poder.
Outra reflexão possível é sobre políticas públicas: o que são, quais são as políticas públicas em andamento no Brasil, e que outras seriam necessárias? O Material de Apoio traz ainda dados sobre movimentos sociais, grupos empresariais e confrontos. Sugere-se que os grupos aprofundem uma investigação sobre:
a) A história do movimento ambientalista e da preservação ambiental no Brasil, a organização dos grandes proprietários rurais no país e as disputas estabelecidas entre esses atores;
b) A história do movimento sindical e da legislação trabalhista brasileira, a organização das federações de indústria no Brasil e as disputas estabelecidas entre esses atores;
c) A história do movimento sanitarista – de luta pela saúde pública e gratuita – no Brasil, a organização dos grupos médicos empresariais e as disputas estabelecidas entre esses atores.

Projeto Interdisciplinar:

As Políticas Públicas da nossa Cidade

A partir dessa situação didática, é possível construir um projeto interdisciplinar para identificar as políticas públicas existentes na cidade em que se localiza a escola e se foram motivadas por propostas de movimentos sociais. Além de realizar entrevistas com representantes da administração municipal, a ideia é que estudantes se sintam incentivados a propor políticas públicas para o lugar onde vivem.
Na área das **Ciências Naturais**, pode-se utilizar componentes curriculares de **Química** e **Biologia** para investigar as políticas ambientais e de saneamento básico. Na área das **Ciências Humanas**, o componente curricular **Geografia** vai ajudar na pesquisa sobre as políticas urbanas existentes na cidade, e o componente curricular **História** pode motivar estudos sobre políticas de preservação do patrimônio histórico.
Na área das linguagens, os componentes curriculares das **Artes** podem auxiliar na análise de políticas de incentivo à cultura; o componente curricular **Educação Física** permite compreender as políticas de incentivo ao esporte; e o componente curricular **Literatura** serve de base para uma pesquisa sobre políticas de incentivo à leitura e ao estudo da Literatura Brasileira.

Foto: Mídia Ninja/Grafias de Junho

Situação didática 7.2 – Caminhos da Política

Objetivo: Conhecer e refletir sobre as formas de ação dos movimentos sociais nas oportunidades e empecilhos da política institucionalizada.

Conceitos relevantes:
Movimentos Sociais
Política Institucional
Políticas Públicas e Movimentos Sociais

Tempo total estimado: dois encontros

PROCEDIMENTOS

Temática:

Essa situação didática pretende desnaturalizar a concepção de que os movimentos sociais atuam à margem das relações com os governos e que utilizam somente protestos e manifestações de rua para fazer acontecer as suas demandas. Ao focar nas interações que os movimentos sociais buscam com os atores políticos que estão na estrutura burocrática do Estado, a situação didática contribui para caracterizar as diversificadas formas de ação pelas quais os movimentos sociais atuam.

Pergunta disparadora:
Muito se imagina que os movimentos sociais agem ou devam agir somente junto à sociedade civil sem buscar relações com os governos e o Estado. Será mesmo? Que caminhos de ação são possíveis para os movimentos sociais que queiram influenciar as políticas públicas e os governos?

1- Primeiro encontro

Contextualizar e explicar o que são movimentos sociais utilizando exemplos próximos à realidade do grupo; descrever brevemente o que é o Estado e quais as suas características principais – para esses conteúdos, pode-se utilizar como base os livros didáticos. Estimular que estudantes falem de movimentos que conhecem e que atuam nos municípios em que vivem.
Para facilitar a compreensão do tema, sugere-se dividir a turma em três grupos e propor um jogo, que consiste em três cartelas de cenário e um baralho de 30 cartas.
Nas cartelas de cenário estão descritas situações de mobilização organizadas por movimentos sociais, conforme a Figura 1. É possível incluir novas cartelas de cenários para aproximar as situações das realidades dos grupos.
Nas cartas do baralho estão descritas ações a serem realizadas pelos movimentos sociais, como na Figura 2.
As cartelas de cenário e o baralho completo estão disponíveis no Material de Apoio.

Figura 1 - Exemplo de cartela de Cenário

É um movimento nacional de luta pelo direito à moradia e tem organizações em diversas capitais. É formado por pessoas que não têm onde morar e organizam ocupações em áreas desocupadas da cidade. Exigem projetos de habitação de interesse social, aluguel social para situações transitórias, reformas de imóveis abandonados para moradia popular, etc. Quais as ações necessárias para atingirem esses objetivos?

Figura 2 - Exemplos de cartas do baralho

O movimento teve adesão de muitas pessoas e organizou uma passeata gigantesca rumo ao Palácio do Governo.

Começou a planejar alguma atividade contra o projeto de lei apresentado no Legislativo que retira direitos já conquistados.

Cada grupo recebe uma cartela de cenário. O baralho é dividido entre os três grupos, sendo que cada grupo recebe 10 cartas.

O JOGO

O grupo deve ler o cenário da cartela e as ações descritas nas cartas recebidas, e identificar quais cartas auxiliam nos objetivos de mobilização apresentados no cenário e quais não contribuem. As que não contribuírem serão futuramente descartadas. Todas as jogadas devem ser registradas em um relatório. Para isso, devem ser eleitos um ou dois integrantes que farão a sistematização do jogo. Cada grupo deve escolher no mínimo duas cartas para serem descartadas.

O primeiro grupo descarta uma carta previamente identificada como não favorável aos objetivos do cenário; o segundo grupo avalia se a carta descartada é favorável para o seu cenário, e a compra, ou somente descarta outra, avaliada como não sendo útil; o terceiro grupo faz a mesma ação. Seguem-se as jogadas até um grupo não ter mais cartas para descartar, e assim acaba o jogo. É possível que os grupos terminem as jogadas com números diferentes de cartas na mão.

Importante: Orientar os grupos a registrarem o conteúdo de sua cartela de cenário, as cartas selecionadas e a lista de cartas descartadas em um cartaz. Cada grupo deve apresentar seus registros para a turma ao final, justificando as decisões tomadas.

Objetivo: Refletir sobre os ambientes políticos em que os movimentos sociais citados nas cartas atuam e como conseguiram atingir as demandas a partir das ações descritas.

Pergunta disparadora:
Vocês conhecem algum movimento social que tenha feito essas ações? Em que ambiente político essas ações poderiam ser realizadas? Pode-se identificar algum padrão de interação entre os movimentos sociais e o Estado nas jogadas dos grupos?

2- Segundo encontro

Analisar os cenários e as ações selecionadas por cada grupo. A partir das escolhas das ações em relação às cartas do baralho é possível perceber como ocorrem os padrões de interação entre movimentos sociais e o Estado. Através da pergunta "Vocês conhecem algum movimento social que tenha feito essas ações?", estimular o debate sobre o conhecimento ou a prática de estudantes em relação aos movimentos sociais, retomando o cenário e as cartas escolhidas pelos grupos. Com a pergunta "Em que ambiente político essas ações poderiam ser realizadas?", discutir com a turma as oportunidades e constrangimentos das situações hipotéticas retratadas no jogo frente a ambientes políticos diferenciados. Sugere-se salientar as características que diferem um regime político autoritário de um regime político democrático, e propor aos grupos refletirem sobre como esses ambientes podem potencializar ou ser obstáculos para as ações escolhidas no jogo. O Glossário no final desse livro oferece conteúdo didático para abordar essas questões.

Por fim, com a pergunta "Pode-se identificar algum padrão de interação entre os movimentos sociais e o Estado nas jogadas dos grupos?", retomar as ideias sobre cooperação e conflito como padrões de interação, reler as ações descritas nos baralhos e agrupar, em conjunto com a turma, as cartas conforme o seu tipo, considerando o padrão mais cooperativo ou o padrão mais conflitivo entre as relações de movimentos sociais e Estado.

Ao final da atividade, os grupos terão discutido sobre as ações possíveis aos movimentos sociais, seus objetivos estratégicos e o ambiente político em que estão inseridos; e como algumas ações podem ter características semelhantes e refletir um padrão de interação entre movimentos sociais e sistema político.

MATERIAL DE APOIO

Três cartelas de cenários e um baralho com 30 (trinta) cartas, que devem ser impressos. Cartazes para o registro das jogadas.

Cartelas de Cenário

Cartela 1: É um movimento nacional de luta pelo direito à moradia e tem organizações em diversas capitais. É formado por pessoas que não têm onde morar e organizam ocupações em determinadas áreas desocupadas da cidade. Exigem projetos de habitação de interesse social, aluguel social para situações transitórias, reformas de imóveis abandonados para moradia popular, etc. Quais são as ações necessárias para atingirem esses objetivos?

Cartela 2: O movimento é formado por famílias rurais que produzem em pequena escala e que defendem a produção sem uso de agrotóxicos. Organizam debates, mutirões, assembleias, além de feiras em que vendem seus produtos. Demandam crédito agrícola para a compra de máquinas e sementes, formação técnica para seus filhos e filhas, melhores estradas para levar mercadorias, entre outras medidas. O que fazer para atingir esses objetivos?

Cartela 3: O movimento é formado por pais e mães que exigem remédios especiais para as doenças raras de seus filhos e filhas. Atuam a partir de ações de divulgação das doenças, interagem com cientistas e especialistas, formam grupos para levar à Justiça os pedidos de medicamentos, entre outras ações. O que fazer para conseguir o atendimento a essas demandas?

MATERIAL DE APOIO - Baralho com 30 (trinta) cartas

A entidade conseguiu recursos do governo para realizar uma política pública.	Uma rede de movimentos conseguiu que o governo mudasse o orçamento aprovado.	Realizaram a ocupação de um órgão público e estão há mais de um mês instalados.	Dois integrantes bem conhecidos da entidade decidiram ser candidatos à eleição.	Mobilizaram um político de renome para dialogar com o governo em nome deles.
Participaram na mobilização e na organização das etapas da conferência sobre a área de interesse.	A entidade fez um grande estudo, junto com a universidade, e apresentou ao representante do governo.	O movimento social exigiu que o governo fizesse uma comissão para discutir saídas para um problema grave.	Alguns membros questionaram um político, em um vídeo ao vivo, sobre uma questão controversa.	Fizeram um abaixo-assinado pela Internet e enviaram a representantes políticos.
Em conjunto com outros movimentos, realizaram uma manifestação de rua com atividades culturais.	Através de ações de *hackers*, o coletivo conseguiu "derrubar" a página oficial do governo.	Um integrante do movimento social foi indicado para compor um governo que é parceiro na causa.	A associação está convencendo alguns partidos a fazerem uma campanha de conscientização.	O movimento social conseguiu ocupar uma área pública para garantir seu direito.

O movimento social participou de uma conferência em que foram discutidas demandas que os favorecem.	Foram escritos vários ofícios a diferentes órgãos públicos para que conheçam as demandas da entidade.	A associação conseguiu aprovar uma resolução no Orçamento Participativo do município.	Uma campanha de envio de e-mails em massa para deputados foi lançada.	Foi protocolada uma ação judicial para demandar o cumprimento do que está escrito na lei.
Começou a participar de um grupo de trabalho dentro do governo para decidir sobre um programa.	Mobilizaram pessoas para participar de uma audiência pública sobre um tema decisivo.	Participaram da eleição do conselho gestor da área em que atuam e ganharam um assento no conselho.	Fizeram uma greve de fome na frente de um órgão público para pressionar o governo.	Começou a planejar alguma atividade contra um projeto de lei apresentado no Legislativo que retira direitos já conquistados.
O movimento teve adesão de muitas pessoas e organizou uma passeata gigantesca rumo ao Palácio do Governo.	Depois de elaborarem de forma colaborativa uma lei, coletaram muitas assinaturas para apresentá-la como iniciativa popular.	Depois de muito tempo tentando, foi marcada uma reunião com o parlamentar líder do governo.	Para que o orçamento de um programa governamental seja liberado, os militantes estão fazendo uma vigília na frente do órgão público.	Um integrante do movimento social conseguiu se eleger como parlamentar, com apoio do movimento.

MATERIAL DE APOIO

Padrões de Interação entre Movimentos Sociais e Estado

As reconfigurações das relações entre movimentos sociais e Estado têm sido tema de estudos nos últimos anos, ultrapassando certa visão simplista de que a participação dos movimentos sociais na elaboração e implementação de políticas públicas seja somente uma cooptação pelo Estado e o fim dos conflitos. Por isso, discute-se muito sobre o "engajamento institucional" dos movimentos sociais na política institucional e os padrões de interação socioestatal. Carlos (2017) sugere que há muitas formas de relações entre sociedade-Estado, em especial, as relações dos movimentos sociais com governos, agências estatais ou partidos políticos, e que vale olhar com mais atenção para a configuração de certos padrões. Nesse sentido, as ideias trazidas pela autora podem contribuir para a reflexão sobre como os movimentos sociais e o Estado interagem e como as ações podem ter certas regularidades e conformar determinados padrões.

As teorias dos movimentos sociais muito enfatizaram que a relação dos movimentos sociais com a política institucional são marcadas por situações de conflito e contestação nas quais os movimentos "desafiam" o Estado para alcançar as demandas e objetivos. Os interesses entre atores não institucionais e institucionais estão em disputa, por isso, os movimentos "contestam" os detentores do poder. E quando os movimentos sociais participam de atividades que não necessariamente implicam uma relação de conflito com os detentores de poder? Novos estudos estão fazendo essa pergunta e investigando como os movimentos também cooperam com o Estado, especialmente na solução de problemas públicos, na elaboração e na implementação de políticas. Carlos (2017) aponta que essas relações de cooperação ou colaboração podem assumir a forma de consulta (quando os atores colaboram com informações importantes para processos políticos), ou de integração (quando os movimentos participam de comitês, grupos de trabalho, etc), bem como na forma de delegação (quando o Estado delega a execução de alguma política pública para organizações da sociedade).

Nessa perspectiva, um padrão de interação mais cooperativo entre os movimentos sociais e o Estado indica o "estabelecimento de relações de colaboração e parceria na elaboração de políticas públicas e na implementação e execução de projetos e programas específicos do governo" (CARLOS, 2017, p. 338). As demandas dos movimentos sociais são atendidas pela sua influência na agenda pública, mas eles também percebem a necessidade de garantir a sua autonomia política para que não se reduza a capacidade de pressão junto ao Estado. Já um padrão de interação mais conflitivo sugere que os movimentos sociais apostam mais em ações de contestação, de denúncia, de confronto com os agentes governamentais, para que tenham o reconhecimento das demandas defendidas pelo movimento. A autora ainda destaca que esses padrões podem se entremear nas trajetórias de atuação dos movimentos sociais e, mais do que tipologias engessadas, essas noções indicam que as formas de ação dos movimentos sociais podem variar e que as condições da política institucional influenciam essa variação.

Sugerimos que essas ideias sustentem o trabalho de docentes nas atividades do segundo momento dessa situação didática. Na medida em que os grupos apresentam os resultados do jogo, em que decidem quais ações devem ser tomadas e quais não devem ser tomadas para atingir os objetivos descritos na cartela de cenário, pode-se orientar a turma para pensar sobre os padrões de interação que surgiram no jogo e no trabalho dos grupos. Por exemplo, se um grupo escolhe cartas do baralho como essas: "O movimento teve adesão de muitas pessoas e organizou uma passeata gigantesca rumo ao Palácio do Governo", ou "Fizeram uma greve de fome na frente de um órgão público para pressionar o governo", ou ainda "O movimento social conseguiu ocupar uma área pública para garantir seu direito", podemos derivar que a atuação do movimento social configura um padrão mais conflitivo. Já se os grupos decidem por ações como "Começou a participar de um grupo de trabalho dentro do governo para decidir sobre um programa" , ou "Mobilizaram pessoas para participar de uma audiência pública sobre um tema decisivo", ou ainda "Um integrante do movimento social conseguiu se eleger como parlamentar, com apoio do movimento", podemos identificar que o movimento social orienta-se mais para um padrão cooperativo de interação com o Estado. Por fim, cabe a cada docente olhar com atenção as cartas do baralho para perceber quais estão mais próximas de um padrão cooperativo e, assim, conduzir o debate com a turma sobre os casos configurados pelos resultados dos jogos. Bom trabalho!

Mais Sociologia!

Para além dos conteúdos vinculados aos movimentos sociais e à ação coletiva, a situação didática exige uma reflexão sobre o papel do Estado na organização das sociedades, conteúdo presente nos currículos da disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Nesse sentido, pode-se gerar novas situações didáticas a partir da proposta aqui apresentada, para trabalhar conteúdos sobre as diferentes formas de Estado e as análises sobre os tipos de políticas, relações de poder e discursos ideológicos que sustentam a ação político-institucional. Podem ser abordados também temas de cidadania, democracia e direitos.

Projeto Interdisciplinar

Essa situação didática explora as relações entre sociedade civil e estrutura estatal por meio do conhecimento sobre a organização política-administrativa do país, podendo assim compor projetos com outras disciplinas, em especial **Geografia** e **História**. Os temas da Geografia Política apontam para a discussão sobre as relações entre política e território e desdobram os conhecimentos sobre a divisão político-administrativa e regional. Através da disciplina de História, pode-se entender a organização política dos países e como se deu a conformação ao longo do tempo das formas políticas do Estado centralizado e regionalizado.

Referências Bibliográficas

CARLOS, Euzineia. Cooperação e conflito na relação movimentos sociais e Estado. *Política & Sociedade*, v. 16, n. 35, p. 321-350, 9 jun. 2017.

MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO

MÓDULO 8

MOVIMENTOS SOCIAIS, VIOLÊNCIA E REPRESSÃO

JUSTIFICATIVA: Existência de maior visibilidade das táticas violentas de movimentos contestadores, invisibilizando a violência de movimentos conservadores, a repressão (mais ou menos visível) e outras formas de violência, bem como as disputas em torno da legitimidade do uso da força.

HABILIDADES DESENVOLVIDAS: Identificar a existência e a relação entre diversas formas de violência presentes em confrontos políticos, bem como as disputas sociais em torno da legitimidade do uso da força.

CONCEPÇÕES QUESTIONADAS: "Movimentos sociais pacíficos não são reprimidos". "Todas as formas de violência são igualmente vistas e condenadas em nossa sociedade".

Foto: reprodução facebook/Grafias de Junho

Situação didática 8.1 – Repressão e Controle

Objetivo: Identificar diversas formas – mais ou menos visíveis, realizadas por diferentes atores e instituições –, de repressão e controle dos movimentos sociais, a (i) legitimidade das mesmas, e seus limites legais com base no princípio de direito ao protesto.

Conceitos relevantes:
Repressão e Controle de Ações Coletivas
Repertórios, Estratégias e Táticas Policiais

Tempo total estimado: dois encontros

PROCEDIMENTOS

Temática:

Nos protestos de junho de 2013, um dos principais temas debatidos foi a atuação das forças policiais em relação a ativistas. Por um lado, alguns manifestantes adotaram, além de marchas "pacíficas", táticas cuja legitimidade foi questionada, como depredação de patrimônios públicos e privados. Por outro lado, os atores policiais também utilizaram táticas para controlar os protestos, com armas "menos letais", detenções, monitoramento de redes sociais, etc. O entendimento de que o uso dessas formas de controle foi, em determinados casos, abusivo e violento, fez com que a "repressão policial" se tornasse uma das pautas dos movimentos naquele período, e que organizações como a Anistia Internacional denunciassem a violência policial. Essa situação didática propõe que estudantes identifiquem as diversas formas de repressão e controle nos protestos de junho de 2013, bem como os limites éticos e legais de tais práticas a partir da análise de textos ilustrativos ficcionais, baseados em situações reais. Busca-se refletir se há situações em que essas práticas de controle e repressão são legítimas ou ilegítimas, levando em consideração o direito ao protesto no Brasil. Pode-se adaptar a proposta para avaliar situações de repressão e controle mais próximas da realidade da turma e da conjuntura social do momento.

Pergunta disparadora:
Quais são as formas de repressão e controle dos movimentos sociais? Quais são os atores e instituições responsáveis pela formulação e adoção dessas táticas? Como entender a (i) legitimidade dessas táticas?

Atividades:

Dividir a turma em grupos. Cada grupo vai receber textos com a descrição de cenas ocorridas durante as manifestações de junho de 2013 em que deve identificar as formas de controle e repressão. Após a análise feita pelos grupos, as conclusões são apresentadas para toda a turma e registradas num quadro geral. Ali, além dos dados levantados pela turma, poderão ser acrescentadas outras situações que eventualmente não tenham sido citadas.
Com base nas cenas analisadas, os grupos serão incentivados a discutir quais formas de repressão e controle podem ser entendidas como legítimas ou ilegítimas, proporcionais ou desproporcionais. No Material de Apoio, há informações sobre as legislações internacionais e nacionais que regulam o direito ao protesto.

Fechamento:

Refletir como as formas de controle e repressão são diversas, podendo ser mais ou menos visíveis, e praticadas por diferentes atores e instituições. Por exemplo: o uso de armas menos letais, como bombas de gás lacrimogêneo, é de mais fácil reconhecimento, enquanto que o monitoramento de ativistas nas redes sociais é menos visível, mas também pode ter um efeito de desmobilização.
Indicar que há uma divisão de tarefas: a Polícia Militar faz o controle das ações nas ruas, como o acompanhamento de protestos e o uso de armas menos letais para dispersão; a Polícia Civil é encarregada do inquérito no caso de responsabilização criminal de manifestantes. Outra forma de controle é a promulgação de leis para limitar o direito ao protesto. A condenação criminal de ativistas cabe ao Judiciário. Lembrar aos grupos que a prática dessas ações depende de formulações de estratégias de Segurança Pública. Essa discussão pode ajudar a desnaturalizar a ideia simplificadora de que o protesto é legítimo se for pacífico e ilegítimo se for violento – sendo permitido, neste último caso, qualquer tipo de repressão. As instituições devem agir dentro das normas que regulam a legitimidade de suas ações, inclusive quando manifestantes depredam patrimônios. Em suma, a questão de controle e da repressão não envolve apenas uma polarização – manifestantes x policiais –, mas sim uma arena de disputa social em que vários atores, instituições e dispositivos legais estão em jogo.

1. Cenas

Cena A:

João e Ana, estudantes universitários, leram em uma página do Facebook que ocorreria um protesto contra o aumento da passagem de ônibus em sua cidade. Cansados de pagar um preço que consideravam caro para pegar todos os dias um ônibus lotado, que levava cerca de uma hora para chegar à universidade, decidiram, pela primeira vez, acompanhar um grupo de amigos que ia participar da manifestação.
Em meio a uma multidão, caminharam entusiasmados, gritando e cantando contra o aumento da tarifa. Embora a maioria das pessoas seguisse a marcha, outras, vestidas de preto, se desgarraram, picharam paredes e derrubaram contêineres. João e Ana viram um grupo de policiais acompanhando a passeata, com escudos e capacetes de proteção. Sentiram-se protegidos inicialmente, mas, ao mesmo tempo, temerosos pela forma como os policiais estavam vestidos. No céu, um helicóptero com uma câmera acoplada sobrevoava a multidão.
Quando a marcha chegou a cerca de 100 metros da Prefeitura, havia policiais ao redor do prédio, impedindo que manifestantes se aproximassem. Depois de minutos de dúvida sobre os rumos do protesto, João e Ana ouviram um barulho e viram uma fumaça. Sentiram o cheiro forte e irritante de gás. Pessoas começaram a correr, e João e Ana também correram de volta a suas casas. No dia seguinte, leram nos jornais que um manifestante havia sido atingido por uma bala de borracha no olho e estava internado no hospital, com risco de ficar cego.

Cena B

Após participar de um protesto contra o aumento das passagens de ônibus, Jorge, jornalista recém-formado, caminhava de volta para sua casa quando viu dois policiais discutindo com dois adolescentes. Jorge se aproximou, para tentar descobrir o que estava acontecendo. Ouviu quando um dos adolescentes reclamou que o outro, seu amigo, havia sido agredido com chutes e socos por um dos policiais.
Os policiais, que não tinham a identificação de seus nomes no uniforme, afirmaram ter visto os jovens cometendo vandalismos durante o protesto. Jorge começou a filmar a conversa, mas os policiais apreenderem seu celular e levaram os adolescentes.
Sem saber como agir, Jorge se retirou também. No dia seguinte, leu no jornal que os jovens haviam sido levados para uma delegacia, passaram a noite presos, e foram liberados.

Cena C

Márcia, estudante de História e filiada a um partido político de esquerda, era muito ativa nas redes sociais. Sempre que podia, postava no Facebook e no Twitter sua opinião sobre diversos temas. Além disso, participava de um grupo de Whatsapp com uma turma que costumava ir a protestos. Desde que começaram as manifestações de junho de 2013, ela ia aos eventos com esse grupo. Um deles, Frederico, era novo na turma de Whatsapp e participava ativamente das discussões, o que gerava simpatia em Márcia.
Uma vez, integrantes do grupo combinaram de realizar pichações durante um protesto à noite. Márcia não concordou, mas foi junto. Durante o evento, percebeu a presença de policiais com celulares, que filmavam e fotogravam a multidão. Assim que um amigo de Márcia começou a pichar uma parede, Frederico chegou. Estava acompanhado de policiais, que levaram Márcia e os demais a uma delegacia. Todos foram liberados no dia seguinte, mas se sentiram traídos ao descobrir que Frederico era na verdade também da Polícia.

Cena D

Carlos fazia parte de um grupo anarquista da cidade de Porto Alegre (RS). Dividia até uma casa com simpatizantes dessa organização. Entre outras atividades, organizava com seus colegas grupos de estudos sobre política e ia a eventos de protesto. Em junho de 2013, participou de várias manifestações em que acontecerem situações de tensão entre ativistas e policiais.
Alguns meses depois dos protestos, Carlos estava em casa quando chegaram policiais dizendo que havia uma suspeita de que ele e os amigos haviam participado de atos de "vandalismo" em junho de 2013. Os policiais apreenderam livros, bandeiras e adesivos anarquistas.
Carlos foi chamado para prestar depoimento em uma delegacia. Naquele momento, ficou sabendo de um inquérito policial que investigava a participação dele e dos amigos nos protestos. Foi acusado na Justiça por depredação ao patrimônio público. Quando seu advogado lhe mostrou o processo, Carlos viu que a polícia tinha coletado várias informações a partir de seu perfil de Facebook, como postagens suas nas manifestações, e sua ligação com o anarquismo. No final do processo judicial, Carlos e seus amigos foram julgados inocentes por falta de provas.

Gabarito

Cena A: acompanhamento do protesto; imageamento aéreo; barreira espacial *(No Protest Zone)*; uso de armas menos letais para dispersão (bombas de gás lacrimogêneo e bala de borracha)
Cena B: revista; agressão; apreensão de bens; detenção
Cena C: infiltração; monitoramento de redes sociais; monitoramento por fotos e vídeos; detenção
Cena D: apreensão de bens; inquérito policial; monitoramento de redes sociais; processo judicial (penal)

2. Sugestões de fontes para pesquisa empírica

Legislação

Relatório "Protestos no Brasil 2013", do Artigo 19
http://artigo19.org/blog/2014/06/23/relatorio--protestos-no-brasil-2013/
Declaração Universal de Direitos Humanos, Artigo 19
https://nacoesunidas.org/artigo-19-direito-a--liberdade-de-opiniao-e-expressao/
Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos
http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/asilo2/2pidcp.html
Convenção Americana sobre Direitos Humanos
https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm
Constituição Federal de 1988, art. 5º, IV, XVI, VXII
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

3. Síntese das Legislações Internacional e Nacional sobre Direito ao Protesto

LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

A) DIREITO DE PROTESTO

• A **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, em seu artigo 19, determina que a liberdade de expressão é um direito humano universal e que "toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

• O **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP)**, tratado das Nações Unidas ratificado por diversos países, estabelece que: "Artigo 19: 1. Ninguém poderá ser molestado por suas opiniões; 2. Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou qualquer outro meio de sua escolha".

• A **Convenção Americana**, que foi ratificada pelo Brasil em setembro de 1992, em seu artigo 13 também consagra o livre fluxo de ideias e avança ao estabelecer que o direito à liberdade de expressão não pode estar sujeito à censura prévia: "2. O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito à censura prévia, mas às responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei e ser necessárias para assegurar: a) o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas."

B) RESTRIÇÕES AO DIREITO DE PROTESTO

O direito de manifestação e protesto, sendo considerado pelos padrões internacionais de direitos humanos como um desdobramento dos direitos de liberdade de expressão, liberdade de reunião pacífica e de associação, pode estar sujeito a algumas restrições legítimas, conforme prevê a legislação internacional.
A normativa internacional, por meio do artigo 19, parágrafo 3°, do **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**, é clara na resposta a essas indagações e estabeleceu o chamado "teste de três fases" com a finalidade de avaliar, caso a caso, se restrições à liberdade de expressão e informação podem ser consideradas legítimas.
A "regra das três partes" determina que qualquer restrição à liberdade de expressão deverá (i) estar prevista por lei e regulamento de forma clara e objetiva; (ii) proteger um fim considerado legítimo perante o direito internacional. São eles: respeito pelos direitos e reputações de outros, e a proteção da segurança nacional, ordem, saúde e moral públicas, sendo que os governos nacionais não devem acrescentar outros objetivos; e (iii) é necessária para a proteção do propósito legítimo.
Além disso, o **Relatório do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos** deixa expresso que "a liberdade de realizar e participar de protestos deve ser considerada a regra, e as limitações consideradas uma exceção. Nesse sentido, a proteção dos direitos e liberdades de outros não deve ser usada como uma desculpa para limitar o exercício de protestos pacíficos". Por esse motivo, os organismos internacionais de direitos humanos já reconheceram que o fechamento de vias públicas durante manifestações, por exemplo, não é um motivo legítimo para restringir o direito de protesto, já que um dos objetivos dessa ação é justamente mobilizar e chamar a atenção da população que circula diariamente pelas ruas das cidades. Da mesma forma, focos não generalizados de violência em uma manifestação não devem ensejar a restrição da liberdade de expressão de uma grande maioria que se manifesta pacificamente.

LEGISLAÇÃO NACIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...)

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
(...)

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;
(...)

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

Fonte: ARTIGO 19. Relatório "Protestos no Brasil 2013". *Disponível em: http://artigo19.org/blog/2014/06/23/relatorio-protestos-no-brasil-2013/ Acesso em: 30 jul. 2019.*

4. Documentários

Junho, o mês que abalou o Brasil
https://www.youtube.com/watch?v=cPrMgsgg70g
As Jornadas de Junho de 2013
https://www.youtube.com/watch?v=HUeRl_Q0QNg
Rafael Braga: mais um rapaz comum
https://www.youtube.com/watch?v=nfqRjNBi3LU

Mais Sociologia!

Esse tema pode gerar reflexões relativas à violência por parte de ativistas – progressistas ou conservadores –, violência simbólica e disputas interpretativas a respeito da legitimidade da violência. Pode-se, por exemplo, questionar a legitimidade, ou não, de táticas de grupos como os *Black Blocs*, e os fundamentos que justificam ações diretas e a desobediência civil.

Também pode-se analisar a temática a partir do enfoque da Segurança Pública e das instituições judiciais responsáveis pelo controle social. Nesse caso, a forma como se constroem os processos de criminalização ao ativismo no Brasil e os mecanismos de controle à intervenção repressiva estatal assumem centralidade.

Outro debate possível vinculado à temática é o uso das tecnologias da comunicação e seu impacto sobre as formas de controle de repressão dos movimentos sociais. Pode ser interessante discutir os efeitos do uso de redes sociais e outras tecnologias não apenas por ativistas, mas também por atores estatais.

O controle e a repressão aos movimentos sociais trazem também questões relacionadas à Sociologia urbana, como debates sobre a concepção de espaço público (e seus limites) e o direito à cidade.

Projeto Interdisciplinar

Na área de **História**, é possível produzir um projeto sobre o contexto histórico da relação entre movimentos sociais e instituições policiais no Brasil, buscando entender como foram construídos padrões de interação conflitiva ao longo do tempo.

A **Geografia** fornece elementos para compreensão do papel do espaço nas dinâmicas conflitivas entre movimentos sociais e instituições de controle. A presença de ativistas nas ruas e a reação das forças estatais e repressoras produzem significados sobre o que é o espaço público e quais a formas de agir nele.

A **Química** é importante para entender as reações produzidas no corpo por armas recorrentemente usadas pela polícia, como bombas de gás lacrimogêneo.

As **Artes** permitem o estudo de formas de ação direta, como pichações, e os significados que elas produzem enquanto formas de protesto social.

A **Filosofia** pode contribuir para a produção de um debate sobre os fundamentos morais que legitimam ou deslegitimam as ações violentas, seja por parte do Estado, seja por parte dos movimentos sociais, e as diversas formas de desobediência civil.

Uma proposta de projeto interdisciplinar consiste na revisão das cenas A, B, C e D. Formar grupos para analisar as táticas encontradas em cada cena, a partir de componentes de outras áreas. Por exemplo: um grupo estuda a tática de uso de bombas de gás lacrimogêneo a partir de contribuições da Química, outro da Filosofia, e assim por diante.

Foto: Jean Nunes/Grafias de Junho

Situação didática 8.2 – Investigando Violências contra o ativismo

Objetivo: Identificar a violência utilizada por grupos sociais organizados em seus esforços de manutenção da ordem social vigente e verificar as consequências acarretadas pelo uso desta violência.

Conceitos relevantes:
Direitos humanos
Ativismo
Ordem e Mudança Social
Repressão e Controle da Ação Coletiva

Tempo total estimado: dois encontros

PROCEDIMENTOS

Temática:
Segurança de ativistas no Brasil. Esta dinâmica parte de casos reais de integrantes de diferentes movimentos sociais do país que foram vítimas de crimes cometidos por opositores ou pelo Estado.

Pergunta disparadora:
Quais são as formas de repressão contra ativistas no Brasil? Quais são as consequências para quem as pratica?

Atividades:
Dividir a turma em seis grupos. Cada grupo receberá uma Ficha de Investigação sobre um caso de ativista vítima de repressão, além de cartas com informações aleatórias sobre outras situações semelhantes. Num primeiro momento, o grupo deve ler a Ficha, identificar as informações que faltam, verificar se as cartas que receberam trazem novas informações sobre a pessoa que investigam ou se são de outros casos. Num segundo momento, o grupo deve dividir entre seus integrantes as cartas referentes a outros casos e cada membro deve ir conversar com colegas dos demais grupos para trocar as cartas conforme seus interesses. O objetivo de cada grupo é preencher todas as informações na sua Ficha de Investigação. Assim, estudantes devem ser instigados a "investigar" e responder perguntas como: "Quem é a vítima? Qual a sua atuação como ativista no Brasil? Do que foi vítima? O que aconteceu com os culpados?"

Fechamento:
Após finalizados e apresentados os resultados da pesquisa, refletir com o grupo como a violência extrema é um recurso utilizado por grupos organizados – da sociedade ou do Estado – para manter a ordem vigente. Ressaltar que o direito à manifestação é garantido pela Constituição. Lembrar o trabalho de organizações como *Front Line Defender*, *Global Witness*, Greenpeace, Arquivo19, Anistia Internacional, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra, que difundem os direitos humanos e denunciam as violações desses direitos, como a violência contra ativistas. Sugere-se, no segundo encontro, construir coletivamente um quadro síntese com as informações sistematizadas pelos grupos, cruzando estes dados de forma a identificar as formas de repressão, os Estados da Federação em que ocorreram os eventos, se houve ou não punição de todas as pessoas envolvidas nos crimes – não só os executores, mas também os autores intelectuais.

MATERIAL DE APOIO
Ficha de Investigação e cartas com diferentes informações sobre os casos.

Mais Sociologia!
Esta situação didática pode ser ampliada com uma reflexão sobre o papel de ativistas e dos meios de comunicação em um Estado democrático, e por que a liberdade de expressão e de imprensa, bem como de contestação, são indicadores de democracia.
Os estudos das causas destes ativistas também são um gatilho para discutir direitos de grupos considerados "minorias" e a diversidade sociocultural no Brasil. Instituições como a Anistia Internacional fazem relatórios anuais sobre a situação desses direitos no mundo. A partir destes relatórios, formar novos grupos de discussão para analisar a importância da garantia dos direitos humanos na construção de sociedades justas e democráticas.
Sugere-se utilizar o material didático intitulado *Aprendendo sobre Direitos Humanos*, desenvolvido pela Anistia Internacional, e os informes da organização Artigo19, disponíveis no Material de Apoio, para aprofundar os debates.

Projeto Interdisciplinar:
No Brasil, em geral, o assassinato de ativistas ocorre na zona rural, em conflitos em torno do direito à terra e da proteção ao meio ambien-

te. Dentro das áreas de **Geografia** e **Biologia**, estudantes podem ser incentivados a pesquisar sobre as regiões de maior ocorrência, os recursos naturais disputados, as atividades econômicas envolvidas, assim como os riscos ambientais das diferentes formas de exploração desses territórios.
Sugere-se organizar uma semana ou dia de discussão sobre ativismo e direitos humanos no Brasil. Este pode ser um projeto interdisciplinar entre as áreas de **Geografia**, **História** e **Sociologia**. Na área de História, pode-se fazer um levantamento das lutas dos ativismos no Brasil. Nesta atividade, seria interessante convidar ativistas para participar de uma roda de conversa ou mesa de debate."

Ficha de Investigação – Levantamento sobre a Situação de Ativistas de Direitos Humanos e Sociais no Brasil

Ativista: Débora Diniz

Foto: Carlos Moura (STF)

Sobre a ativista: _____

Ações relevantes: _____

Estado (UF) de atuação: _____

Período de atuação: _____

Violência sofrida: _____

Responsáveis: _____

Consequências para os responsáveis: _____

Situação atual: _____

Ficha de Investigação – Levantamento sobre a Situação de Ativistas de Direitos Humanos e Sociais no Brasil

Ativistas: Jane Júlia de Oliveira, Ronaldo Pereira da Silva, Antônio Pereira Milhomem, Regivaldo Pereira da Silva, Wedson Pereira da Silva, Wclebson Pereira Milhomem, Nelson Souza Milhomem, Oseir Rodrigues da Silva, Hércules Santos de Oliveira e Bruno Henrique Pereira Gomes.

Foto: Carlos Moura (STF)

Data das mortes: 24 de maio de 2017

Sobre os ativistas: _____

Ações relevantes: _____

Estado (UF) de atuação: _____

Período de atuação: _____

Crime sofrido: _____

Responsáveis pelos crimes: _____

Consequências para os criminosos: _____

Situação atual: _____

Ficha de Investigação – Levantamento sobre a Situação de Ativistas de Direitos Humanos e Sociais no Brasil

Ativista: Flávio Gabriel Pacífico dos Santos

Foto: Carlos Moura (STF)

Data da morte: 19 de novembro de 2017

Sobre o ativista:

Ações relevantes:

Estado (UF) de atuação:

Período de atuação:

Crime sofrido:

Responsáveis pelos crimes:

Consequências para os criminosos:

Situação atual:

Ficha de Investigação – Levantamento sobre a Situação de Ativistas de Direitos Humanos e Sociais no Brasil

Ativistas: Maria do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro da Silva

Foto: Reprodução de https://bit.ly/2RGUld

Data das mortes: 24 de maio de 2011

Sobre os ativistas:

Ações relevantes:

Estado (UF) de atuação:

Período de atuação:

Crime sofrido:

Responsáveis pelos crimes:

Consequências para os criminosos:

Situação atual:

Ficha de Investigação – Levantamento sobre a Situação de Ativistas de Direitos Humanos e Sociais no Brasil

Ativista: Eusebio Ka'apor

Foto: HRD Memorial

Data da morte: 26 de abril de 2015

Sobre o ativista:

Ações relevantes:

Estado (UF) de atuação:

Período de atuação:

Crime sofrido:

Responsáveis pelos crimes:

Consequências para os criminosos:

Situação atual:

Ficha de Investigação – Levantamento sobre a Situação de Ativistas de Direitos Humanos e Sociais no Brasil

Ativista: Francisco Adamor Lima Guedes (Adamor Guedes)

Foto: Retirada de https://youtu.be/erBojKSnFF8

Data da morte: 28 de setembro de 2005

Sobre o ativista:

Ações relevantes:

Estado (UF) de atuação:

Período de atuação:

Crime sofrido:

Responsáveis pelos crimes:

Consequências para os criminosos:

Situação atual:

Nascida em 1970, é antropóloga, professora da UNB. Desenvolve projetos de pesquisa sobre bioética, feminismo, direitos humanos e saúde. Soma cinco pós-doutorados em universidades dos Estados Unidos e Canadá. É ativista pelo direito das mulheres, em especial em defesa da descriminalização do aborto.

Ela foi protagonista em duas ações no Superior Tribunal Federal, uma que defendia a permissão do aborto de fetos anencéfalos (2012) e a outra pela descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação (2016).
É cofundadora do Anis Instituto de Bioética que se dedica à pesquisa e à defesa dos direitos humanos. A ativista também produziu documentários sobre a temática dos direitos humanos. Destaque para Uma Vida Severina (2005), dirigido em parceria com Eliane Brum.

A ativista vem sofrendo, em especial a partir de 2018, ameaças de morte pelas redes sociais e por telefone. Também sua família, colegas de trabalho e estudantes da UNB foram ameaçados, como forma de pressão para que ela deixasse de lecionar na instituição. A pesquisadora também foi hostilizada em eventos em que era convidada a palestrar.

O Ministério Público Federal tem dificuldade em identificar os responsáveis pelas ameaças de morte feitas à ativista, por se tratarem de crimes cibernéticos de difícil rastreamento.

Em 2018 a ativista entrou para o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Governo Federal e foi aconselhada a deixar o país para sua segurança. O local de seu exílio é desconhecido.

A ocupação da fazenda Santa Lucia em Redenção/PA contava com 25 integrantes. No momento da chegada dos policiais, eles estavam dentro das barracas de lona.

As informações periciais a partir da reconstituição do caso indicam que o grupo de policiais entrou atirando, sem aviso prévio. Algumas pessoas foram mortas neste momento, outras foram rendidas, torturadas e executadas posteriormente. Entre elas, a presidenta da Associação dos Trabalhadores Rurais de Pau D'Arco, Jane. Há 15 sobreviventes, que conseguiram fugir e se esconder na mata, mesmo feridos.

A maior chacina relacionada a conflitos por terras ocorreu no Estado do Pará, em 1996, quando 19 trabalhadores rurais foram mortos pela Polícia Militar. Este caso ficou conhecida como o Massacre de Eldorado dos Carajás. Já a Chacina de Pau D´arco, ocorrida em 24 de maio de 2017, é considerada a segunda maior em número de mortos. Teve o envolvimento de 17 policiais, sendo quatro civis e 13 militares. Destes, até julho de 2019, 16 aguardavam julgamento pelo Tribunal do Júri. As investigações indicam que há suspeitas da relação dos policiais com o proprietário da fazenda.

A Comissão Pastoral da Terra registra os dados desde 1985, e contabiliza 1.904 vítimas de conflitos por terra. Somente 113 das 1.438 ocorrências do tipo foram julgadas, segundo Relatório de abril de 2018.

Binho, como era conhecido, era um líder comunitário engajado na valorização das comunidades quilombolas. Mantinha um blog em que publicava demandas da comunidade de Pitanga dos Palmares, na Bahia, e cobrava ações do Estado. Também atuava contra a instalação de um aterro sanitário em Simões Filho.

Ele já havia relatado ameaças de morte e buscado proteção estatal, mas o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos do Estado da Bahia estava desativado. Segundo as investigações da polícia, o principal suspeito de matar Binho do Quilombo é Leandro Pereira da Silva.

Foi morto em setembro de 2017, logo após deixar seu filho na escola da comunidade quilombola. Tinha 36 anos. Foi executado dentro de seu carro, com 14 tiros. Até julho de 2019 o assassino ainda não havia sido julgado.

Além de líder comunitário, Binho era músico. Militava na luta pelas comunidades quilombolas, especialmente a de Pitanga e a de Palmares, no Estado da Bahia. Também foi candidato a vereador pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS) nos anos 2012 e 2016.

Moravam há 24 anos na cidade de Nova Ipixuna, no Pará, em uma área de 20 hectares, sendo 80% de área verde preservada. Viviam da extração de óleo de andiroba e castanha. Pouco tempo antes de serem assassinados, tinham firmado uma parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) para a produção sustentável de óleos vegetais.

Eram ambientalistas, enfrentavam os grileiros e denunciavam o desmatamento e o roubo de madeira na região de Marabá, no Pará. Corajosamente, faziam registros em fotos das placas dos caminhões dos extrativistas ilegais e foram responsáveis pelo fechamento de várias madeireiras ilegais. Conseguiram criar o assentamento agroextrativista Praia Alta Piranheira e ajudaram outras famílias a viver da floresta.

Em 2010, na conferência TEDxAmazônia, em Manaus, o ativista expressou preocupação por sua segurança, pois recebia muitas ameaças. Em 24 de maio de 2011, ele e a mulher foram assassinados dentro da área do Projeto Agroextrativista Praialta-Piranheira, onde viviam. Em uma emboscada, pistoleiros os mataram com tiros de escopeta. A orelha do ambientalista foi cortada para ser entregue como prova do serviço ao mandante do crime.

Segundo apurou a Polícia do Pará, o crime foi cometido por Lindonjonson Silva Rocha e Alberto Nascimento a mando do fazendeiro José Rodrigues Moreira, irmão de Lindonjonson. Moreira havia sido denunciado pelos ambientalistas por compra ilegal de lotes de terras e por uso da violência para expulsar as famílias que moravam no local.

No dia 4 de abril de 2013, o júri condenou Lindonjonson Silva Rocha e Alberto Lopes do Nascimento pelo duplo homicídio. Em maio de 2013, o mandante José Rodrigues foi absolvido. Inconformados com a absolvição, os advogados das vítimas ingressaram com recurso e, em dezembro de 2016, o mandante foi condenado a 60 anos de prisão. No entanto, ele é considerado foragido desde 2014. Já Lindonjonson Silva Rocha fugiu da prisão em 2015 e até julho de 2019 continuava foragido.

Em 2018, a irmã de José Cláudio, Claudelice Santos, denunciou que sua família sofria ameaças. Foram obrigados a deixar Nova Ipixuna e se mudar para Marabá, no Pará. Claudelice tem tentado dar continuidade ao trabalho do irmão e da cunhada, e participa de fóruns e conferências sobre meio ambiente.

Era um agente indígena de Saneamento. Foi assassinado quando tinha 42 anos. Pertencia à aldeia Xiborendá, da Terra Indígena Alto Turiaçu, no Maranhão. Atuava no combate à exploração ilegal de madeira e era membro do Conselho de Gestão Ka'apor.

Era um dos defensores da terra indígena e ferrenho opositor dos madeireiros ilegais. Os Ka'apor estavam cansados de esperar pela ajuda do Estado. A partir de 2013, os indígenas decidiram que iriam defender suas terras contra a exploração. Tomaram os equipamentos dos invasores, queimaram seus veículos e expulsaram os madeireiros. Essas ações foram batizadas pelos indígenas como "missões". Nosso personagem era uma das lideranças deste movimento.

O líder indígena e outro companheiro estavam em uma moto, vindo de uma pequena aldeia recém criada dentro da terra indígena Alto Turiaçu. Em uma encruzilhada, dois homens encapuzados e armados dispararam em sua direção. Dois tiros atingiram Eusébio Ka'apor nas costas.

De acordo com indígenas, os responsáveis pelo crime são madeireiros do município de Centro do Guilherme. O assassinato do ativista foi uma represália às ações iniciadas em 2013 pelos Ka'apor, que haviam conseguido fechar todos os ramais de invasão madeireira da Terra Indígena Alto Turiaçu.

A Polícia só chegou ao local dias depois. O delegado encarregado do caso trabalhou com duas hipóteses: assalto, ou crime a mando de madeireiros para amedrontar os indígenas. Até julho de 2019 ninguém havia sido preso ou condenado pelo crime.

A violência contra indígenas se intensificou após o fechamento dos acessos de madeireiros e a criação de aldeias nas entradas, para impedir que voltem. As ameaças de morte são constantes. A impunidade alimenta o ciclo de violência.

Quando foi assassinado, estava com 40 anos de idade. Era presidente da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT). Dedicou sua vida ao combate do preconceito, tendo sido uma das pessoas responsáveis pela criação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

Era uma das principais lideranças na região Norte do Brasil que lutava em defesa do direito à livre orientação sexual, além de ser um ativista na prevenção à AIDS. Denunciava crimes homofóbicos e o suposto envolvimento da polícia local. Sua determinação e perseverança contribuiu para abrir espaços de diálogos nas áreas de saúde, educação e na garantia dos direitos humanos.

Desde 1999, o ativista era perseguido. Chegou a ser abordado na rua enquanto conversava com dois amigos. Ameaçado com um revólver, foi obrigado a entrar em uma casa abandonada, onde foi espancado e tentaram enforcá-lo. Na ocasião, o ativista conseguiu escapar e fez registro de ocorrência, mas os agressores não foram localizados. Em setembro de 2005, foi assassinado a facadas por três homens em seu apartamento.

O crime foi cometido por Lineu Pereira Guedes, 24 anos; Adriano de Souza, 18 anos; e, Ronildo Mendes da Silva, 19 anos, que confessaram a participação no assassinato do ativista de causas LGBT.

Os assassinos chegaram a ser presos, mas em 14 de janeiro de 2006 os três foram soltos. Em julho de 2019, o processo que apura o assassinato do ativista LGBT parecia se encaminhar para o arquivamento, sem que nenhum dos criminosos tivesse sido punido.

GLOSSÁRIO

AÇÃO COLETIVA:

Refere-se à conexão entre o individual e o coletivo. Seguindo Tilly (1978, p. 7), ação coletiva é "a ação conjunta de pessoas visando interesses comuns". Tilly (1985) diz que os modelos que explicam a ação coletiva geralmente tratam o motivo por que um conjunto de pessoas que compartilham interesses comuns podem atuar juntas, mas pouco estudam a razão pela qual um indivíduo se junta a um coletivo e como se dão essas ligações. O autor sugere que não basta estudar somente um ator e suas relações, nem abordar apenas os resultados e efeitos estáticos, já que a ação coletiva é dinâmica. O estudo pode ser feito a partir do conflito e das ações descontinuadas, bem como do ponto de vista da colaboração. Pensar sobre a ação coletiva envolve, assim, discutir sobre como indivíduos podem atuar juntos; por que se engajam em um coletivo; como as ações tornam-se coletivas – seja por resultado de situações conflitivas ou por colaboração; bem como analisar a dinâmica de mobilização entre as pessoas. A partir desta definição se pode compreender que os movimentos sociais são um tipo de ação coletiva.

Referências Bibliográficas

TILLY, C. *From mobilization to revolution*. New York: Random House, 1978.

TILLY, C. Models and realities of popular collective action. *Social Research*, v. 52, n. 4, p. 717-747, 1985. Disponível em: www.jstor.org/stable/40970396. Acesso em: 30 jul. 2019.

ATIVISMO:

Pode ser definido, segundo Abers (2019), a partir da articulação de quatro dimensões: participantes (quem está engajado?), causas (o que se objetiva atingir?), táticas (como os participantes agem/atuam?), e ferramentas (com o que os participantes agem/atuam?). Assim, ativismo é aqui conceituado como os esforços de indivíduos para alterar ou impedir alguma mudança social, por meio da defesa de causas, da atuação sob determinadas formas e do uso de ferramentas que sustentam as ações. Existem diferentes tipos de ativismos, a exemplo do ativismo institucional e do ativismo digital. A variação diz respeito à diversidade das pessoas engajadas, dos objetivos, de como agem e de que ferramentas utilizam.

Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca Neaera. Bureaucratic activism: pursuing environmentalism inside the Brazilian State. *Latin American Politics and Society*, Cambridge, v. 61, n. 2, p. 21-44, 14 maio 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1017/lap.2018.75. Acesso em: 30 jul. 2019.

ATIVISMO INSTITUCIONAL:

Refere à ação de indivíduos no interior das instituições políticas, em defesa das causas de um movimento social (CAYRES, 2017; PETTINICHIO, 2012; RECH, 2017; SANTORO; McGUIRE, 1997). Esse conceito destaca que ativistas que participam de organizações de movimentos sociais, em determinados casos, ocupam posições institucionais em governos e em estruturas burocráticas do Estado e atuam para defender as demandas e pautas dos movimentos sociais. Nesse sentido, suas trajetórias estão marcadas por um "trânsito institucional" (SILVA; OLIVEIRA, 2011) entre movimentos sociais e Estados, ou por uma "múltipla filiação" entre estes atores e espaços (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2016). Em uma visão ampliada, esse conceito também pode se referir à ação de indivíduos sem vínculos prévios ou simultâneos com organizações de movimentos sociais, no interior da burocracia estatal, com o objetivo de defender as causas de um movimento social (ABERS, 2015; 2019). A autora destaca que os tipos de vínculo de ativistas com o Estado podem ser diversos. Assim, "ativistas institucionais" podem incluir desde servidores públicos até indivíduos que ocupam posições temporárias no Estado. O ativismo institucional também tem sido pensado de forma conectada a um fenômeno mais amplo: o processo de "intersecção entre Estado e movimentos sociais". Nesse sentido, a literatura que aborda esta temática sugere que as fronteiras entre Estado e sociedade civil são menos rígidas e mais porosas do que tradicionalmente concebidas pelas teorias dos movimentos sociais. Por fim, essa literatura argumenta que movimentos sociais não estabelecem apenas relações de conflito com o Estado, mas também eventualmente relações de cooperação com atores estatais (ABERS; VON BÜLLOW, 2011, ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; TATAGIBA, 2010).

Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca. Ativismo na burocracia? o médio escalão do Programa Bolsa Verde. In: CAVALCANTE, P.; LOTTA, G. (org.). *Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação*. Brasília: Enap, 2015. p. 143–175.

ABERS, Rebecca. Bureaucratic activism: pursuing envionmentalism inside Brazilian State. *Latin American Politics and Society*, v. 61, n. 2, p. 21-44, 2019.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na era Lula. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325–357, jun. 2014.

ABERS, Rebecca; VON BÜLLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52–84, set./dez. 2011.

CAYRES, Domitila C. Ativismo institucional e interações estado-movimentos sociais. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, São Paulo, n. 82, p. 81-104, 2017.

PETTINICCHIO, David. Institutional activism: reconsidering the insider/outsider dichotomy. *Sociology Compass*, v. 6, n. 6, p. 499–510, 2012.

SANTORO, Wayne E.; McGUIRE, Gail M. Social Movement insiders: the impact of institutional activists on affirmative action and comparable worth policies. *Social Problems*, v. 44, n. 4, p. 503-519, Nov. 1997.

SILVA, Marcelo K.; OLIVEIRA, Gérson de L. A Face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção estado-movimento – uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 86–124, set./dez. 2011.

TATAGIBA, Luciana. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – primeiras reflexões. *Colombia Internacional*, n. 71, p. 63–83, jan./jun. 2010.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia C. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, p. 85–102, jun. 2016.

CONFRONTO POLÍTICO:

É um episódio marcado por interações políticas contenciosas, ou seja, "interações nas quais determinados atores apresentam demandas que afetam os interesses de outros atores levando a es-

forços coordenados em defesa de interesses ou programas compartilhados e nas quais governos estão envolvidos como alvos ou iniciadores de demandas ou, ainda, como terceiros interessados" (TILLY; TARROW, 2015, p. 7, tradução nossa). Assim, confrontos políticos envolvem: a) o conflito entre grupos com interesses e crenças distintas em relação a determinado tema ou demanda; b) a mobilização coletiva para a defesa desses interesses e crenças; e c) as instituições políticas, que podem ser alvos, proponentes ou mediadoras das demandas baseadas nesses interesses e crenças. O conceito de "confronto político" é a base de uma perspectiva teórica específica do estudo dos movimentos sociais, a "teoria do confronto político" *(ou contentious politics)*. Essa perspectiva parte de uma abordagem relacional, deslocando o foco analítico dos movimentos sociais tomados de forma isolada para as relações de conflito e cooperação nas quais estão envolvidos. Postula, assim, que o estudo dos movimentos sociais deve analisar como estes surgem através de e se engajam em relações de conflito e cooperação com outros atores – tais como governos, partidos, veículos midiáticos e contramovimentos, para citar alguns exemplos – no âmbito de confrontos delimitados (McADAM; TARROW; TILLY, 2001, 2009, TILLY; TARROW, 2015). Movimentos sociais se relacionam aos confrontos políticos na medida em que são um dos diversos tipos de atores que neles se envolvem de forma recorrente na sociedade contemporânea. Confrontos políticos, portanto, não se limitam aos movimentos sociais, conectando-os por meio de uma série de relações de conflito e cooperação a outros atores interessados nas demandas em disputa. De forma semelhante, movimentos sociais são mais amplos que episódios particulares de confronto político, podendo se envolver em diversos desses confrontos ao longo de sua trajetória (PEREIRA, 2018).

Referências Bibliográficas

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, p. 11-48, 2009.

PEREIRA, Matheus M. *Um Confronto político no presidencialismo de coalizão:* os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014). 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious politics*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2015.

CONTRAMOVIMENTOS:

Em uma perspectiva relacional podem ser definidos como "redes de indivíduos e organizações que compartilham os mesmos objetos de interesse com os movimentos sociais aos quais se opõem" e que, simultaneamente a esses movimentos, "apresentam demandas concorrentes ao Estado em relação às suas políticas e competem pela atenção da mídia de massa e do público mais amplo" (MEYER; STAGGENBORG, 1996, p. 1632, tradução nossa). Contramovimentos, portanto, são redes que se organizam e atuam em reação à mobilização e aos resultados obtidos por determinado movimento social, envolvendo-se em interações conflitivas e buscando fins divergentes aos desse movimento. Movimentos sociais e contramovimentos envolvidos em interações de conflito podem ser entendidos como "movimentos opositores" (MEYER; STAGGENBORG, 1996). Para a concretização de seus fins, movimentos sociais e contramovimentos tendem a competir pela persuasão de autoridades, mídias e demais atores, grupos e instituições das arenas políticas, mobilizando, dentre outras estratégias, interpretações negativas sobre seus adversários. Durante o curso de suas mobilizações, movimentos e contramovimentos podem interagir a ponto de desenvolver uma "dependência simbiótica" uns em relação aos outros (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 211). Ambos buscam adaptar-se a táticas mobilizadas por rivais, podendo ser identificados processos recíprocos de radicalização ou moderação, a depender do contexto (BERNSTEIN, 1997; MEYER, STAGGENBORG, 1996). Em momentos de radicalização, movimentos e contramovimentos podem estabelecer como objetivo a eliminação de seus oponentes.

Referências Bibliográficas

BERNSTEIN, Mary. Celebrations and suppression: the strategic use of identity by the lesbian and gay movement. *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 3, p. 531–65, 1997.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social movements*: an introduction. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

MEYER, David S.; STAGGENBORG, Suzanne. Movements, countermovements and the structure of political opportunities. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 101, n. 6, p. 628–60, 1996.

DIREITOS HUMANOS:

A concepção de direitos humanos surgiu após a Segunda Guerra Mundial, diante das violências e dos efeitos destrutivos produzidos pelo conflito. A Declaração dos Direitos Humanos foi aprovada em 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU). A Declaração tem por base os direitos essenciais à vida e à liberdade e o reconhecimento da pluralidade como meio de combater ações discriminatórias. Os direitos humanos são entendidos como valores universais e inegociáveis, que visam ao respeito mútuo em detrimento de privilégios restritos a determinados grupos; por isso, não devem ser pensados como benefícios particulares ou privilégios de grupos elitizados. Uma das características básicas dos direitos humanos é a afirmação de que injustiça e desigualdade são intoleráveis. É preciso ressaltar que indivíduos não são apenas beneficiários no processo histórico de afirmação dos direitos humanos, mas também responsáveis pela construção e reivindicação da expansão e garantia desses direitos. Todas as conquistas relacionadas aos direitos humanos são resultado de processos históricos, fruto das mobilizações e demandas da população. O sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall estabeleceu uma tipologia para esses direitos, classificando-os em direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Os direitos civis referem-se à garantia das liberdades individuais, tais como a liberdade de pensar e se expressar de maneira autônoma, bem como o direito de ir e vir e o acesso à propriedade privada. Os direitos políticos são entendidos como possibilidade de participação da sociedade civil nas diversas relações de poder presentes em uma sociedade, em especial a possibilidade de escolha de representantes ou de se candidatar a qualquer tipo de cargo, assim como de se manifestar em relação a possíveis transformações a serem realizadas. Por fim, os direitos sociais são essenciais para a construção de uma vida digna a partir de padrões de bem estar socialmente estabelecidos, como educação, saúde, lazer e moradia. Segundo Marshall (1967), a cidadania é, portanto, a possibilidade de exercer direitos civis, políticos e sociais de forma efetiva.

Referências Bibliográficas

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e "status"*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967.

SILVA, A. et al. *Sociologia em movimento*. São Paulo: Editora Moderna, 2013.

ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO DA AÇÃO COLETIVA:

É o "esquema interpretativo que simplifica e condensa o 'mundo lá fora', salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado" (BENFORD; SNOW, 1992, p. 137). O conceito de enquadramento interpretativo foi elaborado por Goffman (1986). Este autor preocupou-se em entender de que modo as pessoas definem as situações como reais. Diante das diferentes possibilidades de interpretação da realidade, Goffman explica como se concede atenção a elementos específicos, formulando um "quadro" no qual apenas uma parcela dos elementos da realidade está presente. O conceito de "enquadramento interpretativo da ação coletiva", que surge a partir da crítica do conceito de "ideologia", indica que ativistas constroem interpretações da realidade por meio da identificação de problemas sociais a serem combatidos, da proposição de soluções para tais problemas e da produção de mensagens que motivem a ação coletiva, buscando "alinhar" suas interpretações às de possíveis aderentes e espectadores (BENFORD, 1997, BENFORD; SNOW, 2000, SNOW et al. 1986, SNOW; BENFORD, 1988, SNOW; BYRD, 2007).

Referências Bibliográficas

BENFORD, Robert D. An Insider's critique of the social movement framing perspective. *Sociological Inquiry*, v. 67, n. 4, p. 409-430, Nov. 1997.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, n. 1, p. 611-639, Aug. 2000.

BENFORD. Robert D.; SNOW, David A. Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol McClurg (org.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 133-155.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*: an essay on the organization of experience. 2. ed. Boston: Northeastern University Press, 1986.

SNOW, David A. *et al.* Frame alignment processes, mircromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, v. 51, n. 4, p. 464-481, Aug. 1986.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, frame ressonance, and participant mobilization. *International Social Movements Research*, v. 1, p. 197-218, Jan. 1988.

IDENTIDADE COLETIVA:

É uma definição interativa e compartilhada produzida por um certo número de indivíduos (ou grupos, em um nível mais complexo), a respeito das orientações de suas ações e do campo de oportunidades e constrangimentos no qual esta ação tem lugar (MELUCCI, 1996, p. 70). Pelas características de "interativa e compartilhada" o autor compreende que esses elementos são construídos e negociados por meio de um recorrente processo de ativação de relações que mantém os atores unidos. A identidade coletiva, como um processo, refere-se a uma rede de relacionamentos ativos entre atores que interagem, comunicam-se, influenciam-se mutuamente, negociam e tomam decisões. Para o autor, são três os elementos constitutivos da identidade coletiva: as definições cognitivas de fins, meios e campo de ação; a rede ativa de relacionamentos, e o investimento emocional. O primeiro deles, as definições cognitivas de fins, meios e campo de ação, refere-se a linguagens compartilhadas e incorporadas em rituais, práticas e artefatos culturais que possibilitam algum cálculo entre investimentos e recompensas. Essas definições, todavia, não necessitam de unidade e muitas vezes são contraditórias entre si. O segundo elemento, a rede ativa de relacionamentos, concerne à interação, comunicação, influência, negociação e tomada de decisão

entre indivíduos, abarcando como partes elementares tanto as formas de organização como os modelos de liderança, os canais comunicativos e as tecnologias da comunicação. Por fim, o investimento emocional faz com que os indivíduos sintam-se parte de uma comunidade, encerrando uma porção da ação que não se limita a cálculos de maximização de resultados, ou seja, não há cognição sem sentimento e não há significado sem emoção. No campo de estudos da ação coletiva, o estudo da identidade busca superar perspectivas teóricas que não incorporam esse elemento, como as teorias da mobilização de recursos, respondendo, entre outras questões: a) por que atores coletivos são formados; b) quais as motivações das pessoas para agir; c) que fatores, além da racionalidade instrumental, agem sobre decisões estratégicas; d) quais os efeitos culturais dos movimentos sociais sobre os atores. Nesse sentido, o conceito de identidade coletiva é aplicado aos movimentos sociais como "uma conexão cognitiva, moral e emocional de um indivíduo com uma comunidade, categoria, prática ou instituição mais ampla" (POLLETTA; JASPER, 2001, p.285).

Referências Bibliográficas

MELUCCI, A. *Challenging codes*: collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

POLLETTA, F.; JASPER, J. M. Collective identity and social movements. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 27, p. 283-305, Aug. 2001.

INTERNET E MOVIMENTOS SOCIAIS:

Os estudos sobre movimentos sociais estão sendo desafiados a pensar sobre o que são as tecnologias digitais em rede e Internet e quais os efeitos desses fenômenos para a ação coletiva. A crescente literatura nesse campo tem oscilado entre situar a Internet como um meio ou recurso para as organizações dos movimentos sociais e entre considerar as tecnologias digitais contemporâneas como a própria expressão da ação coletiva. Bennet e Segerberg (2012) foram pioneiros em refletir sobre o estatuto da Internet e das tecnologias em rede para o estudo dos movimentos sociais. Esses autores propõem que a forma estrutural dos movimentos sociais muda de qualidade em função da emergência da Internet, já que indivíduos – em especial, aqueles não organizados em entidades – passam a se engajar em disputas e conflitos no ambiente virtual, bem como a se organizar por meio das mídias sociais, em plataformas como Facebook e Twitter. Mais recentemente, novas abordagens estão ampliando o olhar para entender a Internet para além do uso das mídias sociais corporativas e do otimismo em relação aos potenciais democráticos das redes digitais.

Referências Bibliográficas

BENNET, L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action. *Information, Communication and Society*, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.

INTERSECCIONALIDADES, IDENTIDADES E DESIGUALDADES:

Interseccionalidade refere-se ao cruzamento de assuntos ou ideias ou do ponto em que se cruzam. O termo aqui trata sobre o que é interseccional entre identidades e desigualdades. O feminismo negro, por exemplo, foi um dos primeiros a enfatizar a necessidade de pensar os cruzamentos entre raça, classe e gênero. Também o termo "consubstancialidade" é utilizado para analisar as relações entre gênero e classe social, conforme aponta Hirata (2014). Ambos os conceitos

destacam as múltiplas formas de opressão as quais pessoas estão expostas, e discutem como se cruzam os eixos de diferenciação social - sexo/gênero, raça, etnicidade, classe social, sexualidade, deficiência, entre outros.

Referências Bibliográficas

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

JUSTIFICAÇÃO:

É o processo de argumentar e contra-argumentar em busca de acordo ou reconhecimento de posições. Em situações de disputa, as pessoas procuram justificar suas ações para que se restabeleça o consenso uma vez que este tenha sido desfeito. Esse conceito deriva da perspectiva proposta por Luc Boltanski e Laurent Thévenot, na obra *De la Justification* (1991). Nessa abordagem, em situações cotidianas, as ações entre as pessoas são coordenadas por pressuposições tacitamente compartilhadas, pré-reflexivas, muitas vezes condensadas em objetos, instituições, organizações, costumes e regras. No entanto, ao surgirem situações de disputa, indivíduos procuram justificar suas ações em busca de acordo com argumentos que possam subsistir a contra-argumentações. Momentos críticos são as situações em que o consenso pressuposto se desfaz e indivíduos são coagidos a reconstituírem uma gênese justificativa para sua posição. Também a situação crítica deve ser transitória, porquanto é impossível viver em permanente estado de crise, e levar idealmente a um acordo aceitável (SOBOTTKA; SAAVEDRA, 2012, p. 131-132).

Referências Bibliográficas

BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. *De la justification*: les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

SOBOTTKA, Emil A.; SAAVEDRA, Giovani A. Justificação, reconhecimento e justiça: tecendo pontes entre Boltanski, Honneth e Walzer. *Civitas*, Porto Alegre, v.12, n. 1, p. 126-144, jan.-abr. 2012.

MÍDIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Um dos elementos centrais da interação de movimentos sociais com atores, grupos e instituições nas arenas políticas é a relação com as mídias. As representações dos movimentos sociais nas mídias são um fator central para as formas de disseminação e recepção das mensagens construídas pelos ativistas. Estudos indicam que protestos mais numerosos e de longa duração, com o uso de ação direta, tendem a atrair maior atenção das mídias (CABLE, 2017, EARL *et al.* 2004, HUTTER, 2014, SWANK, 2000). Por outro lado, como as coberturas midiáticas tendem a priorizar elementos de entretenimento para satisfazer seus públicos, o enquadramento interpretativo das mídias sobre movimentos sociais pode descontextualizar e despolitizar as questões reivindicadas. Nesse sentido, estudos apontam o predomínio, na cobertura de eventos de protesto, do "paradigma do protesto" – uma tendência de enfatizar elementos espetaculares e "desviantes", deslegitimando, perante a opinião pública, a ação dos movimentos sociais (CABLE, 2017, McLEOD, 2007, McLEOD; HERTOG, 1992). A literatura também identifica situações em que as coberturas das mídias não são negativas, mas de apoio a movimentos sociais (WALGRAVE; MANSSENS, 2005). Essa constatação é reforçada pela contemporânea disseminação de diferentes formatos de mídias, principalmente com o desenvolvimento das tecnologias da informação. Assim, as mídias corporativas atualmente interagem com mídias alternativas, e a multiplicidade dos veículos e formas de comunicação instaura disputas interpretativas em torno dos temas relacionados a movimentos sociais (CABLE, 2017).

Referências Bibliográficas

CABLE, Jonathan. Communication studies and the study of social movements. In: ROGGEBAND, Conny; KLANDERMANS, Bert. *Handbook of social movements across disciplines*. 2. ed. Madison: Springer, 2017. p. 185-202.

EARL, Jennifer et al. The use of newspaper data in the study of collective action. *Annual Review of Sociology*, v. 30, p. 65-80, Aug. 2004.

HUTTER, Swen. Protest event analysis and its offsprign. In: DELLA PORTA, Donatella. *Methodological practices in social movement research*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 335-367.

McLEOD, Douglas M. News coverage and social protest: how the media's protest paradigm exacerbates social conflict. *Journal of Dispute Resolution*, v. 2007, n. 1, p. 185-194, 2007.

McLEOD, Douglas M.; HERTOG, James K. The Manufacture of "public opinion" by reporters: informal cues for public perceptions of protest groups. *Discourse & Society*, v. 3, n. 3, p. 259-275, 1992.

SWANK, Eric. In Newspaper we trust? assessing the credibility of news sources that cover protest campaigns. *Research in Social Movements, Conflicts, and Change*, v. 22, p. 27-52, 2000.

WALGRAVE, Stefaan; MANSSENS, Jan. Mobilizing the white march: media frames as alternatives to movement organizations. *In:* JOHNSTON, Hank; NOAKES, John A. *Frames of protest:* social movements and the framing perspective. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005. p. 113-140.

MOBILIZAÇÃO:

É processo pelo qual um grupo deixa de ser uma coleção passiva de indivíduos, passando a ser um conjunto ativo e participante na vida pública (TILLY, 1978). A literatura sobre processos de mobilização indica que eles não devem ser vistos como resultados automáticos e espontâneos que emergem de insatisfações coletivas. Pelo contrário, a mobilização depende da existência de estruturas de mobilização prévias, ou seja, de "meios coletivos formais e informais pelos quais as pessoas se mobilizam e se engajam na ação coletiva", que podem ser "grupos de nível médio, organizações e redes informais de atores que constituem as bases coletivas de construção de movimentos sociais e revoluções" (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996, p. 3). Redes de sociabilidade informais pré-existentes – tais como redes de vizinhança e religiosas – têm sido apontadas como bases importantes para o desenvolvimento da ação coletiva contestatória (McADAM, 1999). Já organizações formais de movimentos sociais são grupos que ajudam a sustentar a ação coletiva ao longo do tempo (ver "organização de movimentos sociais") (McCARTHY; ZALD, 1977). As redes sociais virtuais têm progressivamente se tornado uma importante estrutura de mobilização no mundo contemporâneo, conectando indivíduos que compartilham crenças em torno de determinado objeto de confronto (BENNETT; SEGERBERG, 2012).

Referências Bibliográficas

BENNETT, Lance; SEGERBERG, Alexandra. The Logic of connective action. *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.

McADAM, Doug. *Political process and the development of black insurgency*, 1930-1970. 2. ed. Chicago: Chicago University Press, 1999.

McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. *Comparative perspectives on social move-*

ments: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. New York: Cambridge University Press, 1996.
McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.
TILLY, C. *From mobilization to revolution*. New York: Random House, 1978.

MOVIMENTOS SOCIAIS:

São processos sociais específicos, que consistem em "redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada" (DIANI, 1992, p. 3). As redes de interação informal promovem a circulação de recursos e de significados. O grau de conexão entre indivíduos de um movimento social varia, podendo se constituir desde redes dispersas a redes de forte conexão. A identidade coletiva é formada por um conjunto de crenças em comum e por um senso de pertencimento. Por esse mecanismo, são estabelecidas as fronteiras entre indivíduos que fazem parte de um movimento social e demais atores, grupos ou instituições da sociedade. Isso não significa que os movimentos sociais são internamente homogêneos – a reafirmação da identidade coletiva se dá por processos de realinhamento e negociação. O elemento da conflitividade dos movimentos sociais significa que estes, ao buscarem objetivos específicos de mudança ou manutenção da ordem social, entram em relação conflitiva com outros atores, grupos ou instituições, como, por exemplo, contramovimentos (DIANI, 1992, DIANI; BIZON, 2004).

Referências Bibliográficas

DIANI, Mario. The concept of social movement. *The Sociological Review*, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.
DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organization, coalitions, and movements. *Theory and Society*, v. 33, p. 281-309, 2004.

MUDANÇA SOCIAL:

Acontece quando há uma transformação no estado de uma realidade social, substituindo-a por outra nova, ou parcialmente nova. As mudanças sociais podem se referir a alterações nas estruturas sociais, bem como às mudanças operadas nos comportamentos, atitudes e sistemas de valores. Movimentos sociais se relacionam a mudanças sociais na medida em que envolvem "esforços persistentes e intencionais para promover ou obstruir mudanças jurídicas e sociais de longo alcance" (JASPER, 2014, p. 6), assim se engajando em confrontos políticos ou culturais e partir de identidades compartilhadas (DIANI, 1992). A partir desta definição, pode-se concluir que as ações dos movimentos sociais não mantêm obrigatoriamente uma direção única de progresso ou mudança do status quo. Alguns movimentos sociais se organizam não para promover mudanças, mas, justamente, para combatê-las ou, no limite, manter a ordem social e política inalterada. Este é o caso, por exemplo, dos movimentos que, em muitos países, visam a reverter ou impedir a aprovação e implementação de leis que garantem às mulheres o direito ao aborto, uma pauta do movimento feminista.

Referências Bibliográficas

DIANI, Mario. The Concept of social movement. *The Sociological Review*, v. 40, n.1, p. 1-25, 1992.
JASPER, James M. *Protesto*: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

OPORTUNIDADES POLÍTICAS:

Podem ser definidas como as "dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetar as expectativas de sucesso ou de fracasso" dos movimentos sociais (TARROW, 2009, p. 105). Uma das principais contribuições deste conceito, portanto, está na contextualização das ações dos movimentos sociais nos ambientes políticos particulares nos quais transcorrem, incentivando comparações entre a ação coletiva em diferentes regimes – mais ou menos democráticos – e governos de distintas orientações ideológicas (McADAM, 1999, McADAM; TARROW, 2011, MEYER, 2004, MEYER; MINKOFF, 2004, TARROW, 2009, TILLY, 2006). Esse conceito tem origem na teoria do processo político (TPP), uma abordagem teórica que enfatiza os impactos do contexto político-institucional sobre emergência, o desenvolvimento e os resultados da ação coletiva. Assim, enquanto a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) enfatizou a importância dos recursos materiais e humanos internos aos movimentos como propulsores da ação coletiva, a TPP enfatizou as dimensões do ambiente político externo aos movimentos que facilitam ou criam obstáculos para sua ação (McADAM, 1999, TILLY, 1978).

Referências Bibliográficas

McADAM, Doug. *Political process and the development of black insurgency*, 1930-1970. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
McADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 18–51, 2011.
MEYER, David S. Protest and Political Opportunities. *Annual Review of Sociology*, v. 30, p. 125–145, 2004.
MEYER, David S.; MINKOFF, Debra C. Conceptualizing political opportunity. *Social Forces*, v. 82, n. 4, p. 1457–1492, 2004.
TARROW, Sidney. *O Poder em movimento*: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.
TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. New York: Random House, 1978.
TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

ORGANIZAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSOS ORGANIZATIVOS:

Uma organização de movimento social é "uma organização complexa ou formal, a qual identifica seus objetivos a partir das preferências de um movimento social ou um contramovimento e se esforça para implementar aqueles objetivos" (McCARTHY; ZALD, 1977, p. 1218, tradução nossa). Assim, organizações de movimentos sociais são grupos estruturados que integram redes de movimentos. Por exemplo, o Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização do movimento negro brasileiro, assim como o Grupo Gay da Bahia (GGB) é uma organização do movimento LGBT brasileiro. Esse conceito tem origem na abordagem proposta pela Teoria da Mobilização de Recursos (TMR). Essa corrente teórica defende que a ação coletiva é fruto de um cálculo racional de indivíduos sobre os custos e os benefícios de sua participação na defesa de determinados interesses e causas. Sugere, ainda, que a mobilização coletiva depende da posse de recursos materiais e não materiais que se encontram disponíveis na sociedade. Portanto, a ação coletiva só se viabilizaria na presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores), bem como na existência de processos organizativos que permitam obtê-los e utilizá-los. Assim, nesta perspectiva, a emergência de movimentos sociais não deve ser vista como

um processo que surge de forma espontânea e automática frente a problemas e crises sociais, mas como um processo que depende de esforços de coordenação racional entre indivíduos para a mobilização de recursos (ALONSO, 2009, JENKINS, 1983, McCARTHY; ZALD, 1977). Processos organizativos podem ter diversos modelos, desde aqueles com lideranças e estruturas mais formais e definidos, até aqueles mais horizontais e informais.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

JENKINS, J. Craing. Resource mobilization theory and the study of social movements. *Annual Review of Sociology*, v. 9, p. 527-553, 1983.

McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, maio 1977.

POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS:

Movimentos sociais e políticas públicas têm uma relação mútua de influência - políticas públicas afetam os movimentos sociais, assim como movimentos sociais podem influenciar as políticas públicas. A literatura brasileira atual analisa essas relações a partir da crítica a pressupostos de "externalidade" e "confrontação" presentes em teorias anteriores sobre as relações entre movimentos sociais e Estado. Defende, assim, que os movimentos sociais não se envolvem apenas em relações de disputa e conflito com quem detém o poder ou está no governo, mas interagem também com o Estado sob diferentes formas e meios, podendo cooperar com "fazedores de políticas públicas" e até mesmo integrar a burocracia estatal (para mais informações sobre este tema, ver o verbete "ativismo institucional"). Mesmo que optem por formas cooperativas de atuação, não necessariamente desmobilizam outras ações fora do âmbito estatal (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, ABERS; VON BULLOW, 2011, DOWBOR; CARLOS; ALBUQUERQUE; SILVA; OLIVEIRA, 2011, TATAGIBA, 2010; TATAGIBA; TEIXEIRA, 2016). Alguns estudos têm buscado compreender sob quais condições movimentos sociais são capazes de influenciar as políticas públicas. Para responder a essa pergunta, costumam tomar o Estado como heterogêneo, analisando trajetórias e dinâmicas peculiares das instituições responsáveis por políticas públicas específicas que determinado movimento busca influenciar. Nesse sentido, destaca-se que diferentes secretarias e ministérios apresentam trajetórias de interação distintas com movimentos sociais, podendo ser mais ou menos cooperativas, bem como abrem diferentes "portas de entrada", ou "encaixes institucionais", para que movimentos sociais influenciem as políticas desenvolvidas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018; CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2017; LAVALLE et al., 2017; TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018).

Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na era Lula. Dados – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325–357, 2014.

ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo K.; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 105, p. 15-46, Sept. 2018.

ABERS, Rebecca; VON BÜLLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52–84, set./dez. 2011.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos em políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, maio/ago. 2017.

DOWBOR, Monika; CARLOS, Euzeneia; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. As Origens movimentalistas de políticas públicas: proposta analítica aplicada às áreas de criança e adolescente, direitos humanos e saúde. *Lua Nova*, São Paulo, n. 105, p. 47-80, 2018.

GURZA LAVALLE. Adrian *et al.* Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. *Texto para Discussão* – CEM, n. 19, p. 1-40, 2017.

SILVA, Marcelo K.; OLIVEIRA, Gérson de L. A Face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento: uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 86–124, set./out. 2011.

TATAGIBA, Luciana. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo: primeiras reflexões. *Colombia Internacional*, n. 71, p. 63–83, 2010.

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo K. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. *In:* PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa E. *Burocracia e políticas públicas no Brasil*: interseções analíticas. Brasília: Ipea/Enap, 2018. p.106-138.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia C. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 85–102, jun. 2016.

PROBLEMAS SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS:

Um problema social pode ser definido como "uma situação que afeta um conjunto de pessoas e é julgada e experimentada por essas e por outras como inconveniente e que traz insatisfação, desejando que seja alterada ou superada" (GOULD; KOLB, 1964 apud SILVA, 1967). É importante ressaltar, no entanto, que não há na literatura sociológica uma definição consensual de "problema social", na medida em que diversas abordagens teóricas, desde teorias mais realistas até teorias mais construcionistas, têm abordado esta temática (HOLSTEIN; MILLER, 1993). Neste material, ressaltamos a contribuição das teorias construcionistas sobre os problemas sociais, destacando a importância dos processos de interpretação da realidade para que determinadas condições passem a ser vistas como problemas sociais. Ou seja, nessa perspectiva, é necessário compreender como, por meio do desenvolvimento de novas ideias e conceitos, determinados fenômenos que antes eram vistos como "normais" pela sociedade passam a ser concebidos como "problemas sociais" (IBARRA; KITSUSE, 1993). Movimentos sociais contribuem para o processo de construção das percepções sobre problemas sociais de diversas maneiras. Por exemplo, constroem "enquadramentos interpretativos" que destacam a injustiça em determinados fenômenos sociais, descrevendo-os como problemáticos, oferecendo soluções para sua resolução e motivando a ação coletiva (SNOW; BENFORD, 1988). Movimentos sociais também constroem "identidades coletivas" que permitem que diversos indivíduos possam se reconhecer como parte de um mesmo grupo afetado de forma semelhante por um mesmo problema social (POLLETTA; JASPER, 2001).

Referências Bibliográficas

GOULD, Julius; KOLB, William. *A Dictionary of the social sciences*. Nova Iorque: Free Press of Glencoe, 1964.

HOLSTEIN, James A.; MILLER, Gale (org.). *Reconsidering social construcionism*: debates in social problems theory. New Brunswick: Transaction, 1993.
IBARRA, Peter R.; KITSUSE, John I. Vernacular constituents of moral discourse: an interactionist proposal for the study of social problems. In: HOLSTEIN, James A.; MILLER, Gale (org.). *Reconsidering social construcionism*: debates in social problems theory. New Brunswick: Transaction, 1993. p.25-58.
POLLETTA, Francesca; JASPER, James. Collective identity and social movements. *Annual Review of Sociology*, v. 27, p. 283-305, 2001.
SILVA, Maria da Conceição Tavares da. Reflexão sobre o conceito de problema social- I. *Análise Social*, v.5, n. 17, p. 5-22, 1967.
SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. *International Social Movement Research*, v.1, n.1, p. 197-217, 1988.

PROTESTO:

É uma forma geralmente não rotinizada de afetar processos políticos, sociais e culturais (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Recorrentemente utilizados por organizações de movimentos sociais que buscam expressar suas reivindicações, protestos são "arenas de contestação nas quais corpos, símbolos, identidades, práticas, e discursos são usados para buscar ou prevenir mudanças nas relações de poder institucionais" (TAYLOR; VAN DYKE, 2004, p. 68). Tendo em vista que protestos buscam publicizar demandas coletivas, suas formas de realização tendem a enfatizar a dramaticidade e a ruptura da ordem. Ainda, dado que protestos buscam influenciar decisões políticas por vias indiretas com a publicização de mensagens, a relação com as mídias é um fator central na construção e no grau de eficácia dessa forma de ação (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Eventos de protesto podem, em determinado contexto, tornar-se frequentes, identificando-se um processo mais amplo e contínuo, caracterizado pelos seguintes fenômenos: acentuação do conflito de modo que grupos inicialmente não mobilizados passem a se mobilizar; ocorrência de inovações nas formas de ação e na interpretação do conflito; combinações entre ação organizada e não organizada; sequências de fluxos intensificados de informações e de interações com autoridades. Essas características, em conjunto, constituem o denominado "ciclo de protestos" (TARROW, 2009).

Referências Bibliográficas

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social movements: an introduction*. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.
TARROW, Sidney. *Poder em movimento*: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
TAYLOR, Verta; VAN DYKE, Nella. Get up, stand up; tactical repertoires of social movements. *In:* SNOW, David; SOULE, Sarah; KRIESI, Hanspeter. *The Blackwell companion to social movements*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

REGIME POLÍTICO:

Pode ser entendido como "o conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições" (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1081). Desde Aristóteles, o pensamento político caracteriza os regimes em mais ou menos democráticos, ou mais ou menos autoritários. Já certas teorias dos movimentos sociais discutem como as lutas que configuram os confrontos políticos transformam os regimes e, por outro lado, como os regimes políticos podem condicionar essas lutas contenciosas. Nessa direção, Tilly (2006) sugere que a ideia de regimes políticos seja definida por duas dimensões: a capacidade governamental e os graus de democracia ou de não-democracia. A capacidade governamental refere-se a como as "ações deliberadas dos governantes afetam a distribuição de pessoas, atividades e recursos no território do governo" (ibidem, p. 16, livre tradução). Já a ideia de graus de democracia e de não-democracia trata sobre "em que medida as pessoas sujeitas à autoridade do governo têm direitos amplos e iguais de influenciar os assuntos governamentais e de receber proteção contra ações governamentais arbitrárias" (idem, livre tradução). Segundo Tilly (2006), a partir dessas dimensões é possível mapear as formas dos regimes políticos e explicar como as reivindicações coletivas de determinados atores políticos implicam a mudança ou permanência desses regimes.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília, DF: Editora UNB, 1998. v. 1.
TILLY, Charles. *Regimes and repertories*. London: The University of Chicago Press, 2006.

REPERTÓRIO DA AÇÃO COLETIVA:

É o "pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico" (ALONSO, 2012. p. 22). Esse conceito, elaborado pioneiramente por Charles Tilly (1978), busca demonstrar as ações pelas quais atores, grupos e organizações expressam suas reivindicações no campo de disputas políticas. Por exemplo: passeatas em vias públicas, ocupações de prédios, reuniões com autoridades, entre outras formas de reivindicação. O conjunto dessas ações num determinado período histórico é chamado de "repertório da ação coletiva".

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.
TILLY, Charles. *From mobilization to Revolution*. New York: Random House, 1978.

REPERTÓRIO, ESTRATÉGIAS E TÁTICAS POLICIAIS:

Assim como as formas de ação coletiva num determinado período histórico conformam o repertório da ação coletiva (ver verbete nesse glossário), adotamos a noção de que as formas de ação policial em interação com opositores em confrontos políticos constituem, em conjunto, o repertório policial para repressão e controle da ação coletiva. O uso de armamento menos letal, detenção, barreira espacial, entre outras, são táticas policiais que podem ser utilizadas tanto por agentes privados, quanto por agentes do Estado (EARL, 2003). A combinação de diferentes táticas para determinado fim compõe uma estratégia policial, ou seja, as táticas são unidades de uma estratégia mais ampla de policiamento. Os estudos de movimentos sociais identificam diferentes estratégias policiais, a saber: a **gestão negociada** (MCPHAIL; SCHWEINGRUBBER; McCARTHY, 1998), baseada em um manejo mais tolerante de eventos de protesto e que prioriza a negociação com ativistas; a **escalada de forças** (DELLA PORTA; REITER, 1998), uma estratégia mais repressiva, baseada na coerção física; a **incapacitação estratégica** (GILLHAM; EDWARDS; NOAKES, 2013), que tem como foco a utilização de táticas de coleta de dados.

Referências Bibliográficas

DELLA PORTA, D.; REITER, H. *Policing protest*: the control of mass demonstrations inWestern democracies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

EARL, Jennifer. Tanks, tear gas, and taxes: toward a theory of movement repression. *Sociological Theory*, v. 21, n. 1, Jan. 2003.

GILLHAM, Patrick F.; EDWARDS, Bob; NOAKES, John A. Strategic incapacitation and the policing of occupy Wall Street protests in New York City, 2011. *Policing and Society*, Southampton, v. 23, n. 11, p. 81-102, 2013.

McPHAIL, C; SCHWEINGRUBBER, D; McCARTHY, J. Policing protest in the United States: 1960-1995. *In:* DELLA PORTA, D.; REITER, H. *Policing protest*: the controlof mass demonstrations in Western democracies. Minneapolis: University of MinnesotaPress, 1998. p. 49-69.

REPRESSÃO E CONTROLE DA AÇÃO COLETIVA:

O conceito amplo de repressão foi definido por Tilly (1978, p. 100) como "qualquer ação por outro grupo que aumenta o custo da ação coletiva de um grupo competidor". Também podemos entender de forma mais específica a repressão como a "ação estatal ou privada destinada a prevenir, controlar ou restringir a ação não institucional, coletiva, incluindo sua iniciação" (EARL, 2011, p. 263). Esse conceito indica que, de modo diverso do que recorrentemente se entende nas teorias dos movimentos sociais, a repressão não é uma ação exclusiva do Estado, podendo também ser exercida por agentes privados. Essa definição enfatiza que não se trata apenas de restrição física (coerção) de atores na ação coletiva, como a detenção física de manifestantes. A repressão pode também ser exercida de modo preventivo, como controle, e em qualquer momento da ação coletiva. Exemplos: leis que restringem o direito ao protesto; uso de tecnologias de coleta massiva de dados sobre manifestantes; criminalização pós eventos. Considerando a diversidade de modos como pode ser exercida, adotamos a expressão "repressão e controle da ação coletiva" para englobar todos os aspectos mencionados.

Referências Bibliográficas

EARL, Jeniffer. Political repression: iron fists, velvet gloves and diffuse control. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 37, p. 261-284, ago. 2011.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. New York: Random House, 1978.

EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO(S)

Memórias Brasileiras
Conflitos Sociais

GPACE
Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento